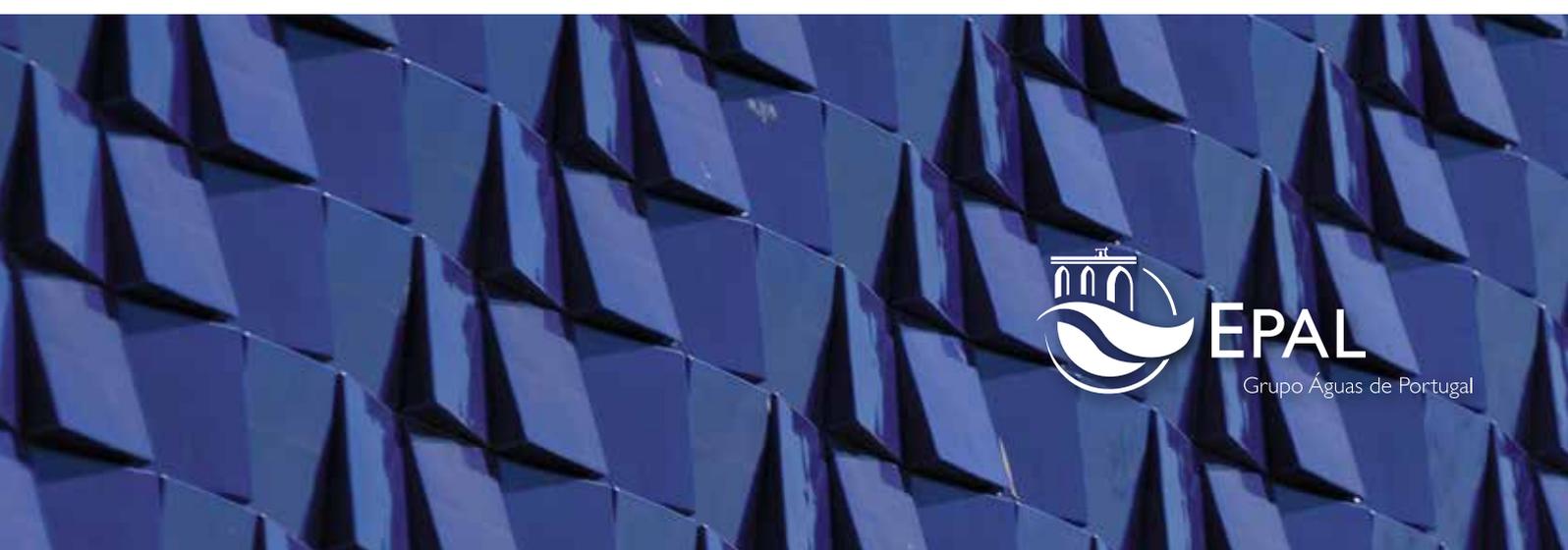




Relatório e Contas 2012

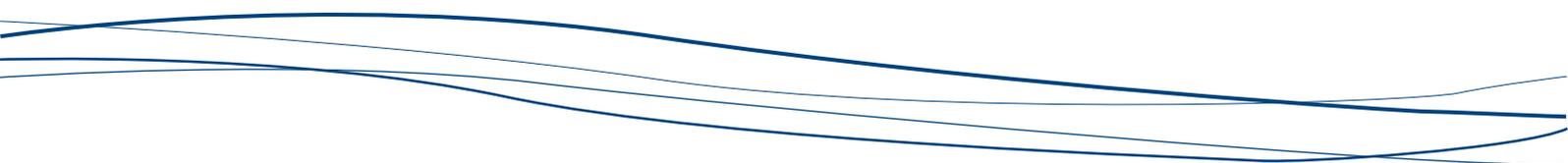


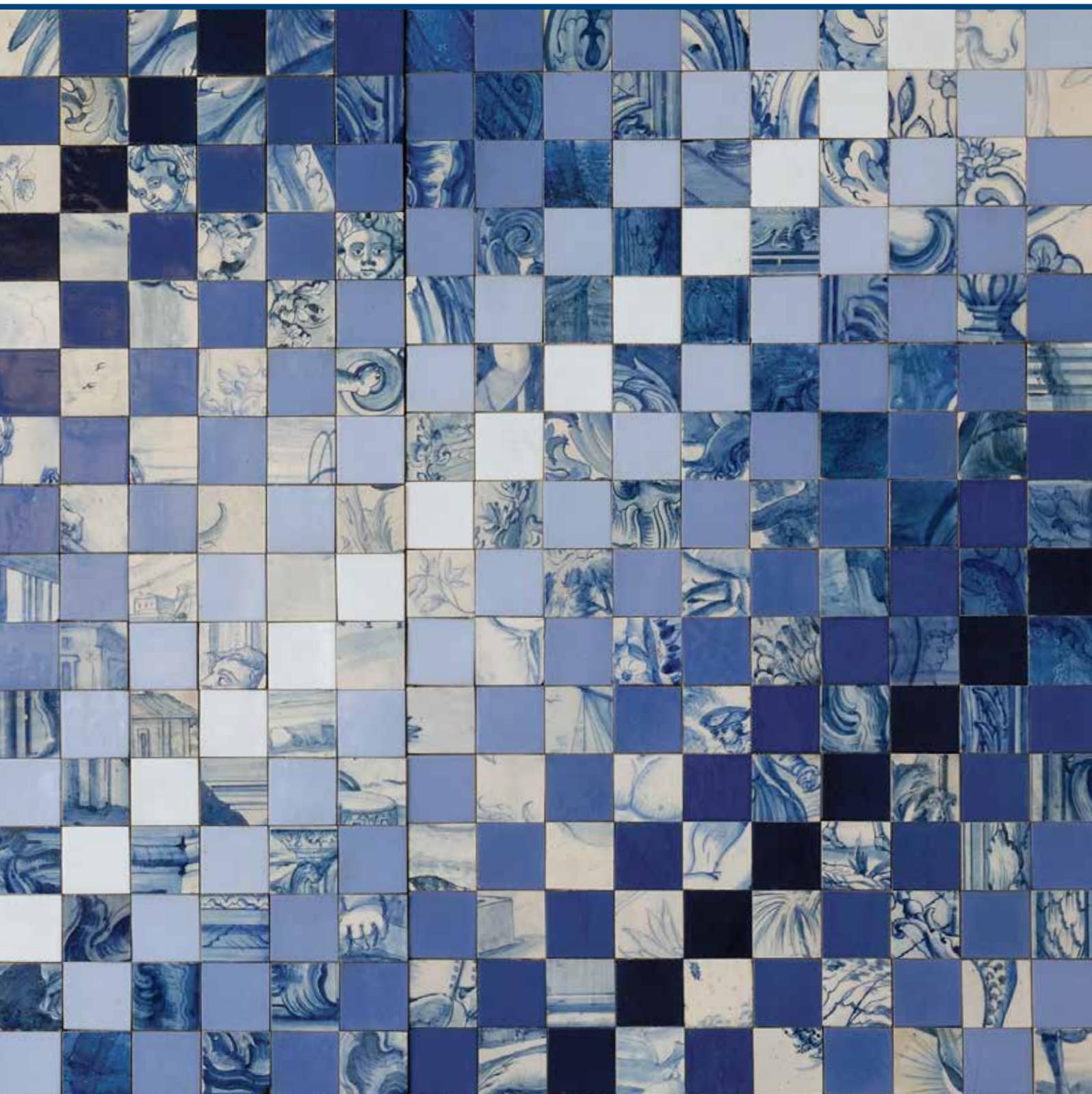
EPAL

Grupo Águas de Portugal



EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
Relatório e Contas 2012





Ao longo dos últimos 25 anos, a EPAL reuniu um conjunto de painéis de azulejo da autoria do Mestre Eduardo Nery que constitui um acervo e um testemunho notáveis do seu engenho, da sua criatividade e da sua arte. Em memória e homenagem ao mestre, a temática escolhida para ilustração deste Relatório e Contas foi a sua azulejaria concebida para a empresa.

Índice

Mensagem do Presidente	8
A Empresa	11
Empresa	13
Acionista	14
Indicadores Financeiros	14
Indicadores de Atividade	14
Principais Acontecimentos	14

Governo da Sociedade	19
1. Missão, Valores e Políticas	19
2. Regulamentos Internos e Externos	21
3. Informação Sobre Transações Relevantes	23
4. Modelo de Governo	25
5. Remunerações e Outros Encargos	35
6. Análise de Sustentabilidade	37
7. Gestão do Capital Humano	39
8. I&D e Inovação	43
9. Ética e Prevenção da Corrupção	45
10. Controlo de Risco	47
11. Prevenção de Conflitos de Interesses	51
12. Divulgação de Informação	53
13. Iniciativas de Publicidade Institucional	53
14. Cumprimentos das Instruções, Despachos e Legislação Diversa	55
15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo	57

Actividade da Empresa	59
1. Introdução	61
2. Enquadramento Macroeconómico	63
3. Enquadramento do Setor	64
4. Regulação	65
5. Análise Económica e Financeira	67
6. Atividade Operacional	77
7. Atividade Comercial	85
8. Objetivos de Gestão	93
9. Perspetivas para o futuro	95
10. Considerações Finais	97
11. Proposta de Aplicação de Resultados	99

Contas

	101
Demonstrações da Posição Financeira	103
Demonstrações dos Resultados por Naturezas	104
Demonstrações do Rendimento Integral	105
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio	106
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	107
Anexo às Demonstrações Financeiras	109
1. Nota Introdutória	109
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	110
3. Principais Políticas Contabilísticas	110
4. Fluxos de Caixa	131
5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Correções de Erros	131
6. Ativos Fixos Tangíveis	132
7. Propriedades de Investimento	134
8. Investimentos em Subsidiárias	135
9. Outros Ativos Financeiros	136
10. Impostos sobre o Rendimento	136
11. Outros Ativos Não Correntes	139
12. Inventários	139
13. Clientes e outras Contas a Receber	141
14. Diferimentos Ativos	141
15. Instrumentos de Capital Próprio	142
16. Passivos Financeiros	144
17. Subsídios ao Investimento	146
18. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	147
19. Provisões	150
20. Estado e Outros Entes Públicos	150
21. Rédito	151
22. Fornecimentos e Serviços Externos	151
23. Gastos com o Pessoal	152
24. Outros Rendimentos e Ganhos	152
25. Outros Gastos e Perdas	153
26. Amortizações	153
27. Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares	153
28. Partes Relacionadas	154
29. Passivos Contingentes e Garantias Prestadas	157
30. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais	157
31. Resultado por Ação	162
Relatório e Parecer do Fiscal Único	165
Certificação Legal das Contas	171





Mensagem do Presidente

O exercício de 2012 destaca-se pela obtenção de um resultado económico que ficou muito acima do previsto, apesar de se ter registado uma importante redução do volume de água fornecida e, conseqüentemente, do volume de negócios. Assim, para os resultados alcançados foi determinante a adoção de uma política de gestão orientada para o rigor e para a eficiência, o que se traduziu numa relevante otimização da estrutura de custos da empresa, para o que foi importante contar com o envolvimento ativo dos trabalhadores.

Assinala-se igualmente, pela sua importância futura, a otimização do plano de investimentos, com redução de 245 M€ para 112M€ no período 2012-2016, sem, no entanto, deixar de cumprir os rigorosos objetivos da empresa. Neste particular merece destaque o projeto de remodelação da ETA de Vale da Pedra onde foi conseguida uma otimização muito importante, de 40 para 13M€. Nalguns casos foram mesmo concebidas soluções inovadoras, como a alteração do sistema de desinfecção, que se traduzem, inclusive, por redução de custos operacionais, retomando a génese da fundação da empresa no século XIX, a qual consistia na inovação e na procura de soluções eficazes e eficientes, algumas até com potencial de comercialização a nível global. Nessa linha foi criado o EPALin para incentivar a excelência e a inovação existentes no seio da empresa.

O ano 2012 ficou marcado pelo lançamento, na Coreia do Sul, de mais um produto com a marca de qualidade da EPAL, permitindo disseminar, a nível global, a excelência das soluções desenvolvidas na empresa. Trata-se do WONE, um produto transacionável, inovador, 100% nacional e integralmente desenvolvido no seio da empresa, o qual apresenta enorme potencial de comercialização e, inclusive, de exportação. O WONE já permitiu à EPAL reduzir as suas perdas na rede de distribuição para níveis que colocam a empresa entre as melhores referências mundiais, tendo-se fixado, em 2012, em valores inferiores a 9%!

A EPAL obteve, em 2012, a certificação do seu Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial – SIRE, segundo o referencial NP EN ISO 9001:2008, sendo também de assinalar a excelente qualidade da água fornecida e a evolução dos indicadores de satisfação e de relacionamento com os Clientes.

O ano 2012 fica ainda marcado pela outorga de protocolos com 43 juntas de freguesia de Lisboa, para apoio a famílias mais carenciadas, iniciativa que precedeu a proposta, por parte da EPAL, de um tarifário social pela primeira vez na história da empresa.

Durante o exercício de 2012 foi ainda possível regularizar situações que careciam de ajustamento ao nível das condições de trabalho, para o que foi importante contar com a grande sensibilidade e conhecimento dos órgãos representativos dos trabalhadores.

Destaco também a intensificação e estreitamento das relações com o Acionista, particularmente no que respeita ao permanente apoio e acompanhamento do importante processo de reestruturação em curso.

Finalmente uma palavra de apreço aos fornecedores e clientes da empresa e, especialmente, a todos os trabalhadores da EPAL que, apesar das dificuldades associadas à situação do País, souberam responder, com empenho, determinação e responsabilidade, aos novos desafios que lhes foram sendo colocados no exercício da missão de serviço público prestado pela EPAL.

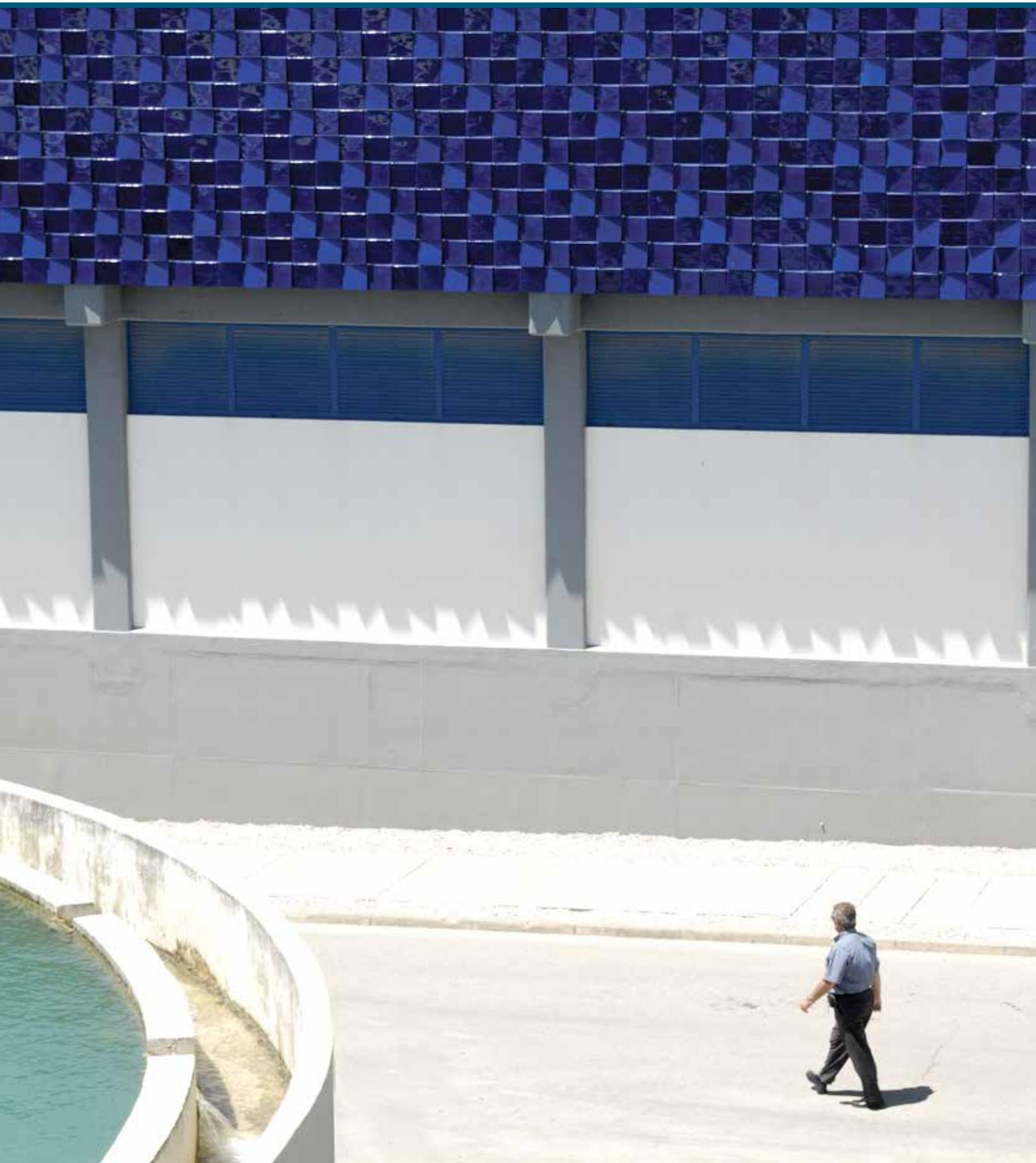


José Manuel Sardinha
Presidente do Conselho de Administração



A Empresa

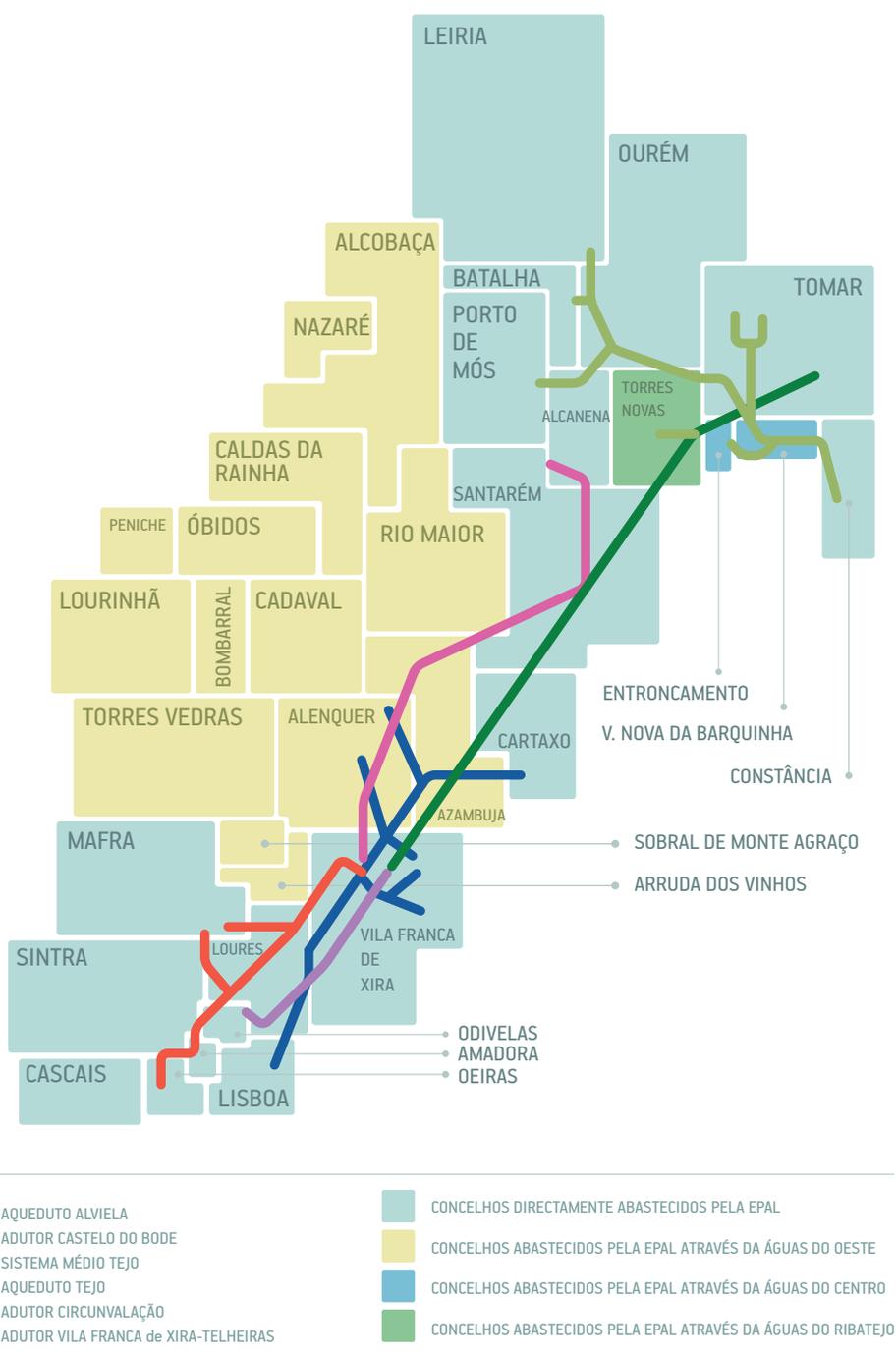




Empresa

A EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, que foi fundada originariamente em 1868 como CAL - Companhia das Águas de Lisboa e é detida, desde 1993, a 100% pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA.

O objeto social da EPAL consiste no abastecimento público de água para consumo humano e outras atividades, para além da prestação de serviços conexos com o ciclo urbano da água, onde reúne competências de qualidade reconhecida.



Acionista

A Águas de Portugal foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, tendo como acionistas a Párpública – Participações Públicas, SGPS, SA, a Parcaixa, SGPS, SA e a Direção Geral do Tesouro.

A AdP, SGPS, SA tem por missão contribuir para a resolução dos problemas nacionais nos domínios de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Indicadores Financeiros

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Capital social (10 ⁶ €)	150,0	150,0	150,0	-	-
Capital próprio (10 ⁶ €)	506,1	524,4	533,0	8,6	1,63%
Ativo líquido total (10 ⁶ €)	916,9	902,2	885,1	-17,1	-1,90%
Passivo total (10 ⁶ €)	410,8	377,8	352,1	-25,7	-6,80%
Volume de negócios (10 ⁶ €)	147,5	147,0	144,2	-2,8	-1,90%
Investimento (10 ⁶ €)	23,6	12,0	13,1	1,1	9,32%
Endividamento de médio e longo prazo (10 ⁶ €)	239,3	222,4	205,2	-17,2	-7,73%
EBITDA	87,0	86,5	87,9	1,4	1,64%
Prazo médio de pagamentos (PMP) (dias)	35,3	31,3	29,8	-1,5	-4,76%
Resultado líquido do exercício (10 ⁶ €)	45,9	42,6	43,9	1,3	3,05%
Rendibilidade do capital próprio (%)	9,10	8,11	8,23	-	-

Indicadores de Atividade

	2010	2011	2012	var	%
Volume de Água vendida (m ³)	213.799.910	210.286.101	205.210.051	-5.076.050	-2,41%
Clientes Diretos	349.413	348.790	346.121	-2.669	-0,77%
Clientes Municipais	18	17	17	0	0,00%
Clientes Multimunicipais	2	3	3	0	0,00%
Municípios Directa e Indirectamente Abastecidos*	33	34	34	0	0,00%
Consumidores	2.825.444	2.870.314	2.870.507	193	0,01%
Área Abastecida (km ²)	6.681	7.090	7.090	0	0,00%

* Não inclui o município de Lisboa

Principais Acontecimentos

O ano 2012 caracterizou-se por uma importante redução do consumo de água, associada ao significativo incremento do custo de energia que é um dos principais custos de produção. A EPAL soube encarar estas mudanças como uma oportunidade para incrementar os seus níveis de eficiência, com benefícios para os utilizadores e para o acionista.

Neste contexto, merece um enorme destaque o relevantíssimo trabalho de otimização do plano de investimentos que passou, no período 2012-2016, de 245 M€ para 112M€, poupando-se, por conseguinte, 133M€ o que é um fator importante numa perspetiva de

racionalização do capital empregue e, simultaneamente, de minimização dos custos operacionais. A este nível merece destaque, pela sua importância e pelo facto de ter sido conseguida com recurso a meios internos, a otimização que foi conseguida no investimento de reabilitação integral da ETA de Vale da Pedra, incluindo reforço do nível de tratamento, que passou de 40M€ para 13M€, dando cumprimento a todos os requisitos previstos. Trata-se de uma poupança de 27M€ o que é muito importante para a competitividade da instalação no contexto do sistema da EPAL.

Merece também um grande destaque, a redução de perdas que foi alcançada, na medida em que, pela primeira vez na história da empresa, o nível de perdas de água baixou da fasquia dos 10%, atingindo um valor inferior a 9%, resultando numa poupança adicional de 5 milhões de m³ captados, com significativos benefícios na poupança de energia que foi conseguida, atenuando assim o efeito do enorme aumento do custo de energia.

Adicionalmente foram efetuadas otimizações ao nível dos vários contratos de prestação de serviços o que, associado a uma mais eficiente gestão financeira, se refletiu em importantes poupanças nos custos da empresa.

Na linha de gestão criteriosa e rigorosa, merece destaque, em 2012, a elaboração de um processo de candidatura que incidiu sobre 18 projetos I&D, realizados entre 2007 e 2011, à Agência de Inovação (ADI), no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), com uma despesa global de 3,2M€, cuja poupança fiscal associada se estima em 1,6M€.

O ano 2012 ficou definitivamente marcado pelo lançamento, na Coreia do Sul, de mais um produto com a marca da EPAL, dado que foi integralmente desenvolvido no seio da empresa. Trata-se do WONE, um produto transacionável, muito inovador, moderno e 100% nacional, que apresenta enorme potencial de comercialização e, inclusive, de exportação. O WONE já permitiu à EPAL reduzir as suas perdas na rede de distribuição para níveis que colocam a empresa entre as melhores referências mundiais. Também o AQUAMATRIX, produto da EPAL com enorme implantação no mercado viu, em 2012, o seu leque de clientes ampliado. Por forma a incentivar a enorme criatividade existente na empresa, 2012 fica também marcado pelo lançamento do EPALin, concurso de inovação com vista a seleccionar projetos, sistemas e produtos inovadores e, eventualmente, transacionáveis.

Durante o exercício de 2012 foi ainda possível regularizar situações que careciam de ajustamento ao nível dos recursos humanos, para o que foi importante contar com a sensibilidade e conhecimento dos órgãos representativos dos trabalhadores.

Salienta-se a outorga de protocolos com 43 juntas de freguesia de Lisboa, para apoio, por parte da EPAL, a famílias carenciadas.

No âmbito da estratégia de integração vertical, a EPAL manteve contactos e negociações com a Câmara Municipal de Lisboa para a transferência da gestão e exploração do sistema de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais, em baixa, do município de Lisboa, para a empresa.

Destaca-se ainda a celebração de acordo com a Parque Expo – Gestão Urbana, referente à integração, na EPAL, da rede de distribuição de água da zona do Parque das Nações, outrora pertencente ao Município de Loures, o que se traduzirá num acréscimo na ordem de 2900 clientes servidos diretamente pela EPAL, a partir de janeiro de 2013.

Das atividades desenvolvidas no ano de referência, destacam-se:

- Adjudicação da empreitada de Reabilitação e Remodelação da Captação de Valada Tejo
- Revisão do Plano de Segurança da Água (PSA) no sistema de abastecimento da EPAL
- Aprofundadas relações com os principais clientes, designadamente hotéis e hospitais da cidade de Lisboa, no sentido de adoção de boas práticas na gestão da água
- Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da empresa no referencial NP EN ISO 9001:2008

-
- Adoção de um novo sistema informático de Gestão Documental
 - Desenvolvimento de planos de contingência e execução de simulacros e exercícios para resposta a crises que possam pôr em causa a operacionalidade do sistema de abastecimento da empresa
 - Modernização e otimização do sistema de segurança das instalações e infraestruturas críticas da empresa
 - Elaboração, com recursos exclusivamente internos, de projeto com vista à profunda reformulação tecnológica e otimização dos sistemas de desinfecção de água utilizados na EPAL, o que permitirá eliminar o risco associado a este tipo de instalação, para além de proporcionar uma importante redução dos custos operacionais
 - Comemoração do 25º aniversário do Museu da Água, tendo-se ainda decidido efetuar, com recursos internos, a atualização e modernização do Museu da Água, bem como das condições de trabalho, adaptando-o às novas exigências culturais e pedagógicas. O projeto incluirá ainda a integração do arquivo histórico da empresa, proporcionando a valorização de espaços de enorme potencial de rentabilização
 - Lançamento de campanha “vamos dar o litro contra a fome” para incentivar a adesão à fatura eletrónica por parte dos clientes da cidade de Lisboa, cujo produto reverterá para uma instituição de solidariedade social de reconhecido mérito
 - A presença da empresa no Congresso Mundial da IWA, realizado em Busan, Coreia do Sul, na qualidade de primeira responsável pela receção e organização do próximo congresso de 2014



Comemoração do 25º Aniversário do Sistema de Castelo do Bode - 4 de junho



A. Governo da Sociedade

I. Missão, Valores e Políticas

Missão

A Missão da EPAL é a Prestação de Serviços de Água e a Gestão Sustentável do Ciclo Urbano da Água, ao longo da sua sequência de atividades e negócios.

Visão

Ser Empresa de referência no Setor da Água em Portugal.

Orientar-se pelas Melhores Práticas Internacionais.

Política

Preservando o recurso natural primordial de que depende - a Água, promovendo a criação de Valor; a Melhoria Contínua e a Inovação e o Desenvolvimento, contribuindo para uma melhor qualidade de vida da Sociedade em que se insere, a EPAL compromete-se com os seguintes princípios que constituem a sua Política:

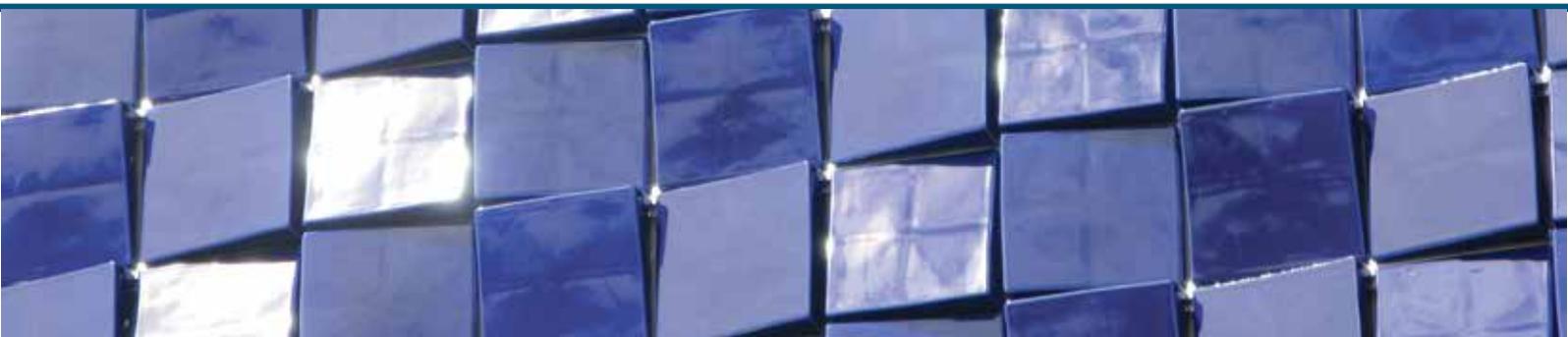
1. Desenvolve as suas atividades e presta serviços no quadro de referenciais normativos e legais do seu Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial, organizando, simplificando e otimizando os processos e recursos, enquanto fatores instrumentais de melhoria contínua, promovendo iniciativas e projetos de desenvolvimento, inovação e investigação conducentes à eficácia e eficiência do Sistema e da Empresa;
2. Desenvolve o conhecimento e o pleno potencial de todos os colaboradores, essenciais para o reforço de uma cultura de desenvolvimento sustentável do negócio da Empresa, implementando práticas de acordo com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas;
3. Revê, partilha e trabalha, sistematicamente, os compromissos assumidos com todas as partes interessadas, internas e externas, para a satisfação das necessidades e expectativas, capacitando as áreas de melhoria identificadas, vocação que assume como um objetivo de todos os colaboradores;
4. Garante a qualidade do serviço prestado, recorrendo a profissionais qualificados para a realização das respetivas atividades, e assegura, a partir de Planos, Processos e Procedimentos adequados, a garantia e a salvaguarda da qualidade do seu produto essencial para saúde pública;
5. Cumpre a legislação aplicável e outros requisitos que venha a subscrever e compromete-se a melhorar; continuamente, a eficácia do seu desempenho, assim como atuar de acordo com o seu Código de Ética e Conduta, bem como, com o Plano de Gestão de Riscos Anticorrupção e Infrações Conexas;
6. Promove os valores e as preocupações ambientais com o objetivo de contribuir ativa e responsabilmente para um futuro ambientalmente sustentado prevenindo a poluição e acidentes ambientais graves;

-
7. Avalia e controla os perigos e riscos ao nível da saúde e segurança dos colaboradores e de todos os que trabalham para a Empresa, estimulando a sua participação ativa no encontro de soluções que reduzam a possibilidade de danos para a saúde e a ocorrência de incidentes;
 8. Apoia, promove e desenvolve ações socialmente responsáveis, assegurando o bem-estar dos seus colaboradores, contribuindo para o da sociedade em geral, reforçando a relação com os seus fornecedores e prestadores de serviços, estimulando a sua adesão e compromisso de respeitar e aplicar práticas de acordo com estes princípios;
 9. Identifica e avalia oportunidades e ameaças no que se refere à sua atividade, definindo e planeando estratégias e táticas, de forma a minimizar e mitigar riscos inerentes a situações de emergência para poder responder a situações de força maior ou de interrupção, garantindo a continuidade do negócio com base em Planos de Emergência adequados.

Valores

A EPAL orienta-se pelos seguintes Valores:

- A Qualidade, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência;
- A Responsabilidade Social na prestação de serviços públicos essenciais;
- A Sustentabilidade e os propósitos que lhe são inerentes de eficiência na gestão, de defesa e proteção do ambiente, de respeito pela pessoa humana e de envolvimento da Comunidade;
- A Orientação para o Cliente, razão de ser da Empresa;
- A Integridade e a Transparência na forma de estar e nas relações com todas as partes interessadas;
- A Competência e o rigor na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a Confiança como princípio de relação entre a EPAL e os seus diferentes públicos;
- O respeito e a prática da Legalidade;
- A Melhoria Contínua da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade.



2. Regulamentos Internos e Externos

Regulamentos Internos

Do conjunto de documentos normativos internos em vigor na EPAL destacam-se os seguintes:

- Código de Boas Práticas de Higiene no Sistema de Abastecimento da EPAL
- Código de Ética e Conduta
- Manual do SIRE – Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial
- Manual de Acolhimento
- Manual de Acolhimento de Entidades Externas
- Manual de Gestão de Inspeções de Infraestruturas de Abastecimento de Água
- Manual do Inventário de Infraestruturas de Abastecimento de Água
- Manuais de Exploração de Infraestruturas do Sistema de Abastecimento
- Ordem de Serviço – Estrutura Orgânica
- Ordem de Serviço – Constituição de Pelouros
- Ordem de Serviço - Centros de Responsabilidade
- Ordem de Serviço – Delegação de Competências
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Política de Utilização de Equipamentos Informáticos e de Comunicação
- Regulamento de Atribuição e Utilização de Viaturas

Legislação Relevante

Os diplomas legais, publicados em 2012, com incidência nas atividades da EPAL foram os seguintes:

- Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro - Orçamento do Estado para 2012
- Lei n.º 2/2012, de 6 de janeiro - Procede à oitava alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
- Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro - Lei Orgânica MAMAOT
- Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro - Alterações ao estatuto do gestor público
- Decreto-Lei n.º 26/2012, de 6 de fevereiro - Extinção da caixa de previdência da EPAL
- Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro - Execução do Orçamento do Estado para 2012
- Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março - Aprova os estatutos da APA IP
- Lei n.º 20/2012, de 14 de maio - Primeira alteração à Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio - Dever de informação e emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação
- Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho - Alterações à Lei da Água
- Lei n.º 23/2012, de 25 de junho - Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho
- Resolução da Assembleia da República n.º 113/2012 - Promove a acessibilidade, a sustentabilidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento
- Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho - Altera o Código dos Contratos Públicos
- Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto - Regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas
- Decreto-Lei n.º 241/2012, de 6 de novembro - Transmissão para o Município de Lisboa dos bens e infraestruturas situados na área de intervenção da Exposição Mundial de Lisboa (Expo' 98)



3. Informação Sobre Transações Relevantes

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A EPAL segue os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria, designadamente no que respeita às normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e pelas alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho (aplicáveis aos procedimentos iniciados a partir de 11 de agosto de 2012).

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços Ambientais, SA, que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o grupo. O relacionamento da EPAL com a AdP Serviços Ambientais, SA, funciona no quadro de uma relação in house estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP – Águas de Portugal SGPS, SA.

Universo das transações que não tenha ocorrido em condições de mercado

Não aplicável.

Transações relevantes com entidades relacionadas

- Empresas do grupo Águas de Portugal: - Ver Nota 28 do Anexo às Demonstrações Financeiras
- Clube de Golfe das Amoreiras, SA. - Ver Nota 8 do Anexo às Demonstrações Financeiras

Lista de fornecedores com volume de faturação superior a 1 milhão de euros

Entidade	valores c/ IVA (euros)
EDP Comercial, SA	5.337.737,53
Endesa Energia, SA	4.499.545,01
Graviner, SA	4.214.941,66
Iberdrola Generación, SAL	3.687.803,48
CME - Construção Manutenção Eletromecânica	3.505.731,23
AdP - Águas de Portugal	3.181.990,32
Câmara Municipal de Lisboa	2.587.162,74



Comemoração do 25º Aniversário do Sistema de Castelo do Bode - 4 de junho



4. Modelo de Governo

Nos termos do disposto no art. 12º dos estatutos da sociedade, o conselho de administração é composto por três ou cinco administradores, eleitos em assembleia geral, para mandatos trienais renováveis. O presidente do conselho de administração, que tem voto de qualidade, é escolhido, pela assembleia geral, de entre os administradores eleitos.

O Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da sociedade cometidos por lei, pelos arts. 13º e 14º dos estatutos da sociedade e pelas deliberações dos acionistas.

4.1. Órgãos Sociais

A EPAL dispõe dos seguintes órgãos sociais eleitos por deliberação unânime do acionista de 24 de fevereiro de 2012 para o mandato 2012 - 2014:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, representada pelo Eng.º Carlos Alberto Dias Teixeira
Vice-presidente	Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira
Secretária	Dra. Alexandra Varandas

Para além da deliberação unânime de 24 de Fevereiro, constante da ata nº 38 do livro de atas da sociedade, a assembleia geral reuniu a 30 de Março de 2012, para aprovação do relatório de gestão, das contas e da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2011 e para eleição do Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável.

Conselho de Administração

Presidente	Eng.º José Manuel Leitão Sardinha
Vogal	Dra. Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Vogal	Dra. Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura



Em reunião de 29 de fevereiro de 2012, foram constituídos os seguintes pelouros:

Presidente – Eng.º José Manuel Leitão Sardinha

- SG – Secretário-Geral
- PCG – Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão
- DSO – Gabinete de Desenvolvimento Organizacional
- GIC – Gabinete de Imagem e Comunicação
- JUR – Gabinete Jurídico
- AUD – Gabinete de Auditoria Interna
- DOP – Direção de Operações
- Representação da Empresa
- Coordenação de Pelouros

Vogal - Dra. Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- DGO – Direção de Gestão de Obras
- DIR – Direção de Infraestruturas de Rede
- LAB – Direção de Controlo da Qualidade da Água
- Órgãos Representativos dos Trabalhadores

Vogal - Dra. Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

- DRC – Direção de Relação com Clientes
- DAF – Direção Financeira
- DSI – Direção de Sistemas de Informação
- LOG – Direção de Logística
- MDA – Museu da Agua
- Jornal “Águas Livres”
- Arquivo Histórico

Foram realizadas 45 reuniões do conselho de administração no decurso do ano.

Notas curriculares dos membros do CA



José Manuel Leitão Sardinha - Presidente do Conselho de Administração

Licenciado em Engenharia do Ambiente e Mestre em Engenharia Sanitária, pela Universidade Nova de Lisboa, iniciou a sua atividade profissional, em 1991, na consultoria na área de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos e também como colaborador do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, assumindo, a partir de 2000, a atividade de docente convidado na área de tratamento de águas, de águas residuais urbanas e de efluentes industriais.

De 1998 a 2002 foi também colaborador da Hidrocontrato onde exerceu funções na direção técnica/comercial, de produção e de exploração.

Em março de 2002 integrou o Grupo Águas de Portugal, tendo assumido as funções de Administrador-Delegado da Águas do Oeste, S.A. até novembro de 2004, data a partir da qual assumiu as funções de vogal não executivo do Conselho de Administração, até maio de 2012.

Vogal do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros, nos mandatos 2004-2007 e 2007-2010

Entre março de 2004 e maio de 2012 exerceu as funções de vogal executivo do Conselho de Administração da Simarsul, S.A..

Docente Convidado do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Vogal do Conselho Diretivo da Região Sul da Ordem dos Engenheiros.

Coordenador do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros.

Vogal do Conselho de Região Hidrográfica da ARH Alentejo, em representação do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde fevereiro de 2012.”



Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas –Vogal do Conselho de Administração

Licenciada em Gestão e Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, iniciou a atividade profissional em 1985 como Assistente de Auditoria na Coopers & Lybrand e a partir de 1988 como assistente sénior de consultadoria na Consulteam, Consultores de Gestão, SA.

Entre 1989 e 1997 foi Diretora Financeira da empresa Alberto Gaspar, Indústria e Comércio de Madeiras, SA responsável pela área financeira, recursos humanos e controlo de gestão.

Entre 1998 e 2001 exerceu o cargo de Vereadora da Câmara Municipal da Figueira da Foz com os pelouros do Orçamento, Controlo Interno, Recursos Humanos.

A partir de 2002 Assessora Superior do Grupo Águas de Portugal, SGPS através da Aquapor Serviços, S.A. tendo participado na avaliação do controlo interno das concessionárias da distribuição de águas participadas pelo Grupo AdP.

Em Abril 2002 foi eleita Deputada à Assembleia da República tendo solicitado a suspensão do contrato de trabalho na Aquapor, SA para o exercício daquele cargo público.

Foi Secretária de Estado da Habitação no XV Governo Constitucional tendo exercido o cargo desde 8 de Abril de 2003 a 17 de Julho de 2004. Do trabalho desempenhado destaca-se a elaboração da Reforma do Arrendamento Urbano (PL 140/IX/3); do Regime Jurídico das Sociedades de Reabilitação Urbana (Lei 106/2003) e da Revisão do programa de financiamento para acesso à Habitação Social PROHABITA.

Foi Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança no XVI Governo Constitucional, tendo exercido o cargo desde 21 de Julho de 2004 a 24 de Novembro de 2004, podendo destacar as seguintes iniciativas: Elaboração do Plano Nacional de Necessidades de Equipamentos Sociais.

Foi Secretária de Estado da Administração Pública em 24 de Novembro de 2004 tendo exercido este cargo até à posse do novo Governo em Março de 2005.

Foi Deputada à Assembleia de República entre 2005/2009 pelo círculo eleitoral de Vila Real de Trás-os-Montes. Foi Coordenadora da Comissão Parlamentar de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional e membro da Comissão de Orçamento e Finanças.

Entre 2009/2011 foi Deputada à Assembleia da República, eleita pelo Circulo eleitoral de Coimbra. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD com os pelouros da Saúde, Trabalho e Segurança Social entre Outubro de 2009 e Abril de 2010. Membro das Comissões Parlamentares de Saúde, Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional e membro da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais.

Exerce desde Fevereiro de 2012 o cargo de Vogal do Conselho de Administração da EPAL, SA



Maria do Rosário Ventura – Vogal do Conselho de Administração

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, iniciou a atividade profissional em 1982 como Técnica, e depois Diretora, do Departamento de Participações, Estudos e Projetos da Sociedade Financeira Portuguesa, integrando esta instituição financeira na sua evolução até 2002, designadamente após a sua privatização, em 1990, dando origem ao Banco Mello que, por sua vez, foi integrado no BCP em 2000, tendo desempenhado diversos cargos de Direção quer na área de banca de investimentos (Direções de Grandes Empresas, Corporate Finance e Mercado de Capitais, Projetos Especiais e Fundos de Capital de Risco, entre outras) quer na banca de retalho (Administradora- Delegada da Mello Crédito SFAC, Direções de Cartões de Crédito, de Clientes Particulares e Negócios e Unidade de Produtos de Crédito do BCP).

Entre 2002 e 2004, foi Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Economia, do XV Governo Constitucional.

Maria do Rosário Ventura foi ainda Presidente do Conselho de Administração da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A. e das suas participadas em 2004/05, diretora do Grupo Millenniumbcps (2005), e Administradora Executiva da Efacec Capital, SGPS com o Pelouro Financeiro (CFO) entre Dezembro de 2005 e Abril de 2011, exercendo também funções de Administradora em diversas empresas do grupo Efacec.

Participou, com funções não executivas, nos conselhos de administração da Sulpedip – Sociedade para o Desenvolvimento Industrial, S.A. (1989/91), Lisnave-Infraestruturas Navais, em representação do Banco Mello (1998/99) e Visa Portugal – Associação dos Operadores Visa, em representação do Banco Comercial Português (2000/01) tendo ainda sido Deputada da Assembleia Municipal de Sintra, entre 2005 e 2009.

Vogal do Conselho de Administração da EPAL desde fevereiro de 2012.

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efetivo - Dr. António Dias Nabais

Fiscal único suplente - Dr. Severo Praxedes Soares

Revisor Oficial de Contas Efetivo - Deloitte & Associados, SROC, SA, OROC n.º 43, CMVM n.º 231

Revisor Oficial de Contas Suplente - Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, inscrito na OROC com o n.º 572

Comissão de Vencimentos

Presidente – Eng.º Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria

Vogal – Dr. Paulo Jorge Pinto da Silva

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável, eleito na assembleia geral de 30 de março de 2012:

Presidente – Eng. Carlos Pimenta

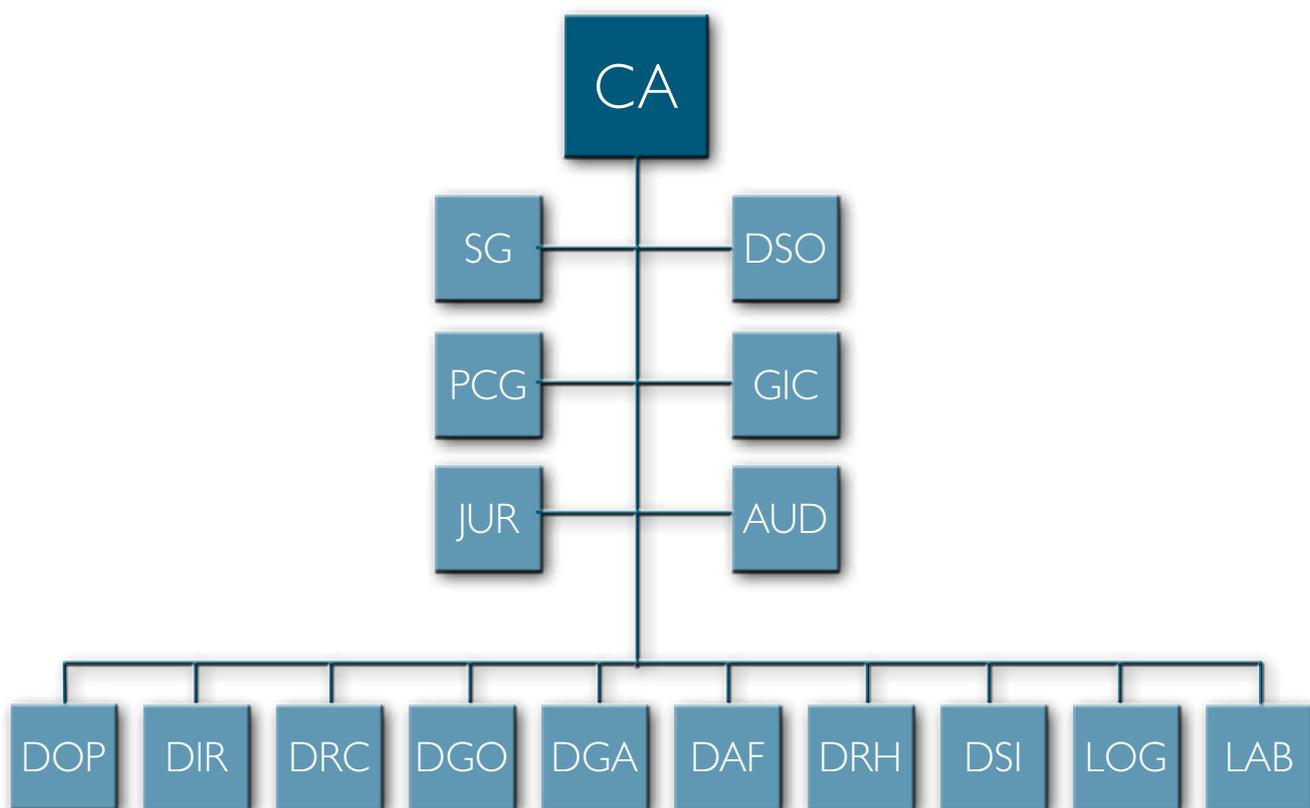
Vogal – Prof.ª Maria Paula Batista Antunes

Vogal – Eng. Manuel Duarte Pinheiro

O Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável não reuniu em 2012 e não teve qualquer remuneração.

4.2. Estrutura Organizacional

Organigrama



CA	Conselho de Administração	DRC	Direção de Relação com Clientes
SG	Secretário-Geral	DGO	Direção de Gestão de Obras
DSO	Gabinete de Desenvolvimento Organizacional	DGA	Direção de Gestão de Ativos
PCG	Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	DAF	Direção Financeira
GIC	Gabinete de Imagem e Comunicação	DRH	Direção de Recursos Humanos
JUR	Gabinete Jurídico	DSI	Direção de Sistemas de Informação
AUD	Gabinete de Auditoria Interna	LOG	Direção de Logística
DOP	Direção de Operações	LAB	Direção de Controlo da Qualidade da Água
DIR	Direção de Infraestruturas de Rede		

DOP – Direção de Operações

Função: Captação, tratamento, transporte e distribuição da água, assegurando a sua quantidade e qualidade

Manutenção da integridade operacional dos ativos de produção

Assistência corretiva da instrumentação de controlo

Órgãos diretamente subordinados:

FAS - Fábrica da Asseiceira

FAP - Fábrica de Vale da Pedra

RED - Departamento de Redes

UDE – Unidade de Despacho

UMD – Unidade Móvel de Despacho

DIR – Direção de Infraestruturas de Rede

Função: Execução da manutenção preventiva e curativa de adutores e condutas, com o objetivo de maximizar o nível de serviço e eficiência operativa das redes

Gestão da execução de novos abastecimentos na rede de distribuição

Órgãos diretamente subordinados:

MIV - Departamento de Manutenção de Vila Franca

UMV – Unidade de Manutenção de Vila Franca

ULO – Unidade de Licenciamentos e Obras

MIL - Departamento de Manutenção de Lisboa

UML – Unidade de Manutenção de Lisboa

DRC – Direção de Relação com Clientes

Função: Interface da empresa com todos os seus clientes do negócio de água, gerindo os vários canais de comunicação com estes, bem como as suas solicitações e reclamações

Órgãos diretamente subordinados:

CLE - Departamento de Clientes Estratégicos

SCL - Departamento de Atendimento e Assistência Local

ATD – Unidade de Atendimento a Clientes

ASL – Unidade de Assistência Local

FCG – Unidade de Faturação e Cobrança

MKT – Unidade de Marketing

NVA – Unidade de Novos Abastecimentos

Negócio AQUAmatrix

DGO – Direção de Gestão de Obras

Função: Promover a realização de estudos e projetos e efetuar a gestão, fiscalização e controlo de obras

Promover a contratação, quando necessária, de prestação de serviços técnicos nas áreas de engenharia, projetos, obras e fiscalização

Órgãos diretamente subordinados:

PGO - Departamento de Projeto, Fiscalização e Gestão de Obra

PRO – Unidade de Gestão de Projetos

STE – Unidade de Serviços Técnicos

URB - Departamento de Infraestruturas Urbanas

OBR – Unidade de Obras na Rede

APO – Unidade de Apoio Administrativo

DGA – Direção de Gestão de Ativos

Função: Assegurar uma gestão integrada dos Ativos Operacionais que garanta o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos, promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida

Órgãos diretamente subordinados:

PLA - Unidade de Planeamento de Ativos

MON - Unidade de Monitorização

INS - Unidade de Inspeções

MAN - Departamento de Manutenção

MEQ - Unidade de Manutenção de Equipamentos

MED - Unidade de Manutenção de Medidores

DAF – Direção Financeira

Função: Gestão financeira, relato financeiro oficial, planeamento e gestão fiscal, gestão de riscos financeiros e de seguros, gestão do plano e fundo de pensões e interlocução com entidades fiscalizadoras externas e avaliadores do risco de crédito

Órgãos diretamente subordinados:

GEF - Unidade de Gestão Financeira

CTB – Unidade de Contabilidade Geral e Impostos

PAE – Unidade de Património, Análítica e Estudos

DRH – Direção de Recursos Humanos

Função: Assegurar uma gestão integrada dos Recursos Humanos que contribua para o desenvolvimento da empresa, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores

Órgãos diretamente subordinados:

GPS - Unidade de Gestão de Pessoal

MSS - Unidade de Medicina, Saúde e Atividades Sociais

DSI – Direção de Sistemas de Informação

Função: Gestão centralizada das plataformas tecnológicas da empresa

Desenvolvimento dos Sistemas de Informação, assim como das correspondentes tecnologias de suporte

Gestão das tecnologias de telecomunicações

Interface com entidades tecnológicas, no âmbito do desenvolvimento de novas tecnologias em termos de Sistemas de Informação e Telecomunicações

Órgãos diretamente subordinados:

UIT - Unidade de Infraestruturas e Telecomunicações

UAC - Unidade de Aplicações Corporativas

LOG – Direção de Logística

Função: Gestão de stocks e do processo de compras

Gestão da frota e do parque de equipamentos administrativos,

Manutenção e limpeza do património não técnico (edifícios, espaços verdes, etc) e do património não afeto à exploração

Órgãos diretamente subordinados:

CGS - Unidade de Compras e Gestão de Stocks

SGR - Unidade de Serviços Gerais

LAB – Direção de Controlo da Qualidade

Função: Garantir o controlo da qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da EPAL, desde os recursos hídricos utilizados até ao ponto de entrega ao consumidor; assim como nas torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa, através da realização de análises laboratoriais

Assegurar o tratamento dos dados da qualidade da água, bem como a sua divulgação junto das entidades internas e externas, nomeadamente às autoridades de saúde, regulador e consumidores

Estabelecer os processos e métodos que regem a atividade laboratorial da empresa

Gerir o sistema de acreditação dos laboratórios

Gerir o Plano de Segurança da Água da EPAL

Órgãos diretamente subordinados:

UAT - Unidade de Apoio Técnico

LAC – Unidade Laboratório Central

LAS – Laboratório da Asseiceira (Equipa funcional)

LVP – Laboratório de Vale da Pedra (Equipa funcional)

SG – Secretário-Geral

Função: Função legal de Secretário da Sociedade

Porta-voz para o exterior

Apoio ao Conselho de Administração e gestão de atividades e pessoal diretamente relacionadas com o CA

Gestão documental

DSO – Gabinete de Desenvolvimento Organizacional

Função: Promover a melhoria da eficácia e eficiência da EPAL através da sistematização de todas as atividades da empresa

Gerir a segurança e proteção de pessoas, instalações e infraestruturas, ambiente e atividades, promovendo a gestão de crises e de situações de emergência de forma a viabilizar a continuidade do negócio

Gerir o projeto de centralização de funções

GIC – Gabinete de Imagem e Comunicação

Função: Gerir a imagem da empresa através de uma comunicação institucional eficiente, harmonizando os formatos da comunicação com stakeholders internos e externos

PCG – Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão

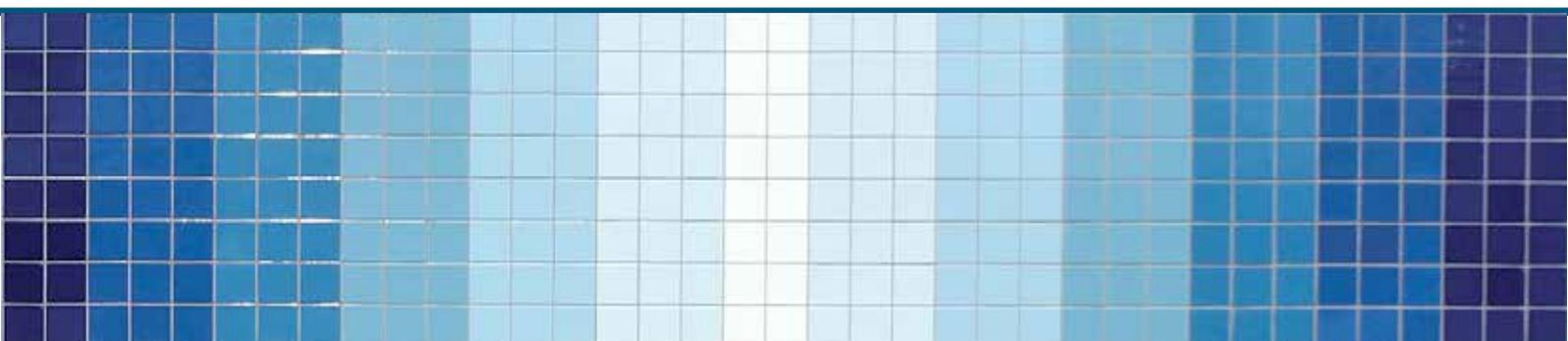
Função: Planeamento, controlo de gestão, reporting interno e externo, gestão do sistema de informação de gestão da empresa, estudos e apoio às decisões estratégicas

JUR – Gabinete Jurídico

Função: Representação, consulta e assessoria jurídicas da empresa

Outras Unidades e Funções na Dependência Direta do Conselho:

- MDA – Museu da Água
- Arquivo Histórico
- ASS – Assesores do Conselho de Administração



5. Remunerações e Outros Encargos

Com efeitos a 1 de Abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Os valores das remunerações auferidas e dos benefícios e demais regalias concedidos pela empresa aos membros dos órgãos sociais constam do Anexo às Demonstrações Financeiras – Nota 30.



Comemoração do Dia Mundial do Ambiente no Museu da Água - 5 de junho



6. Análise de Sustentabilidade

O relato do desempenho da EPAL orientado para a sustentabilidade, no decurso do ano de 2012, consta do Relatório de Sustentabilidade da empresa.

As políticas definidas e as ações desenvolvidas ao longo do período de reporte permitiram uma evolução positiva na generalidade dos indicadores económicos, ambientais e sociais.



Comemoração do Dia Mundial do Ambiente no Museu da Água - 5 de junho



7. Gestão do Capital Humano

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da EPAL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação
- Promoção e valorização profissional
- Respeito pela vida pessoal e familiar
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor

Caracterização dos recursos humanos ao serviço da EPAL

N.º Trabalhadores a 31 dez.					
	2010	2011	2012	Varição 2012/2011	
Homens	550	541	538	-3	-0,6%
Mulheres	196	198	198	0	0,0%
Total	746	739	736	-3	-0,4%

Natureza do Vínculo Laboral					
	2010	2011	2012	Varição 2012/2011	
Efetivos	724	704	702	-2	-0,3%
A termo	22	35	34	-1	-2,9%
Total	746	739	736	-3	-0,4%

Movimentos de Pessoal

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011	
Entradas	26	25	14	-11	-44,0%
Saídas	48	32	17	-15	-46,9%
Saídas por reforma	14	26	7	-19	-73,1%
Saídas por pre-reforma	23	0	0	0	-
Saídas por outros motivos	11	6	10	4	66,7%

Idade

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011	
Idade média dos trabalhadores	46	46	47	0,7	1,5%
Trabalhadores por estrutura etária	746	739	736	-3	-0,4%
idade - <25	5	5	5	0	0,0%
idade - 25-34	133	130	109	-21	-16,2%
idade - 35-44	148	162	180	18	11,1%
idade - 45-54	255	227	217	-10	-4,4%
idade - >55	205	215	225	10	4,7%

Antiguidade

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011	
Antiguidade média dos trabalhadores	20	20	21	0,9	4,5%
Trabalhadores por Antiguidade	746	739	736	-3	-0,4%
antiguidade - <2	43	45	33	-12	-26,7%
antiguidade - 2-5	65	65	73	8	12,3%
antiguidade - 6-10	55	63	39	-24	-38,1%
antiguidade - 11-20	175	176	200	24	13,6%
antiguidade - >20	408	390	391	1	0,3%

Distribuição por níveis profissionais

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011	
Trabalhadores por níveis profissionais	746	739	736	-3	-0,4%
Quadros superiores	100	97	98	1	1,0%
Quadros médios	167	172	172	0	0,0%
Encarregados/mestres	36	35	35	0	0,0%
Altamente qualificados	131	131	129	-2	-1,5%
Qualificados	307	299	297	-2	-0,7%
Semi qualificados	5	5	5	0	0,0%

Distribuição por níveis de habilitações

	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	
Trabalhadores por níveis de habilitações	746	739	736	-3	-0,4%
Ensino Básico	313	285	280	-5	-1,8%
Ensino Secundário	209	216	218	2	0,9%
Ensino Superior	224	238	238	0	0,0%

Absentismo

	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	
Taxa de absentismo	4,29%	5,16%	4,32%	-0,84%	
Horas de Absentismo	58,032	67,176	55,677	-11,499	-17,1%

Formação

	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	
N.º de horas de formação	15,113	14,724	12,024	-2,700	-18,3%
N.º de formandos	1,164	787	823	36	4,6%
N.º. Participantes	648	419	430	11	2,6%

Segurança e higiene no trabalho

	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	
N.º de acidentes de trabalho - total	39	34	28	-6	-17,6%
N.º de acidentes de trabalho - com baixa	32	21	22	1	4,8%

Indicadores de Segurança

	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	
TF – Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	32	29	21,78	-7,56	-25,8%
Tf – Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa	26	22	17,42	-5,01	-22,3%
Tg – Taxa de gravidade (só do próprio ano) *	1,6	1,4	0,59	-0,81	-57,9%
TG -Taxa de gravidade (inclui repercussões de acidentes ocorridos em anos anteriores) *	1,0	1,24	1,04	-0,20	-16,1%

TF=NA/HTx106 Tf=NAita/HTx106 TG=Ndb/HTx103 Tg=Ndba/HTx103

NA – Número de acidentes

NAita – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

Ndb – Número de dias (de calendário) de baixa

Ndba – Número de dias (de calendário) de baixa do ano

HT – Número de horas trabalhadas

Medicina do trabalho					
	2010	2011	2012	Varição 2012/2011	
Nº total de exames médicos efectuados	1,052	936	1,010	74	7.9%
Nº consultas estomatologia	1,509	1,344	1,408	64	4.8%
Nº de tratamentos fisioterapia	1,285	551	0	-551	-100.0%
N.º de Campanhas de informação/saúde	8	2	5	3	150.0%

Refeitórios					
	2010	2011	2012	Varição 2012/2011	
Nº de refeições consumidas	89,926	89,367	90,646	1,279	1.4%



8. I&D e Inovação

A EPAL desenvolveu, pela 1ª vez em 2012, um processo de candidatura de projetos I&D, realizados entre 2007 e 2011, à Agência de Inovação (ADI), no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE). Neste processo foram incluídos 18 projetos, dos quais se destacam, com desenvolvimentos em 2012, os seguintes:

- **Projeto *AdaptaClima***

Deu-se continuidade ao projeto que visa dotar a EPAL com uma estratégia de médio e longo prazo de adaptação às alterações climáticas. O projeto é coordenado cientificamente pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e acompanhado pelo Grupo de Alterações Climáticas (GAC) da EPAL.

- **Projeto *Prepared***

Deu-se continuidade ao projeto que tem como principal objetivo a criação de uma plataforma comum, a nível europeu, de soluções de adaptação às alterações climáticas para as entidades gestoras do sector de abastecimento e saneamento de água.

- **Projeto de Gestão Estratégica do Risco**

Tem como objetivos: i) articular e quantificar, num contexto de incerteza e risco, as tendências futuras que poderão ter impacto nas empresas do sector da água; ii) desenvolver uma série de cenários, com base nos resultados das tendências futuras; iii) identificar e priorizar futuros riscos de índole operacional, detalhando o respetivo impacto a longo prazo no negócio; iv) consolidar as atuais políticas de gestão do risco através da incorporação de um leque de opções estratégicas que visem a resiliência do sistema a longo prazo.

- **WONE**

O WONE – Water Optimization for Network Efficiency, desenvolvido pela empresa, consiste num importante sistema para a gestão da rede de abastecimento, efetuando a sua permanente monitorização em termos dos dados pertinentes, como pressão, caudal e outros dados associados a cada uma das zonas de monitorização e controlo.

- **Revisão do Modelo Matemático**

O projeto de revisão de calibração dos modelos matemáticos em EPANET da rede de distribuição está em curso, encontrando-se em fase de calibração dos novos modelos. Esta atividade consiste no processo iterativo de comparação dos resultados dos modelos com os dados reais de telegestão e dos sistemas de telemetria, procurando-se que os modelos reflitam de forma tão fidedigna quanto possível a realidade.

- **Modelação da Qualidade da Água na Rede de Distribuição de Lisboa**

Com recurso à implementação de sondas multiparamétricas de tecnologia solid-state

- **Simulação matemática da evolução morfológica, da propagação de sedimentos e da qualidade da água do rio Zêzere entre Silvares e a captação da EPAL na Albufeira de Castelo de Bode.**

Este projeto tem como principal objetivo avaliar os efeitos de uma eventual contaminação proveniente das escombreyras das minas da Panasqueira na captação da EPAL, localizada na Albufeira de Castelo do Bode, tanto na situação atual, como em face de um cenário de eventual aluimento, ainda que parcial, das escombreyras existentes sobre o leito do rio Zêzere.

- **Estudo “Metodologias para a Delimitação de Perímetros de Proteção das Captações de Água Superficiais da EPAL”**

Em cooperação com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e a colaboração do Instituto Hidrográfico.

- **Projeto «Fungi Watch: Benefits and hurdles associated with the presence of fungi in drinking water sources»**

Em parceria com o IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica e a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e com o suporte financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- **Projeto “ChloriDec - Tecnologia para monitorização em tempo real das taxas de decaimento do cloro em sistemas de abastecimento de Água”**

Em conjunto com o LNEC e IST.

- **Projeto LDmicrobiota**, com a parceria do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o suporte financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- **Desenvolvimento de métodos de ensaio de metais em lamas provenientes das Estações de Tratamento**

- **“Contaminantes Ambientais Emergentes: Produtos Farmacêuticos”**

Ao abrigo de um Protocolo de Colaboração entre a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e a EPAL, encontra-se a decorrer um trabalho de doutoramento que se destina a desenvolver ações no âmbito do estudo, implementação e validação de métodos analíticos para caracterização e avaliação da qualidade das águas captadas, tratadas e distribuídas pela EPAL no que respeita à presença de fármacos.

- **Avaliação da metodologia para elaboração da Pegada da Água e elaboração de piloto na obra de reabilitação da Estação de Valada Tejo para cálculo da Pegada Ambiental**

- **Estudo “Optimization and Validation of a Method for the analysis of Target Organic Compounds migrating from organic materials used in contact with water intended for human consumption by SPME-GC-TOFMS”**, desenvolvido ao abrigo de um protocolo de colaboração entre a EPAL e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve.

- **Estudo “Optimization and Validation of a Method for the analysis of Volatile Organic Compounds in water intended for human consumption by SPME-GC-MS”**, executado ao abrigo de um protocolo de colaboração entre a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve e a EPAL.

- **Estudo “Validação do método de ensaio para análise de ácidos haloacéticos”**, enquadrado num protocolo de colaboração entre a EPAL e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Foi criado o concurso **EPALin**, que visa dinamizar a inovação empresarial, premiando o desenvolvimento interno de projetos que contribuam para a eficiência e eficácia dos processos e atividades da empresa e para a valorização e afirmação da marca EPAL no Setor da água.



9. Ética e Prevenção da Corrupção

Existe na EPAL um **Código de Ética e de Conduta**, cuja distribuição abrangeu todos os seus trabalhadores. O Código está disponível para consulta na intranet e internet (www.epal.pt).

O código de ética da EPAL tem por objetivo enquadrar a missão, os princípios e os valores da empresa num conjunto de referências e linhas de orientação que deverão mobilizar os comportamentos e atitudes de todos os colaboradores ao seu serviço nas suas atividades de todos os dias.

As referências e linhas de orientação do Código de Ética deverão ser observadas por todas as pessoas e entidades que trabalhem ou prestem serviços à EPAL, qualquer que seja a natureza jurídica da sua relação.

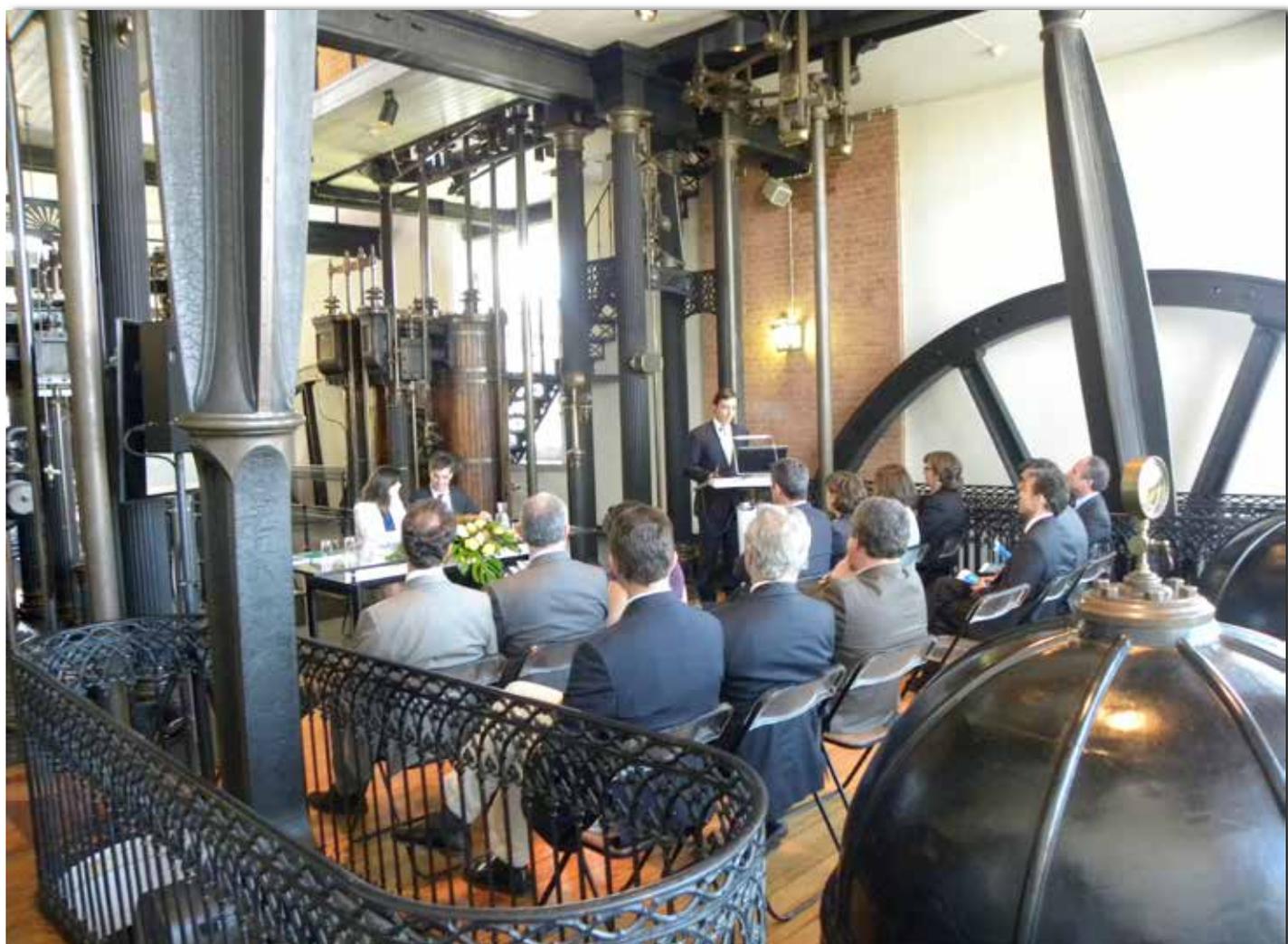
Foi adotado na empresa um **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**, também disponível na intranet e internet (www.epal.pt).

Os seus objetivos passam, em grande medida, por identificar as áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

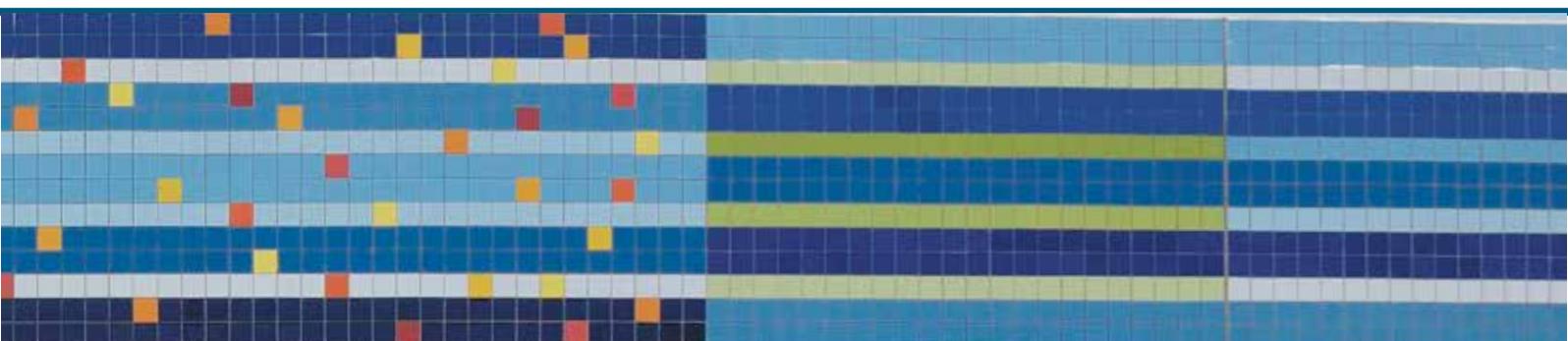
O Plano pretende também reforçar a cultura do grupo e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009.

O Plano e o Questionário de Avaliação relativo ao ano de 2011 estão disponíveis na internet e intranet da EPAL. O Questionário referente a 2012 foi remetido para a Adp - Águas de Portugal, SGPS, SA.

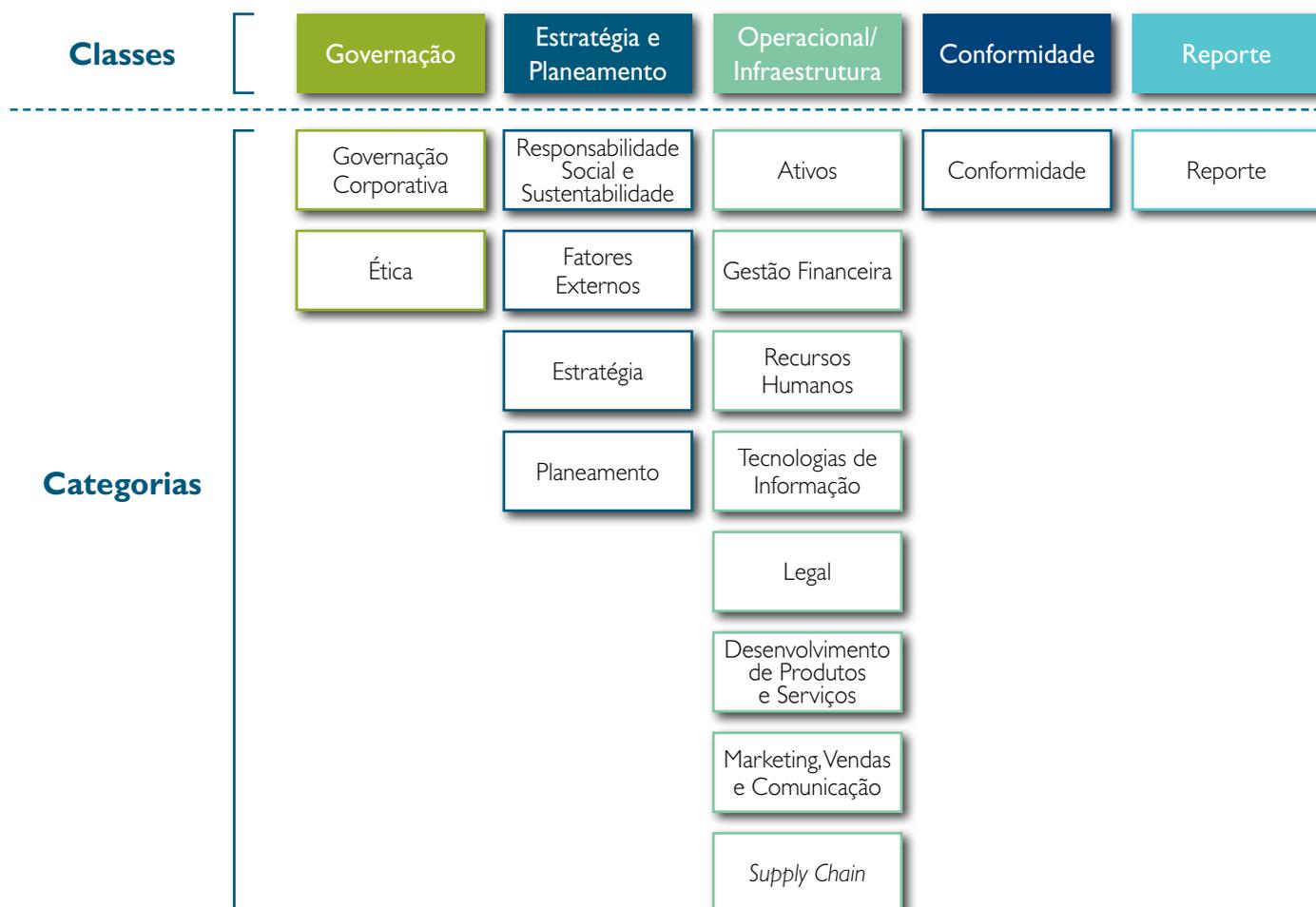


Lançamento do Programa Nacional para Uso Eficiente da Água - 12 de junho



10. Controlo de Risco

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela empresa, sendo periodicamente apreciados pelo acionista (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela EPAL e respetivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

Riscos Operacionais

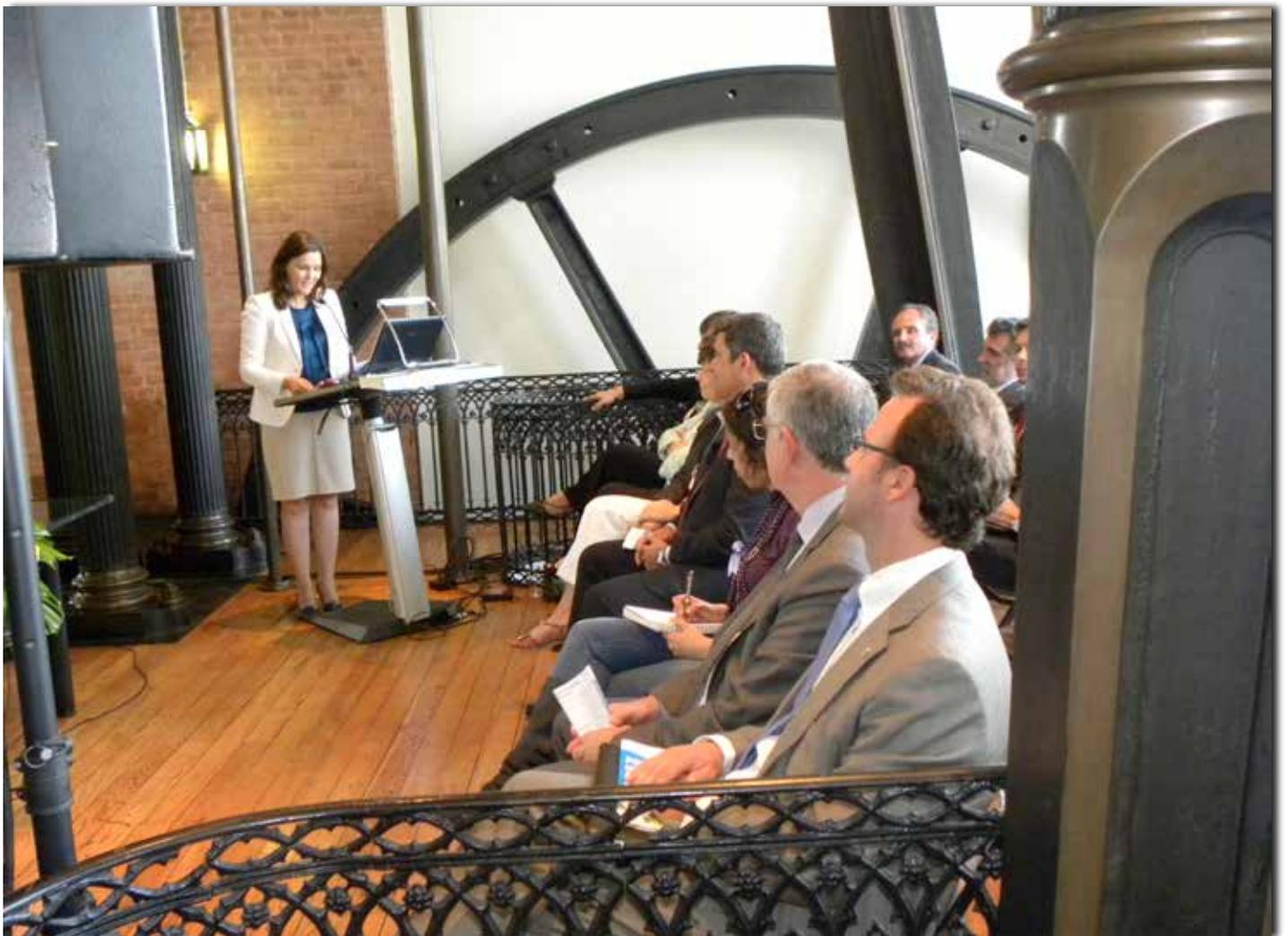
Qualidade da Água	Mitigação
Risco de consequências adversas para a saúde pública decorrentes de falhas, erros, acidentes ou avarias do processo de abastecimento	Programa Integrado de Controlo de Qualidade da Água que compreende o controlo legal, operacional e de vigilância e o controlo dos processos de tratamento instalados nas fábricas Plano de Segurança da Água, no qual são avaliados os riscos para a saúde do consumidor e os riscos de falta de água, desde a captação até a torneira, com análise exaustiva de todos os perigos existentes e das medidas de controlo implementadas
Falha ou indisponibilidade dos ativos	Mitigação
Pode pôr em causa a continuidade do abastecimento	O Sistema de Telegestão assegura a monitorização e operação dos ativos em tempo real A identificação dos riscos associados aos ativos informa as estratégias de manutenção e de investimento
Segurança física das instalações	Mitigação
Riscos de danos causados por situações fortuitas, acidentes, nomeadamente naturais, e ações de terceiros	A existência de planos de emergência e de esquemas de segurança ao nível da integridade das instalações

Riscos Financeiros

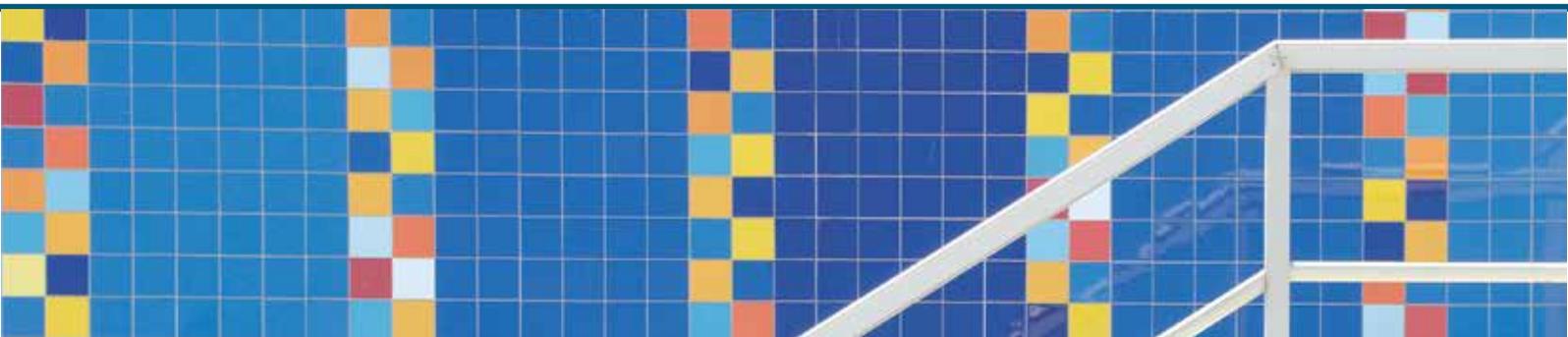
Risco de Liquidez	Mitigação
Risco de não deter fundos necessários para solver os compromissos assumidos	Manter um nível confortável de liquidez Assegurar uma estrutura financeira sólida, adaptando as fontes de financiamento aos ativos operacionais e de investimento Garantir flexibilidade na utilização de linhas de crédito, em montantes adequados ao desenvolvimento normal da atividade
Risco de Taxa de Juro	Mitigação
Risco de sobre exposição a volatilidade das taxas de mercado e, por outro lado, risco de oportunidade associado à contratação de taxas fixas	Equilíbrio da dívida a taxa fixa e a taxa variável. No final de 2012: taxa fixa: 52,9% e taxa variável: 47,1% Contratação do regime de taxa de juro mais competitivo na data de fixação, após comparação da taxa fixa com a taxa variável mais instrumento de cobertura
Risco de Crédito	Mitigação
Risco de perdas financeiras, decorrentes do incumprimento dos clientes ou contrapartes	Avaliação efetuada regularmente, tendo em conta o tipo de crédito, a finalidade e a natureza das operações, nomeadamente através do controlo dos saldos de contas a receber, com base numa avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade.

Outros Riscos

Alterações Climáticas	Mitigação
Risco de afetação da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos disponíveis	Projeto Adapta Clima, projeto plurianual de investigação para adaptação do ciclo urbano da água a cenários de alterações climáticas com o Grupo de Investigação em Alterações Climáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa Projeto PREPARED, co-financiado pelo 7º Programa Quadro da Comunidade Europeia, que tem como principal objetivo a criação de uma plataforma comum, a nível europeu, de soluções de adaptação às alterações climáticas para as entidades gestoras do sector de abastecimento e saneamento de água
Custos Energéticos	Mitigação
O peso dos custos energéticos na estrutura de custos da empresa pode não ser recuperável pela via tarifária	A compra de energia no mercado liberalizado Investimento na produção de energia através de fontes renováveis Instalação de equipamentos mais eficientes
Regulação Económica	Mitigação
Insuficiente codificação do modelo regulatório específico da EPAL	Colaboração e disponibilidade para análise e discussão do modelo regulatório
Regulamentação	Mitigação
Acréscimo de encargos para a Empresa decorrentes de nova legislação e regulamentação	Colaboração com as autoridades competentes, emitindo pareceres sobre as novas propostas de legislação ou regulamentação A procura contínua da melhoria da eficiência contribui também para a mitigação deste risco



Lançamento do Programa Nacional para Uso Eficiente da Água - 12 de junho



II. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da EPAL, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da EPAL,SA cumprem com as seguintes obrigações:

- Entrega, junto da Inspeção-geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na Empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar nº 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenham interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

No domínio da prevenção de conflitos de interesse destacam-se, ainda, os seguintes mecanismos:

- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Divulgação e adoção do Código de Ética e de Conduta
- Consagração e prática, no relacionamento com as Partes Interessadas, dos valores de:
 - Integridade e transparência
 - Competência e rigor
 - Respeito pela Lei
 - Melhoria contínua
- Existência de processos de auditoria autónomos e independentes
- Contratos de comissões de serviço em regime de exclusividade
- Cumprimento rigoroso do Código de Contratação Pública
- Composição organicamente diversificada dos júris constituídos, quer no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, quer nos de aquisição de bens e serviços



7ª Edição da Regata Troféu EPAL - Junho



12. Divulgação de Informação

A EPAL, S.A. deu cumprimento à divulgação das informações previstas na RCM n.º 49/2007, de 28 de março, através do sítio da Empresa. Relativamente aos deveres especiais de informação previstos no Despacho n.º 14277/2008, a avaliação é efetuada no relatório e contas consolidado da AdP SPGS.



13. Iniciativas de Publicidade Institucional

Publicidade efetuada pela empresa em 2012

Mês	Meio	Tipo	Custo €
Fevereiro	Diário de Notícias	Qualidade da água	2 400
Maio	Diário de Notícias	Tarifário	525
Maio	Diário de Notícias	Venda de bens	525
Maio	Diário de Notícias	Qualidade da água	2 400
Outubro	Diário de Notícias	Qualidade da água	2 400
Outubro	Água e Ambiente	Encarte	1 533,75
Total			9 783,75



7ª Edição da Regata Troféu EPAL - Junho



14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

- Foi dado integral cumprimento às instruções do acionista recebidas no decurso de 2012 e no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.
- Foram cumpridas as normas de contratação pública vigentes, nomeadamente a orientação do despacho n.º 438/10-SETF.
- O cumprimento das orientações previstas na Lei n.º 64-A/2011 e respeitantes ao “Sistema Nacional de Compras Públicas” e ao “Parque de Veículos do Estado” pode ser visto no âmbito do relatório e contas do grupo AdP. A grande maioria dos bens e serviços adquiridos compreende-se em categorias específicas das atividades das empresas nele compreendidas e, como tal, as aquisições processam-se no âmbito da AdP – Serviços Ambientais, SA., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços Ambientais.
- Relativamente às recomendações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de Fevereiro, relativas à aplicação e salvaguarda do Princípio da Igualdade do Género, a EPAL rege-se por um conjunto de princípios que promovem a Igualdade de Géneros, através da adoção de práticas evidentes de não discriminação, seja em razão da raça, etnia, sexo, idade, deficiência física, convicção religiosa, opinião ou filiação política. A promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, assim como, a adoção de medidas tendentes a potenciar a conciliação entre a vida pessoal e profissional, são objetivos estratégicos da empresa e são compromissos publicamente assumidos na sua política.
- A avaliação do cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2012 (conforme ofício-circular n.º 82, de 6 de janeiro) deve efetuar-se em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas do grupo.
- A avaliação relativa à redução do número de órgãos sociais, dirigentes e efetivos é efetuada em termos consolidados estando o seu grau de cumprimento espelhado no relatório e contas do grupo.
- Numa ótica de gestão do Grupo Águas de Portugal, foi solicitada à tutela pela AdP SGPS a dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado, nos termos previstos na Lei (Lei n.º 64-B/2011 - art.º 89º).
- Evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores (RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro, e Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril.

Mapa da posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

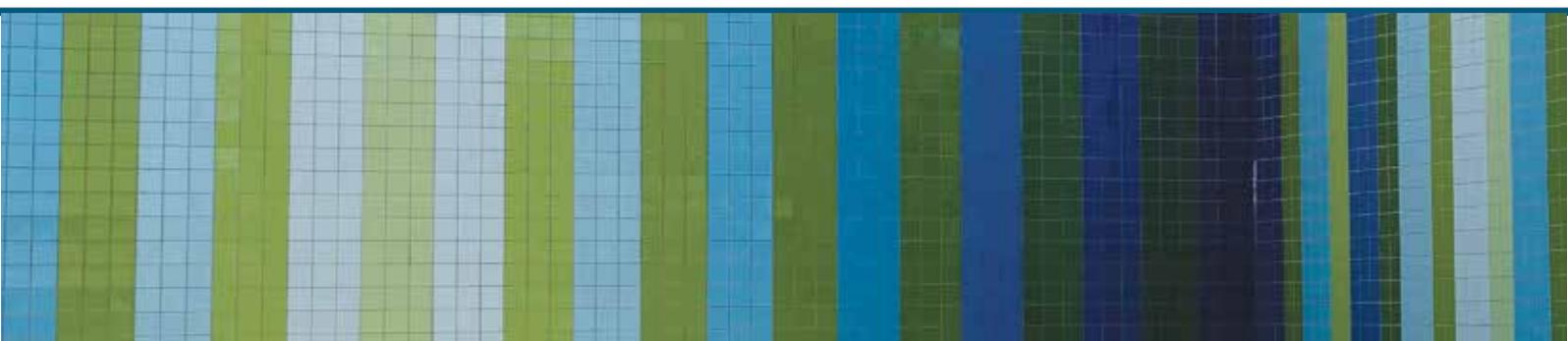
(Valores em milhares de Euros)

Natureza de Bens e Serviços

	90 - 120	120 - 240	240 - 360	> 360
Outros bens e serviços	8	152	26	190
Total	8	152	26	190

Prazo médio de pagamentos a fornecedores nos termos do RCM 34/2008, com as alterações intrduzidas pelo Despacho 870/2009

PMP	2010	2011	2012
PMP a Fornecedores (dias)	35	31	30



15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

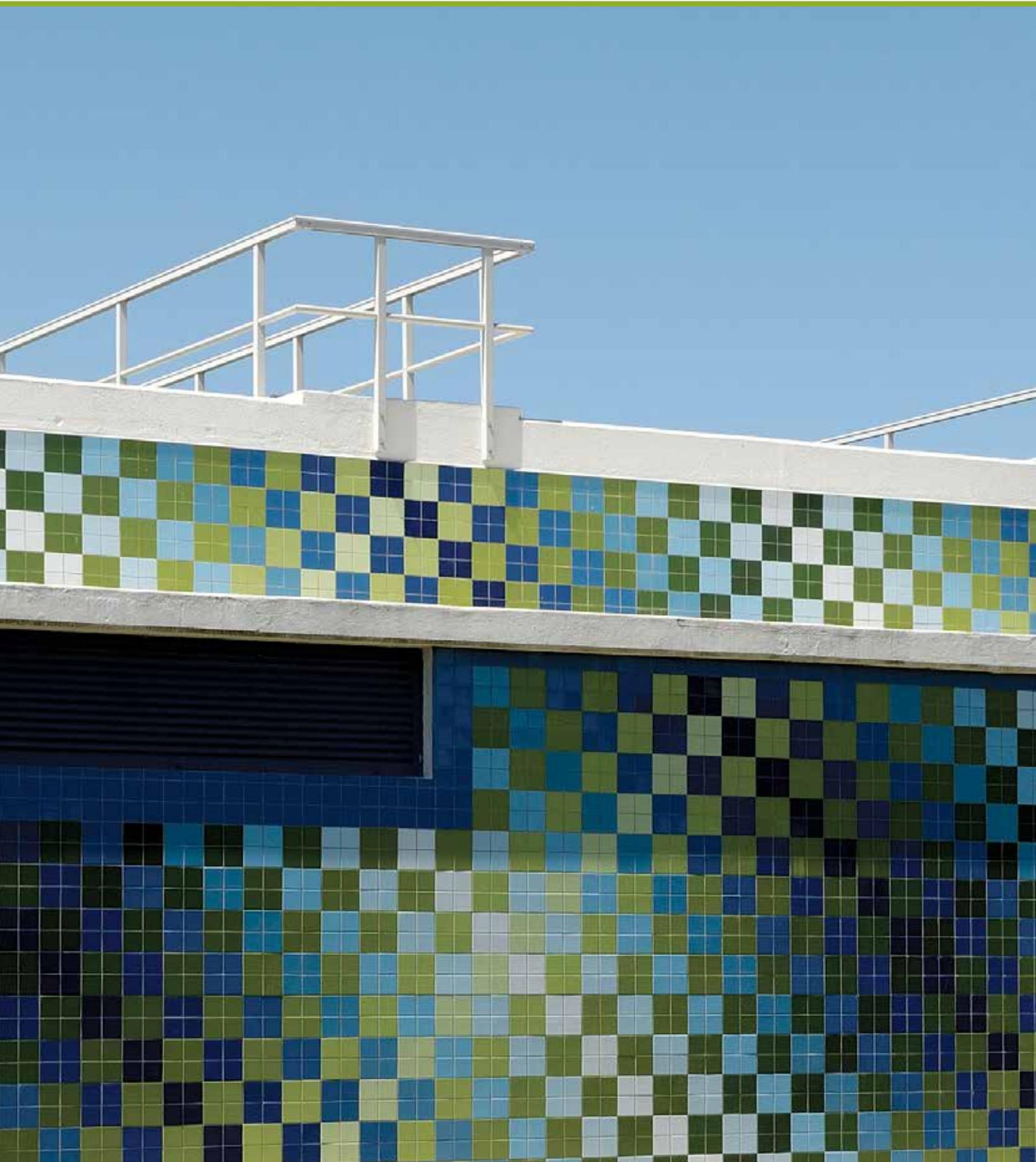
A governação da EPAL, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de março, nomeadamente os referentes a:

- Divulgação e prossecução da Missão, Objetivos e princípios gerais de atuação da empresa
- Elaboração de planos e orçamentos anuais
- Garantia de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres
- Respeito pelos trabalhadores e promoção da respetiva valorização profissional
- Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos trabalhadores
- Cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis
- Equidade nas relações com Clientes, Fornecedores e restantes partes interessadas
- Existência de Código de Ética e de Conduta
- Condução formalizada e íntegra dos negócios
- Existência de órgãos de administração e de fiscalização com segregação de funções
- Auditorias regulares e sistemáticas às contas
- Manutenção e desenvolvimento de sistemas de controlo adequados, nomeadamente dos riscos associados ao negócio e à empresa
- Divulgação da informação relevante



Atividade da Empresa







I. Introdução

A atividade da EPAL está orientada para a captação, produção, transporte e distribuição de água para consumo humano.

Para além da prestação dos serviços inerentes ao fornecimento de água, nomeadamente, atendimento e assistência domiciliária, são complementarmente prestados serviços de análise e controlo laboratorial, aferição e reparação de contadores e monitorização de redes. A EPAL comercializa, ainda, um sistema de informação e gestão comercial, o AQUAmatrix, destinado a entidades gestoras de água, saneamento e resíduos sólidos. Durante 2012 foi ainda criado um produto, o WONE, que permite efetuar o controlo de fugas nas redes de distribuição de água e cuja comercialização foi já iniciada.

O mercado da EPAL na prestação dos serviços de abastecimento de água compreende uma área de 7.090 km², com 346.121 clientes diretos no município de Lisboa, 17 clientes municipais e 3 clientes multimunicipais, que representam, no seu todo, 35 municípios, envolvendo cerca de 2,9 milhões de consumidores.

Com a sua área de intervenção, o número de consumidores servidos, a captação de 224,2 milhões de metros cúbicos de água, um volume de negócios na ordem dos 144,2 milhões de euros e com 736 trabalhadores, a EPAL é a maior empresa nacional no setor do abastecimento de água e a maior empresa do Grupo Águas de Portugal.



Apoio à Seleção Portuguesa de Natação Adaptada aos Jogos Paralímpicos - Agosto



2. Enquadramento Macroeconómico

Global

À semelhança de 2011, em 2012 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,2% em 2012; 3,9% em 2011). As crises das dívidas soberanas dos últimos anos nas economias mais avançadas, que levaram à estagnação do seu crescimento económico, são fatores relevantes que influenciam de sobremaneira este status quo, cuja recuperação se afigura lenta e que teve início no já longínquo ano de 2007 nos Estados Unidos da América, com a crise financeira do “subprime”. Não fosse novamente o crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) e o abrandamento da economia mundial teria sido mais acentuado. Surpreendente foi o desempenho económico dos Estados Unidos, com uma taxa de crescimento superior ao esperado (2,3%), suportado, em grande medida, por um ambiente favorável dos mercados financeiros e uma recuperação do mercado imobiliário. Em 2013 é expectável uma ligeira recuperação económica, no entanto, os riscos da zona euro e a recessão do Japão podem inviabilizar esta perspetiva.

União Europeia

A economia da União Europeia registou em 2012 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,5%. A diminuição da procura interna, a queda do investimento, a diminuição da produção industrial e o aumento do desemprego, são indicadores que sustentam a grave crise económica da Europa, com particular incidência na zona euro. Por outro lado, a desconfiança dos mercados sobre a capacidade dos governos europeus e do Banco Central Europeu em resolverem definitivamente a crise da dívida soberana também não ajudam a inverter este ciclo negativo. Ainda que numa primeira fase esta crise tenha afetado principalmente países considerados periféricos (Irlanda, Portugal e Grécia, e mais recentemente Chipre), é um facto que durante 2012 também chegou a Espanha e Itália, economias com peso significativo na zona euro. Esta instabilidade colocou uma pressão adicional nas instituições europeias no sentido de aprovarem medidas que salvaguardem a integridade do euro, como moeda única.

Deste modo, o Banco Central Europeu tomou medidas consideradas determinantes na recuperação de alguma confiança da zona euro. No início de 2012 efetuou uma segunda operação de cedência de liquidez à banca que, em conjunto com a primeira em dezembro de 2011, atingiu o montante de 1000 milhões de euros. Posteriormente apresentou um programa de aquisição de títulos de dívida pública em mercado secundário, sem limite máximo. Estas medidas, consideradas instrumentos potentes, em conjunto com alguns passos dos governos nacionais que consolidaram o compromisso e coordenação política no sentido de estabilização e fortalecimento da união monetária, tiveram um efeito positivo no final de 2012, no que concerne à redução dos riscos sistémicos da zona euro e à recuperação de alguma confiança dos mercados, tendo contribuído, de forma significativa, para a forte redução das taxas de juro da dívida pública dos países intervencionados.

Portugal

Em 2012, deu-se continuidade ao cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. O desempenho da economia portuguesa

em 2012 continuou a ser fortemente marcado pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como de condições de financiamento restritivas, no quadro do processo de desalavancagem ordenada e gradual do sector bancário e de persistência de tensões associadas à crise da dívida soberana na área do euro. Em 2012, a queda do PIB em cerca de 3% confirma um cenário de recessão que não se observava na economia portuguesa desde 1975. Esta evolução resulta de uma queda expressiva e generalizada da procura interna, mitigada pelo assinalável crescimento das exportações ao longo do ano. Em 2012, o consumo privado deverá ter registado uma contração de 5,5%, ao passo que o investimento deverá ter caído cerca de 14 por cento, traduzindo uma redução de todas as componentes, com especial incidência no investimento público e residencial. O consumo público ter-se-á reduzido cerca de 4,5% pelo segundo ano consecutivo. A retração da procura global, não obstante o significativo aumento das exportações, contribuiu para uma queda das importações de cerca de 7,0%, refletindo a redução expressiva de componentes da procura com elevado conteúdo importado – consumo de bens duradouros e investimento empresarial.

Positiva tem sido a alteração da composição da despesa agregada, traduzindo-se num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9,4% do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. A atual projeção aponta para a continuação da melhoria da balança de bens e serviços, para a qual se projetam excedentes de 3,1 e 4,1 % do PIB em 2013 e 2014, respetivamente.

O deficit das contas públicas nacionais deverá atingir um valor próximo dos 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de 880 milhões de euros no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto (em cerca de 1622 milhões de euros), em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos a cargo da empresa ANA (800 milhões de euros recebidos em 2012, ou perto de 0,5% do PIB).

A taxa de desemprego em Portugal, deverá ser de 15,6% em 2012, superior à média registada no conjunto dos 27 países da União Europeia, que se situava em 10,7%. A taxa em Portugal é a terceira mais alta da Europa, logo atrás da Grécia e de Espanha, onde o desemprego supera já os 26% da população ativa.

O grande desafio com que Portugal está confrontado é o de promover o desenvolvimento e crescimento económico num novo quadro institucional. A implementação coerente de reformas e a redefinição do papel do Estado são fundamentais para estimular o investimento, a inovação e o progresso técnico, sem os quais não existirá desenvolvimento económico. O desafio do desenvolvimento económico passa pela mobilização dos agentes para a necessidade e benefícios de reformas que assegurem níveis de bem-estar compatíveis com a manutenção da coesão social.

Fonte: Grupo AdP; FMI world economic outlook; ES Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat.

3. Enquadramento do Setor

O Grupo AdP prestou os serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos urbanos durante o ano de 2012 num contexto de acrescidas restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), quer quanto à evolução de custos, quer quanto ao crescimento do nível de endividamento.

O ano de 2012 ficou marcado pelo início do processo de implementação das medidas traçadas pelo Governo para o setor e, em particular, para o Grupo AdP.



4. Regulação

Regulação Económica

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL, bem como os respetivos princípios de aplicação, são fixados por Convenção a celebrar anualmente entre a Direção Geral das Atividades Económicas e a empresa, ficando a mesma sujeita à ratificação conjunta dos Ministérios da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e da Economia e do Emprego. A Convenção obedece ao regime de fixação de preços que se encontra estabelecido no Decreto-Lei 230/91, de 21 de junho e à qualificação de consumidores estabelecida na Portaria n.º 6-A/92.

As propostas de tarifário da EPAL são alicerçadas nos princípios de política tarifária a aplicar aos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público, enquadrados na Lei da Água, na qual a água é considerada um bem económico escasso, essencial à vida e às atividades económicas, a que se deve atribuir o justo valor, devendo o seu preço constituir o reflexo do custo real do abastecimento, dos custos ambientais e de escassez.

Os objetivos subjacentes ao estabelecimento de tarifas estão consignados na Lei da Água, no seu art. 82.º, n.º 1 e no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 Junho, que estabelece no art.º 10 que o cálculo da tarifa deve gerar receitas que permitam:

- uma remuneração adequada dos capitais investidos;
- níveis adequados de auto financiamento;
- a cobertura dos custos de exploração.

Regulação da Qualidade de Serviço

A regulação da qualidade de serviço é assegurada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) abrangendo ainda a sua monitorização e avaliação, através de um conjunto de indicadores, efetuando um exercício de benchmarking entre as várias entidades gestoras dos setores das águas e dos resíduos, publicando anualmente os resultados no relatório que elabora sobre o setor.

Regulação da Qualidade da Água para Consumo Humano

A regulação da Qualidade da Água encontra-se atribuída à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), que detém o estatuto de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano.

O Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, é o diploma legal que, a partir de 2008, regulamenta a qualidade da água para consumo humano, definindo a frequência de amostragem e de análise a cumprir nos pontos de entrega a entidades gestoras, entregas a clientes

diretos abastecidos através do sistema de transporte e nas torneiras dos consumidores da cidade de Lisboa. Estabelece ainda as normas da qualidade para cada parâmetro cujo controlo é obrigatório.

A qualidade da água fornecida pela EPAL é evidenciada através de um intenso programa de amostragem e de análise da água captada, transportada, fornecida a outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento e distribuída na cidade de Lisboa, tendo por objetivos, entre outros, o cumprimento da legislação em vigor, a prevenção/salvaguarda da saúde do consumidor e a segurança do serviço prestado 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Os resultados obtidos no âmbito do controlo legal são avaliados anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e publicados anualmente no “Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP)”.

5. Análise Económica e Financeira

Principais indicadores (milhões EUR)

O ano 2012 ficou marcado por um desempenho económico muito positivo e a manutenção de uma sólida posição e estrutura financeiras.

Unidade: M EUR	2010	2011	2012	Varição 12/11	
Volume de negócios	147,5	147,0	144,2	-2,8	-1,9%
Volume de água vendida (milhões m ³)	213,8	210,3	205,2	-5,1	-2,4%
Resultado líquido do exercício	45,9	42,6	43,9	+1,3	+3,0%
Rendibilidade do volume de negócios (RL/VN)	31,1%	28,9%	30,4%	+1,5 p.p.	-
Gastos totais (inclui IRC)	118,2	113,3	110,2	-3,1	-2,7%
FSE e Gastos com pessoal	70,9	60,9	57,4	-3,5	-5,7%
EBITDA	87,0	86,5	87,9	+1,4	1,6%
Ativo total	916,9	902,2	885,1	-17,1	-1,9%
Capital próprio	506,1	524,4	533,0	+8,6	1,6%
Passivo total	410,8	377,8	352,1	-25,7	-6,8%
Fundo de maneio	36,7	46,1	47,1	+1,0	2,2%
Endividamento de médio e longo prazo	239,3	222,4	205,2	-17,2	-7,7%

Resultados líquidos (milhões EUR)

O resultado líquido de 2012 ascendeu a 43,9 milhões EUR, registando um aumento de 1,3 milhões EUR face ao resultado verificado em 2011.

Unidade: M EUR	2010	2011	2012	Varição 12/11	
Rendimentos totais	164,2	155,8	154,0	-1,8	-1,2%
Gastos totais *	118,2	113,3	110,2	-3,1	-2,7%
Resultado Líquido	45,9	42,6	43,9	+1,3	+3,0%

* Inclui IRC

Apesar da redução de cerca de 1,8 milhões EUR nos rendimentos, as medidas tomadas ao nível da contenção de gastos, que originaram uma diminuição de cerca de 3,1 milhões EUR nos Gastos totais, permitiram que o desempenho económico da Empresa, em 2012, fosse bastante positivo, com um crescimento de cerca de 3% do resultado líquido, face ao ano anterior:

Rendimentos totais (milhões EUR)

Os rendimentos totais ascenderam a 154 milhões EUR (-1,8%).

Unidade: M EUR	2010	2011	2012	Varição 12/11	
Volume de Negócios	147,5	147,0	144,2	-2,8	-1,9%
Subsídios ao investimento	1,9	1,9	1,3	-0,6	-33,5%
Provisões (redução líquida)	10,9	0,2	0,8	0,7	367,5%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2,4	3,1	4,3	1,2	39,6%
Juros e rendimentos similares	1,5	3,7	3,5	-0,2	-5,8%
Rendimentos totais	164,2	155,8	154,0	-1,8	-1,2%

Para a evolução negativa registada nos rendimentos totais contribuíram essencialmente a redução do volume de negócios e a variação dos subsídios ao investimento resultante da alteração da vida útil de alguns ativos subsidiados.

Os juros e rendimentos similares registaram um decréscimo marginal de 0,2 milhões EUR, resultante da diminuição das taxas de juros das aplicações financeiras.

Volume de Negócios (milhões EUR)

O Volume de Negócios ascendeu a 144,2 milhões EUR (redução de 1,9%).

Unidade: M EUR	2010	2011	2012	Varição 12/11	
Vendas	145,4	145,7	143,0	-2,7	-1,8%
Prestações de Serviços	2,0	1,4	1,2	-0,2	-11,1%
Volume de negócios	147,5	147,0	144,2	-2,8	-1,9%

O Volume de Negócios registou uma quebra de 2,8 milhões EUR (-1,9%) face a 2011, decorrente fundamentalmente do decréscimo de 5,1 milhões m³ no volume vendido (-2,4%). As receitas com a quota de serviço (componente fixa do tarifário) e prestações de serviços seguiram também esta tendência, com reduções de 0,3 milhões EUR (-1%) e 0,2 milhões EUR (-11%), respetivamente.

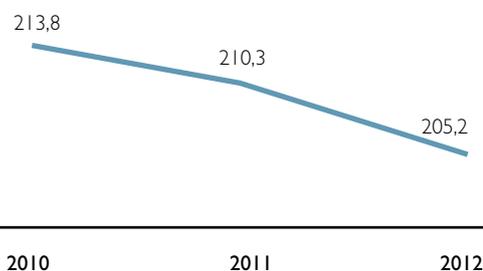
Vendas (milhões m³)

A água vendida situou-se nos 205,2 milhões m³, sendo que 150,5 milhões foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 54,7 milhões m³ aos utilizadores finais (clientes diretos). Nos clientes municipais e multimunicipais registou-se um decréscimo de 3,5 milhões m³ (-2,3%), resultante fundamentalmente da quebra de consumo nos concelhos limítrofes de Lisboa. Esse decréscimo foi minimizado, ainda que muito parcialmente, pelo crescimento de 1,5% (+0,4 milhões m³) do consumo da empresa Águas do Oeste. Nas Vendas aos clientes diretos assistiu-se a uma redução de 1,6 milhões m³ (-2,8%), com os segmentos Estado/Embaixadas e Comércio/Indústria a registarem quebras superiores a 7%.

Volume de Negócios (milhões de EUR)



Procura (milhões de m³)



Gastos totais (milhões EUR)

Os gastos totais ascenderam a 110,2 milhões EUR.

Unidade: M EUR	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2,8	2,9	2,9	-0,1	-2,5%
Fornecimento e serviços externos	39,2	35,1	34,5	-0,6	-1,8%
Gastos com o pessoal	31,7	25,8	22,9	-2,8	-11,0%
Depreciações e perdas de imparidade	23,5	24,4	26,3	1,9	7,9%
Impostos e taxas	1,2	0,9	1,2	0,3	32,3%
Imparidades de dívidas a receber	0,3	0,4	0,5	0,1	15,2%
Outros gastos operacionais	0,6	0,4	0,6	0,2	33,8%
Juros e gastos similares	4,3	5,9	5,0	-0,9	-13,9%
Imposto sobre o rendimento do exercício	14,6	17,4	16,2	-1,2	-6,8%
Gastos totais	118,2	113,3	110,2	-3,1	-2,7%
% em função do Volume de Negócios	80%	77%	76%		

O ano foi marcado por um significativo esforço de contenção de gastos, com especial incidência nos Fornecimentos e Serviços Externos (-0,6 milhões EUR), sendo ainda de assinalar a redução dos custos com Pessoal (-2,8 milhões EUR) e de Gastos Financeiros (-0,8 milhões EUR).

No contexto do Plano de Redução de Gastos Operacionais no Setor Empresarial do Estado, foi definido como objetivo a manutenção do peso dos gastos operacionais (considerando as rubricas de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimento e serviços externos e gastos com o pessoal) no volume de negócios. A EPAL apresentou em 2012 uma redução de 4,5%, cumprindo dessa forma a orientação em apreço.

Constata-se ainda que, apesar do aumento da carga fiscal registada em 2012 comparativamente com 2011, a EPAL apresenta uma redução de cerca de 6,8% do valor do imposto sobre o rendimento do exercício, resultante da consideração do benefício fiscal das candidaturas apresentadas no âmbito do SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

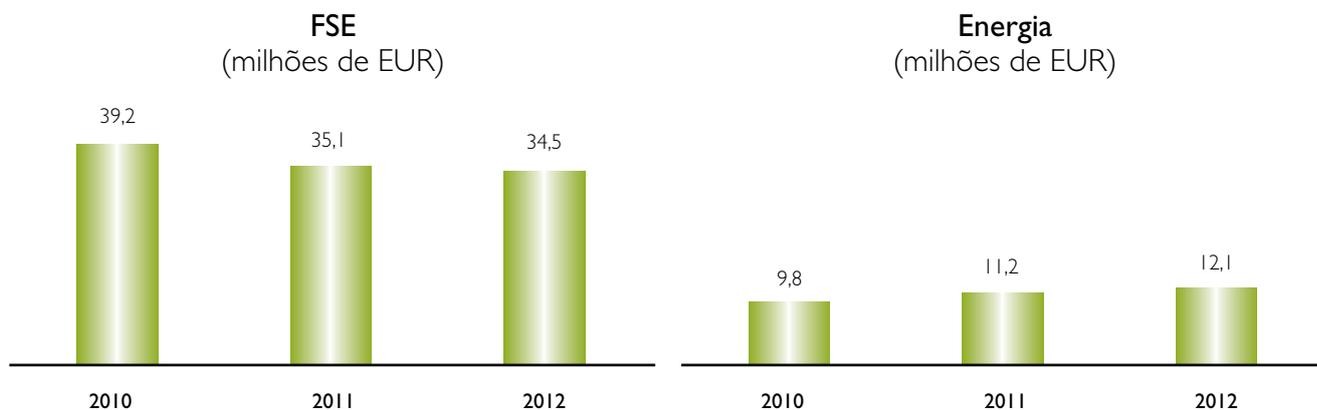
De destacar ainda que o peso dos gastos totais no volume de negócios da Empresa manteve a trajetória de redução que se verificou no último ano, passando de 77% para 76%.

Fornecimentos e serviços externos

Nos Fornecimentos e serviços externos (FSE) verificou-se igualmente um desempenho positivo, que só não foi mais acentuado devido ao aumento dos gastos com eletricidade.

Manteve-se a tendência de redução face aos anos anteriores, apresentando em 2012 um decréscimo global de 1,8% (cerca de 0,6 milhões EUR).

Apesar dos esforços da Empresa na melhoria da eficiência e na racionalização de consumos, não foi possível anular o efeito adverso da significativa subida do preço da eletricidade (+16%), fazendo com que o gasto com energia tenha aumentado 0,9 milhões EUR (+8%). A EPAL tem prosseguido uma estratégia de melhoria dos níveis de eficiência energética, através da instalação de equipamentos mais eficientes (instalação de diversos variadores de velocidade nos grupos elevatórios), da procura de outras fontes de energia (exemplo da instalação de sistemas fotovoltaicos) e da aquisição da energia no mercado liberalizado (a EPAL foi das primeiras empresas a lançar um concurso para aquisição de energia no mercado liberalizado). Em todo o caso, merece especial destaque a significativa redução das perdas de água (-5 milhões de m³) que se traduziram por uma importante poupança energética.



Gastos com o pessoal

Decréscimo significativo dos gastos com o pessoal para 22,9 milhões EUR (-2,8 milhões EUR)

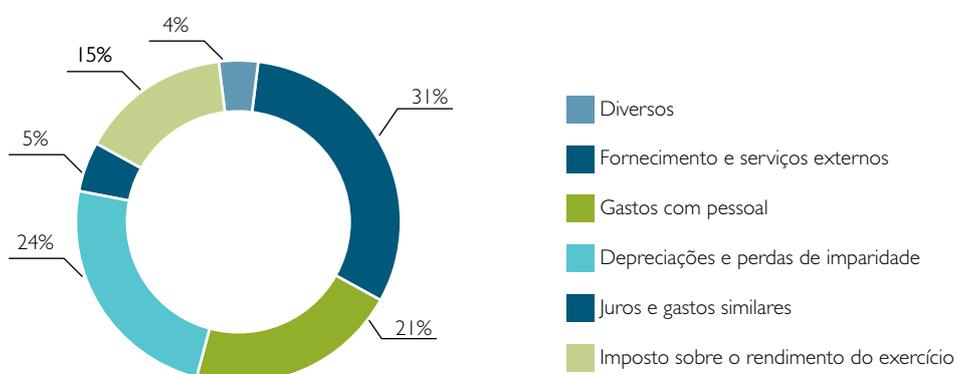
A redução verificada resultou essencialmente:

- Não processamento quer do subsídio de férias quer do subsídio de Natal, decorrente das alterações legislativas para as empresas do setor empresarial do Estado. Esta medida levou a que a EPAL registasse uma poupança de cerca de 1,1 milhões EUR face a 2011, respeitante ao subsídio de Natal;
- Decréscimo de 0,2 milhões EUR (-30%) no trabalho suplementar;
- Redução do número médio de trabalhadores em 10 colaboradores (0,1 milhões de EUR);

- Decréscimo de 1,0 milhões EUR nos gastos com benefícios de reforma, em resultado de não terem sido atribuídas quaisquer novas pré-reformas no ano;
- Decréscimo nas remunerações dos Órgãos Sociais em 0,2 milhões EUR (-35%), em resultado quer da redução do número dos seus membros, bem como pela entrada em vigor do Estatuto do Gestor Público, o qual implicou uma significativa redução das remunerações dos órgãos sociais da Empresa.

Estrutura de gastos

As rubricas mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com Pessoal e Depreciações que, globalmente, representaram 76% do total de gastos da Empresa em 2012, mantendo sensivelmente a mesma proporção de 2011.



Margem operacional (milhões EUR)

Aumento do EBITDA para os 87,9 milhões EUR (+ 1,6%), em consequência da conjugação das reduções dos Fornecimentos e serviços externos e Gastos com pessoal com o incremento dos outros rendimentos operacionais e aumento das provisões. A redução do volume de negócios atenua decisivamente esta variação.

Ligeira descida dos resultados operacionais em 0,8%, para 61,6 milhões EUR.

Unidade: M EUR	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Volume de negócios	147,5	147,0	144,2	-2,8	-1,9%
Outros rendimentos operacionais	4,3	5,0	5,5	0,6	11,8%
Custo das vendas	-2,8	-2,9	-2,9	0,1	-2,5%
Fornecimentos e serviços externos	-39,2	-35,1	-34,5	0,6	-1,8%
Gastos com o pessoal	-31,7	-25,8	-22,9	2,8	-11,0%
Perdas de imparidade	-0,3	-0,4	-0,5	-0,1	15,2%
Outros gastos operacionais	-1,7	-1,4	-1,8	-0,5	32,8%
Provisões (aumentos / reduções)	10,9	0,2	0,8	0,7	367,5%
Cash flow operacional (EBITDA)	87,0	86,5	87,9	1,4	1,6%
Depreciações e imparidades de ativos	-23,5	-24,4	-26,3	-1,9	7,9%
Resultados operacionais (EBIT)	63,5	62,1	61,6	-0,5	-0,8%

Estes resultados são também visíveis em termos de margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios) a qual passou de 59% para 61% (aumento de dois pontos percentuais).

Unidade: M EUR	2010	2011	2012	Varição 12/11	
EBITDA	87,0	86,5	87,9	1,4	1,6%
Volume de negócios	147,5	147,0	144,2	-2,8	-1,9%
Margem EBITDA	59%	59%	61%	2 p.p.	3,6%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

Resultados Financeiros (milhões EUR)

Melhoria dos resultados financeiros em 0,6 milhões EUR, que em 2012 ascenderam a -1,6 milhões EUR

Unidade: M EUR	2010	2011	2012	Varição 12/11	
Rendimentos e ganhos financeiros	1,5	3,7	3,5	-0,2	-5,8%
Gastos e perdas financeiros	-4,3	-5,9	-5,0	0,8	13,9%
Resultados financeiros	-2,9	-2,2	-1,6	0,6	27,7%

A redução dos gastos financeiros (-0,8 milhões EUR) compensou a redução dos rendimentos financeiros (-0,2 milhões EUR)

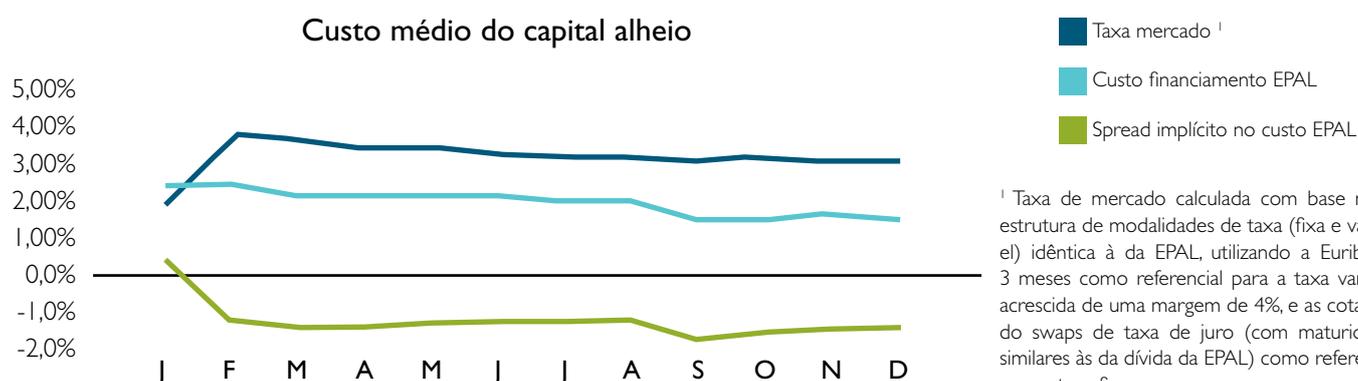
Os rendimentos financeiros dizem sobretudo respeito a juros de aplicações bancárias e ascenderam a 3,5 milhões EUR. A sua evolução face ao ano anterior justifica-se pela forte contração das taxas de juro que remuneraram os excedentes financeiros.

Os gastos financeiros ascenderam a 5,0 milhões EUR, menos 13,9% do que no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento.

A empresa não recorreu em 2012 a qualquer novo financiamento, tendo efetuado reembolsos de capital no valor de 16 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização previsto.

Custo médio do capital alheio

Verifica-se que o custo médio de financiamento na EPAL situou-se em níveis bastante atrativos face a uma taxa média de mercado, como resulta dos níveis de spread implícitos verificados ao longo do ano de 2012.



¹ Taxa de mercado calculada com base numa estrutura de modalidades de taxa (fixa e variável) idêntica à da EPAL, utilizando a Euribor a 3 meses como referencial para a taxa variável, acrescida de uma margem de 4%, e as cotações do swaps de taxa de juro (com maturidades similares às da dívida da EPAL) como referencial para a taxa fixa.

Posição financeira (milhões EUR)

No final de 2012, o ativo da EPAL ascendia a 885,1 milhões EUR e o capital próprio e o passivo eram de 533,0 e 352,1 milhões EUR, respetivamente.

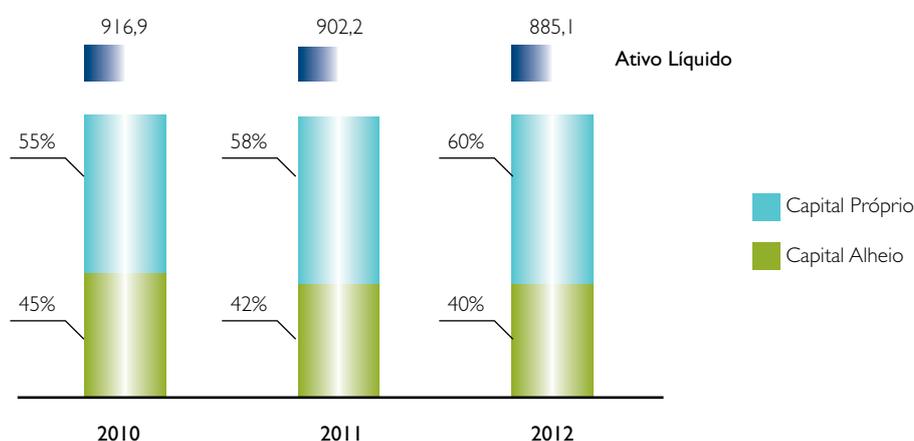
Unidade: M EUR	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Ativo não corrente	804,0	791,5	777,2	-14,3	-1,8%
Ativo corrente	112,9	110,6	107,9	-2,7	-2,5%
Total do ativo	916,9	902,2	885,1	-17,1	-1,9%
					-
Capital próprio	506,1	524,4	533,0	+8,6	+1,6%
Passivo não corrente	334,6	313,3	291,4	-21,9	-7,0%
Passivo corrente	76,2	64,5	60,7	-3,8	-5,9%
Total do capital próprio e passivo	916,9	902,2	885,1	-17,1	-1,9%

Como em anos anteriores, a EPAL terminou o ano de 2012 com uma sólida situação financeira, com uma autonomia financeira de 60,2% e um fundo de maneo positivo de 47,1 milhões EUR. O valor do Net Debt/EBITDA de 1,74 em 2012, o qual representa uma variação positiva face a 2011 de 8,5%, confirma a sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

	2010	2011	2012
Autonomia Financeira	55,2%	58,1%	60,2%
Net Debt/EBITDA	1,98	1,90	1,74
Fundo de maneo (milhões EUR)	36,7	46,1	47,1
Solvabilidade	1,23	1,39	1,51

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total
 NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA
 Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente
 Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

A EPAL continua pois a manter uma forte robustez financeira, evidenciando uma equilibrada estrutura de capital e uma forte capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

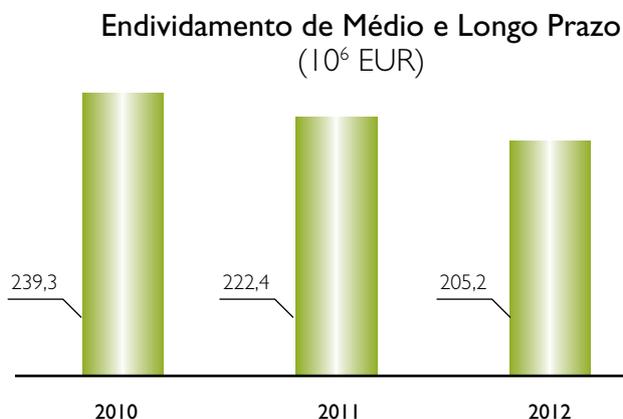


A otimização dos recursos financeiros continua a ser uma das prioridades da EPAL, procurando-se uma adequada correspondência entre maturidades de ativos e respetivas fontes de financiamento. No final de 2012 evidenciava-se uma sólida relação entre ativos não correntes (87,8% do total) e capitais permanentes (capital próprio e passivo não corrente representavam em conjunto 93% do total).



Endividamento de Médio e Longo Prazo (milhões EUR)

O endividamento bancário de médio e longo prazo, ascendia a 205,2 milhões EUR no final de 2012, menos 17,2 milhões EUR que em 2011, evolução justificada pela ausência de recurso a endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.



Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos.

Cash flow gerado (milhões EUR)

O cash flow do ano foi negativo em 5,0 milhões EUR.

	2010	2011	2012
Fluxos de caixa operacionais	55,2	48,8	65,3
Fluxos de caixa do investimento	-30,9	-10,9	-15,0
Pagamentos em atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e serviço da dívida bancária	-49,3	-42,7	-55,3
Recebimentos em atividades de financiamento			
Desembolsos do ano	50	0	0
Variação de caixa e seus equivalentes	25	-4,8	-5,0

Apesar do valor negativo do cash flow no ano, os fluxos de caixa decorrentes da atividade operacional foram suficientes para financiar o investimento e ainda para assegurar a quase totalidade do serviço da dívida bancária e a distribuição de dividendos.

Ressalve-se que foi expurgado como fluxo de caixa de investimento, para efeitos do mapa anterior relativo ao exercício de 2012, o valor de 13,5 milhões de EUR que não cumpre os critérios contabilísticos de classificação como caixa e seus equivalentes, visto que a sua maturidade excede os 6 meses (ver Nota 4 do Anexo às Contas), apesar de estar contabilizado em depósitos a prazo. Foi adotado procedimento idêntico nos exercícios anteriores.

O autofinanciamento continua a ser a fonte primordial de financiamento da atividade.

O prazo médio de pagamentos foi de 30 dias e apresentou uma evolução positiva face ao ano anterior; o qual tinha sido de 31 dias.

Fundo de pensões

O Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 37,4 Milhões de EUR, registando um nível de financiamento de 106%, atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 35,4 milhões de EUR. O valor do Fundo Pensões da EPAL representa 135% das responsabilidades calculadas segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP.

O Fundo de Pensões de Contribuição Definida ascendia a 15,7 Milhões EUR no final de 2012.

Empresas participadas

Não se verificaram alterações ao nível dos investimentos financeiros da EPAL, que no final do ano detinha as seguintes participações financeiras:

Clube de Golfe das Amoreiras, SA	100,0%	350.000 Euros
Fundec		1.500 Euros

Clube de Golfe das Amoreiras, SA

- Tem como objetivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras
- O seu capital social é de 350.000 Euros
- Sem atividade nos últimos anos pela pendência de ações em tribunais arbitrais que condicionou a realização do seu objeto social



Pavilhão EPAL no Congresso Mundial da IWA em Busan, Coreia do Sul - Setembro

6. Atividade Operacional

Produção de Água

Origens

A EPAL utiliza as seguintes origens para a captação de água:

- Albufeira do Castelo do Bode
- Rio Tejo
- Furos de Alenquer, Lezírias e OTA

Água captada, tratada, vendida e não faturada

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Água captada (Volume captado por origem) (m³)	242.502.220	234.505.083	224.490.035	-10.015.048	-4,3%
Castelo de Bode	162.443.362	156.334.720	159.137.870	2.803.150	1,8%
Valada Tejo	56.626.190	55.963.950	46.934.750	-9.029.200	-16,1%
Olhos de Água	3.512	0	0	0	-
Capt. Subterrâneas	23.429.156	22.206.413	18.417.415	-3.788.998	-17,1%
Água tratada/produzida (m³)	242.194.160	234.213.353	224.184.675	-10.028.678	-4,3%
Castelo de Bode	162.436.232	156.328.200	159.132.240	2.804.040	1,8%
Valada Tejo	56.325.260	55.678.740	46.635.020	-9.043.720	-16,2%
Olhos de Água	3.512	0	0	0	-
Capt. Subterrâneas	23.429.156	22.206.413	18.417.415	-3.788.998	-17,1%
Água Vendida (m³)	213.799.910	210.286.101	205.210.051	-5.076.050	-2,4%
Clientes Municipais/Multimunicipais	155.128.136	154.012.530	150.510.004	-3.502.525	-2,3%
Clientes Municipais	132.655.296	126.851.459	121.545.908	-5.305.550	-4,2%
Clientes Multimunicipais	22.472.840	27.161.071	28.964.096	1.803.025	6,6%
Clientes Directos (em Lisboa e fora de Lisboa)	58.671.774	56.273.571	54.700.047	-1.573.524	-2,8%

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Água não faturada (m³)	28.702.310	24.218.982	19.279.984	-4.938.998	-20,4%
Água não faturada na Rede de Distribuição	13.974.193	11.218.589	9.008.306	-2.210.283	-19,7%
Água não faturada na Produção e Transporte	14.728.117	13.000.393	10.271.678	-2.728.715	-21,0%
Água não faturada (%)	11.8%	10.3%	8.6%	-1.7 p.p.	
Água não faturada na Rede de Distribuição	11.8%	10.0%	8.7%	-1.3 p.p.	
Água não faturada na Produção e Transporte	6.1%	5.5%	4.6%	-1.0 p.p.	

Em 2012 a EPAL captou menos 10 milhões de m³ de água face ao ano de 2011, o que representa uma diminuição de 4,3 pontos percentuais.

Verificou-se uma forte redução dos volumes captados no Rio Tejo e nas Captações Subterrâneas e um ligeiro aumento em Castelo do Bode.

Relativamente à água vendida, regista-se um decréscimo de 5 milhões de m³ em relação ao ano anterior; o que corresponde a uma descida de 2,4%. Os volumes anuais de água vendida têm mantido uma tendência de diminuição.

A água não faturada diminuiu cerca de 4,9 milhões de m³ face ao ano anterior; permitindo à empresa continuar a registar valores que revelam um excelente desempenho da EPAL nas políticas de combate às perdas e fugas de água.

Adução

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Comprimento Condutas (km)	705	710	710	0	-0,02%
Est. Elevatórias (n.º)	31	31	31	0	0,00%
Reservatórios (n.º)	28	28	28	0	0,00%
Pontos de Entrega (n.º)	128	128	128	0	0,00%

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Avárias em Condutas na Rede de Adução	12	13	26	13	100,00%

Em 2012 registaram-se 26 avarias em condutas na Produção e Transporte, mais 13 avarias que no ano anterior.

Distribuição

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Comprimento da Rede (km)	1.429	1.430	1.434	4	0,3%
Est. Elevatórias (n.º)	10	10	10	0	0,0%
Reservatórios (n.º)	13	14	14	0	0,0%
Ramais (n.º)	83.395	83.555	83.984	429	0,5%
Zonas Altimétricas (n.º)	4	4	4	0	0,0%

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Renovação da Rede de Distribuição (km)	17,35	14,17	12,41	-2	-12,4%
Reabilitação de condutas na Rede de Distribuição (em %)	1,21%	0,99%	0,87%	-0.1 p.p.	
Reabilitação de Ramais (em %)	2,62%	2,05%	2,30%	0.3 p.p.	

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Avárias em Condutas na Rede de Distribuição (ERSAR)	513	465	527	62	13,3%
Avárias em Condutas/ 100 Km/ Ano na Rede de Distribuição	36	33	37	4	13,8%
Roturas em Ramais	877	833	857	24	2,9%

Em 2012 foram renovados 12,4 quilómetros da Rede de Distribuição, que representam 0,9% da extensão total da rede.

Face ao ano anterior verifica-se um acréscimo no número de avárias e roturas.

Qualidade

Qualidade da Água

O cumprimento do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água assegura o controlo da qualidade no Sistema de Abastecimento da EPAL. O Plano compreende o Controlo Legal, definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, o Controlo Operacional/Vigilância e o Controlo dos processos de tratamento realizado nas Fábricas da Asseiceira e Vale da Pedra e na Estação de Descarboxinação de Alenquer.

Pontos de Amostragem

Para o cumprimento do Controlo Legal são utilizados 1.248 pontos de amostragem nas torneiras dos clientes, 95 pontos instalados nos locais de entrega às Entidades Gestoras e 7 instalados nas entregas a clientes localizados em áreas de intervenção de outras Entidades Gestoras.

No **Controlo Operacional/Vigilância** existem 181 pontos fixos de amostragem na Rede de Distribuição da cidade de Lisboa, 57 pontos representativos do Sistema de Adução e Transporte e 50 instalados nas origens de água.

Para efeitos do **Controlo de Processo** são utilizados 102 pontos de amostragem representativos do controlo de processo efetuado nas Fábricas da Asseiceira, Vale da Pedra e na Estação de Descarboxinação de Alenquer.

Amostras e Determinações

Em 2012 foram colhidas 9.448 amostras de água no âmbito do Controlo Legal e Operacional/Vigilância e 24.207 amostras no âmbito do Controlo de Processo. Nestas amostras foram pesquisados 178 parâmetros e 278 substâncias.

Realizaram-se 375.515 determinações de substâncias individualizadas distribuídas da seguinte forma:

	N.º Determinações (substâncias)
Controlo Legal	
Clientes Diretos Através da Adução	814
Entregas a Entidades Gestoras	24.695
Torneiras de Consumidores na Cidade de Lisboa	16.032
Sub-total	41.541
Controlo Operacional/Vigilância	
Captações Subterrâneas	11.086
Captações Superficiais	25.884
Sistema de Adução (desde saída das Fábricas)	64.522
Rede de Distribuição (pontos fixos)	48.424
Sub-total	149.916
Controlo de Processo	
Fábrica da Asseiceira	67.024
Fábrica de Vale da Pedra	114.040
Estação de Descarbonatação de Alenquer	2.994
Sub-total	184.058
Total	375.515

Decorrentes de reclamações, de processos de incumprimentos de valores de alerta e paramétricos e de operações de lavagem e desinfecção de reservatórios e condutas foram recolhidas mais 839 amostras que originaram 10.724 determinações de substâncias individualizadas.

Evolução da Qualidade da Água

Água nas Origens

Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A2 para os parâmetros Coliformes fecais e Coliformes totais. No entanto, a ETA da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água tem-se mantido estável, com agravamentos pontuais decorrentes de situações de chuva e seca. Para o parâmetro Temperatura, a água do Rio integra-se na Classe superior a A3 e quanto ao parâmetro Coliformes totais na Classe A3. Para os parâmetros Coliformes fecais, Cor, Estreptococos fecais e Fosfatos, a qualidade da água desta captação integra-se na Classe A2 e para os restantes parâmetros controlados na Classe A1.

Os valores da Temperatura superiores aos valores limite para as Classes A1/A2/A3 são consequência do clima habitual para o nosso país em certas épocas do ano, não sendo considerada por si só um indicador de contaminação da água.

A ETA de Vale da Pedra tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

Captações Subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1 no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, foram apenas o Bário, os Hidrocarbonetos dissolvidos e a Temperatura, nas captações subterrâneas das Lezírias.

Água Fornecida/Distribuída

Em Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,26% (42 incumprimentos) do total de determinações de substâncias realizadas.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,12% de incumprimentos do total de determinações de substâncias realizadas (56 incumprimentos).

A Entidades Gestoras

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,08% de valores não conformes (20 incumprimentos).

Em relação a 2011, conclui-se que houve um ligeiro agravamento na qualidade da água fornecida pela EPAL, evidenciada pelo aumento do número de incumprimentos nas amostras de água colhidas para verificação de requisitos legais e de controlo operacional e de vigilância.

Divulgação de Dados

No sítio www.epal.pt são divulgados, com periodicidade mensal, mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras.

Trimestralmente:

- São publicados na imprensa nacional, os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores;
- São enviados às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas nos respetivos pontos de entrega;
- Proceder-se ao envio a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do fornecimento.

Investimento

Evolução no triénio

2010	2011	2012	Varição 2012/2011	Total no triénio
23.574.412	11.957.901	13.071.983	9,3%	48.604.296

Grandes Grupos de Investimento	2010	2011	2012
Garantia da Capacidade	3.269.759	3.707.331	2.844.273
Ampliação do subsistema de Castelo do Bode	2.420.369	2.560.762	112.221
Ampliação da rede de Distribuição	832.712	1.087.025	2.427.927
Outros	16.678	59.544	304.124
Garantia da Fiabilidade e Segurança	8.872.843	6.356.255	6.083.344
Renovação da rede de Distribuição	4.067.750	2.867.095	1.391.821
Renovação da rede de Adução	139.903	1.427.593	3.475.116
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	4.084.949	850.048	344.168
Outros	580.240	1.211.519	872.239
Garantia da Qualidade	8.785.450	435.039	543.576
Novo Laboratório Central	7.973.258	20.031	36.922
Outros	812.193	415.008	506.654
Sustentabilidade e Inovação	535.904	192.128	651.000
Monitorização e controlo	471.946	38.738	210.149
Eficiência energética	63.959	153.391	440.852
Tecnologias de Informação e Comunicação	830.469	698.623	456.503
Aquamatrix	290.892	348.861	46.100
Infraestruturas e Telegestão	410.193	237.209	115.698
Outros	129.384	112.553	294.704
Outros Investimentos	1.279.986	568.524	2.493.288

- Em 2012, a garantia da fiabilidade e segurança absorveu 47% do total do investimento, enquanto a garantia da capacidade foi responsável por 22%.

Investimentos em destaque

- **Substituição das condutas instaladas sobre a Ponte de Reguengo:** condutas de água bruta do Rio Tejo e das captações subterrâneas de Valada, no montante de 2,4 milhões EUR

-
- **Desvio do traçado do Adutor de Circunvalação na Zona do Novo Hospital de Vila Franca de Xira**, com uma realização de 2,0 milhões EUR
 - **Renovação de 12,4 km na Rede de Distribuição (Conduções de Distribuição e Adutoras)**, no valor de 1,4 milhões EUR
 - **1,4 milhões EUR na Ampliação da Rede de Distribuição**, tendo sido instalados 4,9 km, destacando-se a obra da Avenida Carolina Michaelis de Vasconcelos
 - **Aquisição por 1,0 milhões EUR** da Rede de Abastecimento da Parque Expo
 - **Reabilitação das condutas de água bruta, instaladas no Pontão 1, entre Valada Tejo e a ETA de Vale da Pedra**, no montante de 0,9 milhões EUR
 - **0,5 milhões EUR em Tecnologias de Informação e Comunicação**, dos quais 0,1 milhões EUR em Infraestruturas e Telegestão, 0,1 milhões EUR com a implementação do NAVIA e 0,1 milhões EUR no novo sistema de Gestão Documental



Participação portuguesa no Congresso Mundial da IWA em Busan, Coreia do Sul - Setembro



7. Atividade Comercial

Área e população servida

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Área total abastecida (Km²)	6.681	7.090	⁽¹⁾ 7.090	0	0,00%
Lisboa	85	85	85	0	0,00%
Municípios	6.596	7.005	7.005	0	0,00%
Número de consumidores	2.825.444	2.870.314	⁽²⁾ 2.870.507	193	0,01%
Lisboa	479.884	547.631	547.733	102	0,02%
Municípios	2.345.560	2.322.683	2.322.774	91	0,00%

(1) Área em Km² (dados 2012 com referência a 2011)

(2) População residente na área abastecida (dados de população com referência à data dos Censos)

Clientes e Mercado

Clientes Diretos

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	349.413	348.790	346.121	-2.669	-0,77%
Domésticos	298.464	298.506	297.336	-1.170	-0,39%
Comércio e Indústria	43.479	42.943	41.712	-1.231	-2,87%
Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas	4.732	4.624	4.367	-257	-5,56%
Instituições Privadas de Direito Público	2.736	2.715	2.704	-11	-0,41%
Unidades Militares	2	2	2	0	0,00%

Com exceção das Unidades Militares, o número de clientes diretos sofreu uma diminuição de 2011 para 2012.

Cientes Municipais

No ano de 2012 manteve-se em 17 o número dos Clientes Municipais diretamente abastecidos pela EPAL:

ALCANENA	AMADORA	BATALHA	CARTAXO	CASCAIS	CONSTÂNCIA
LEIRIA	LOURES	MAFRA	ODIVELAS	OEIRAS	OURÉM
PORTO DE MÓS	SANTARÉM	SINTRA	TOMAR	VILA FRANCA DE XIRA	

Cientes Multimunicipais

Em 2012 a EPAL forneceu os seguintes Clientes Multimunicipais

- Águas do Oeste

Integra 14 Municípios abastecidos indiretamente pela EPAL:

ALENQUER	ALCOBAÇA	ARRUDA DOS VINHOS	AZAMBUJA	BOMBARRAL
CADAVAL	CALDAS DA RAINHA	LOURINHÃ	NAZARÉ	ÓBIDOS
PENICHE	RIO MAIOR	SOBRAL DE MONTE AGRACO	TORRES VEDRAS	

- Águas do Centro

Fornece água da EPAL a 2 Municípios:

ENTRONCAMENTO	VILA NOVA DA BARQUINHA
---------------	------------------------

- Águas do Ribatejo

Abastece 1 Município com água da EPAL:

TORRES NOVAS

Prestação de serviços

Venda de Água (m³)

	2010	2011	2012	Varição 12/11
Cientes Diretos	58.671.774	56.273.571	54.700.047	-2,8%
Cientes Municipais	132.655.296	126.851.459	121.545.908	-4,2%
Cientes Multimunicipais	22.472.840	27.161.071	28.964.096	6,6%
Total	213.799.910	210.286.101	205.210.051	-2,4%

Em 2012 verificou-se um decréscimo de cerca de 5 milhões m³ de água vendida face ao ano anterior; o que corresponde a menos 2,4%.

A redução foi de 2,8% nos clientes diretos e de 2,3% nos municipais e multimunicipais.

No que concerne aos clientes diretos, verifica-se uma diminuição anual mais significativa nos segmentos Comércio e Indústria (-7%) e Estado (-8%), enquanto no segmento de clientes Domésticos a variação é pouco expressiva (-1%).

No caso dos clientes municipais e multimunicipais, com exceção de alguns clientes que aumentaram a procura, observa-se uma tendência generalizada de quebra nos consumos de água.

Globalmente, e à semelhança dos últimos anos, mantém-se uma clara tendência de evolução negativa nos volumes de água vendida pela EPAL.

Faturação e Cobrança

Em 2012, no que à faturação diz respeito, há a registar um aumento assinalável do número de faturas enviadas por via eletrónica. De facto, das cerca de 2,4 milhões de faturas emitidas, 13% foram enviadas através da e-conta da água, enquanto no ano anterior essa percentagem tinha ficado em 11,7%.

Relativamente à periodicidade de envio de faturas, cresceu para 14,6% o número de clientes que pediu o envio mensal.

No ano em apreço, a dívida vencida da empresa apresentou um aumento de cerca de 1,5 milhões EUR face ao período homólogo. No caso dos clientes municipais e multimunicipais a dívida vencida registou um aumento de 1,2 milhões EUR devido, essencialmente, ao não pagamento das faturas relativas a mínimos. Quanto aos clientes diretos verificou-se um aumento de cerca de 0,3 milhões EUR, valor que não inclui a dívida provisionada.

O aumento do valor da dívida vencida deve ser entendido também num quadro de alguma dificuldade sentida pelos nossos clientes, resultante da situação económico-financeira que o país atravessa.

Atendimento

Contact Center

	2010	2011	2012	Varição 12/11
Cientes atendidos (n.º)	251.840	260.747	246.935	-5,3%
Tempo médio de espera (seg)	27	29	25	-12,9%
Grau de atendimento	92%	93%	94%	1,1%
Chamadas atendidas até 30seg	79%	76%	72%	-4,5%

Atendimento presencial

	2010	2011	2012	Varição 12/11
Cientes atendidos nas lojas (n.º)	214.947	190.323	174.356	-8,4%
Tempo de espera até 15m loja sede	89%	90%	83%	-7,6%
Tempo médio de espera loja sede (min)	6	5	8	+46,0%

Níveis de Serviço

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2010	2011	2012	Varição 12/11	
Por Tempo (h)	4.213	3.153	3.197	44	1,40%
Total Produção e Transporte	199	337	375	38	11,28%
Programadas	172	324	375	51	15,74%
Não programadas	27	13	0	-13	-100,00%
Total Distribuição	4.014	2.816	2.822	6	0,21%
Programadas	894	696	698	2	0,29%
Não programadas	3.120	2.120	2.124	4	0,19%
Por quantidade	1.041	861	858	-3	-0,35%
Total Produção e Transporte	21	27	14	-13	-48,15%
Programadas	18	25	14	-11	-44,00%
Não programadas	3	2	0	-2	-100,00%
Total Distribuição	1.020	834	844	10	1,20%
Programadas	192	170	179	9	5,29%
Não programadas	828	664	665	1	0,15%

Eficácia do serviço	2010	2011	2012	Varição 12/11	
Interrupções serviço > 4h - Municipais	17	26	14	-12	-46,15%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	368	287	289	2	0,70%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	7	12	7	-5	-41,67%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	25	11	6	-5	-45,45%
Nº de pontos de entrega afetados (> 4h)	43	45	28	-17	-37,78%

Reclamações

Em 2012 registou-se uma redução de 17% no número de reclamações, tendo sido apresentadas 6.630, menos 1.381 reclamações que em 2011.

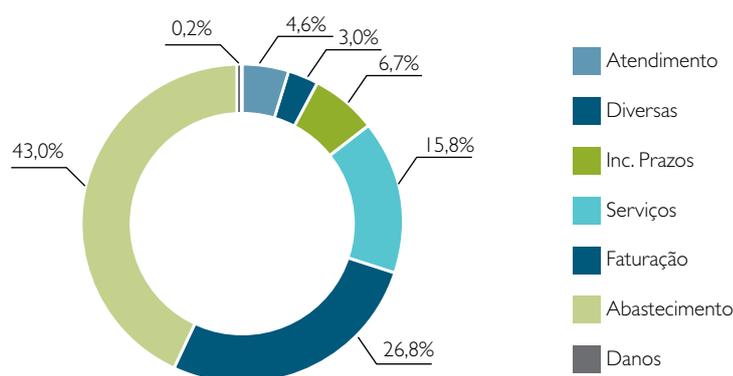
À semelhança dos anos anteriores, a categoria onde recai o maior número de reclamações é a de Abastecimento (43%), apesar de ter registado um decréscimo de 10%.

A categoria Faturação é a segunda mais expressiva, representando 27% do total, seguida dos Serviços, com 16%.

Do total das reclamações recebidas, 20% ficaram concluídas em front-office e as restantes (5.286) foram analisadas em back office, sendo que 85,4% foram resolvidas em menos de 15 dias e 69,3% tiveram deferimento.

Cerca de 15% das reclamações foram apresentadas por escrito (971), das quais 91% foram resolvidas em menos de 15 dias de calendário. Relativamente ao indicador da ERSAR, em 2012, 99,8% das reclamações escritas foram respondidas em menos de 22 dias úteis, registando um ligeiro decréscimo face a 2011 (99,9%).

Distribuição das Reclamações por Categorias/Assuntos



Índice de Satisfação

A EPAL manteve a sua participação no ECSI – Estudo Nacional de Satisfação de Clientes. Este estudo é um sistema de avaliação da qualidade dos bens e serviços através da aplicação de um questionário à satisfação, abrangendo diversos setores de atividade (água, banca, seguros, combustíveis, eletricidade, gás, transportes de passageiros e comunicações), permitindo à EPAL dispor, não só de um índice de satisfação dos seus clientes, mas também da sua comparação face ao setor da água e a outros setores a nível nacional.

Posicionamento da EPAL no sector da Água em 2012

A EPAL alcançou um Índice de Satisfação Global de 7,75, evidenciando uma ligeira subida face a 2010 (7,74), com um desempenho acima da média do setor em todas as variáveis e uma melhoria da sua posição na Imagem, na Qualidade e nas Reclamações.

Variáveis	EPAL				Sector da Água				"Variação 2011 EPAL - Sector da Água"
	2011	2010	2009	2008	2011	2010	2009	2008	
Imagem	7,81	7,79	7,84	7,51	7,53	7,78	7,30	7,23	0,28
Expectativas	7,66	7,65	7,70	7,04	7,29	7,35	7,07	6,87	0,37
Qualidade	8,09	7,98	7,94	7,40	7,65	7,73	7,27	7,19	0,44
Valor	6,73	6,90	7,09	6,29	6,41	6,49	6,10	5,80	0,32
Satisfação	7,75	7,74	7,71	7,32	7,31	7,42	7,04	6,84	0,44
Reclamações	7,24	7,03	7,13	6,48	6,54	6,86	6,46	5,98	0,70
Confiança	7,97	–	–	–	7,42	–	–	–	0,55
Lealdade	7,28	7,29	7,38	6,92	6,78	6,88	6,54	6,48	0,50

Escala de 1 a 10: ≤ 4 avaliação negativa 4-6 avaliação neutra ≥ 6 avaliação positiva ≥ 8 avaliação muito positiva

Globalmente, foi na "Qualidade" que evidenciou a melhor classificação de sempre, de 8,09 pontos, resultado para o qual contribuíram as avaliações dos subcritérios "Adequação dos meios de pagamento" (8,7), "Periodicidade de faturação", "Abastecimento" e "Instalações do atendimento", todos com 8,4. Face às congéneres, a EPAL foi a melhor classificada na "Diversidade de serviços" (8,1) e no "Atendimento" (8,3).

No capítulo dos hábitos de consumo, a percentagem de Clientes que "bebe água da torneira" subiu ligeiramente de 83,1% para 84,3%.

Para aumentar o índice de satisfação, a EPAL deverá melhorar prioritariamente a "imagem" e a "qualidade", por serem as que mais influenciam o índice de satisfação. Ao nível da "imagem", importa melhorar sobretudo os critérios "inovadora e virada para o futuro" e "preocupa-se com os Clientes", e, ao nível da "qualidade", a "qualidade da água", a "fiabilidade dos produtos e serviços" e o "funcionamento dos piquetes de urgência".

Em complemento, a EPAL deverá manter as iniciativas que incentivem o "consumo da água da torneira" e que esclareçam sobre a "diferença de preço água da torneira/engarrafada", recomendações que persistem desde o início da aplicação desta metodologia e às quais a EPAL deverá continuar a responder para melhorar a satisfação dos Clientes e a sua posição no setor da Água.

Outros Serviços

Em 2012 a EPAL prestou os seguintes serviços a entidades externas:

- Análises Laboratoriais

Rececionadas 1 669 amostras, nas quais foram realizadas cerca de 9 683 determinações de substâncias individualizadas

Valor faturado - 84 557 euros

- Reparação de Contadores

Prestados 552 serviços, correspondentes ao número de contadores ou medidores de caudal intervencionados

Valor faturado - 38 859 euros

- Monitorização de Redes

Realizados 8 serviços relativos a monitorização de redes

Valor faturado - 64 195 euros

Em meados de 2012, foi decidido desenvolver o projeto de criação de um produto transacionável no mercado nacional e internacional. Trata-se do WONE, produto que foi lançado em Setembro, na Coreia do Sul.

AQUAmatrix

Em 2012 o AQUAmatrix foi implementado nos seguintes novos Clientes:

- Município da Marinha Grande

-
- Município de Ansião
 - Porto de Lisboa (Luságua Lisboa)

No Município de Estarreja, integrado na AdRA – Águas da Região de Aveiro, o AQUAmatrix passou a incorporar os clientes de Resíduos Sólidos Urbanos.

Realce-se a recuperação do contrato com a Águas da Região do Maputo (ex-Águas de Moçambique) e a renovação, por mais 3 anos, dos contratos com a Águas do Ribatejo e o Município de Pombal. Foi ainda prorrogado, por mais um ano, o contrato com os SMAS de Sintra.

No ano de 2012 foi lançado o Site AQUAmatrix destinado a promover uma maior divulgação das potencialidades do negócio e assegurar um canal digital “online”, disponível em permanência no mercado.

No âmbito das novas funcionalidades há a registar o desenvolvimento de novas aplicações de suporte à Mobilidade de Leituras, Mobilidade de Serviços e Mobilidade de Vistorias, compatíveis com os mais modernos sistemas operativos de telemóveis e “tablets”.

O conjunto dos atuais clientes do AQUAmatrix representa já cerca de 29% da quota de mercado nacional.



25º Aniversário do Museu da Água - 1 de Outubro



8. Objetivos de Gestão

No quadro seguinte apresentam-se os objetivos de gestão para 2012, estabelecidos pelo Acionista, bem como os respetivos parâmetros de avaliação e respetiva realização:

Indicadores	Objetivo	Realização	Avaliação
Custos Operacionais / Volume Negócios	$41,4\% < x \leq 44,5\%$	41.9%	Atingido
Divida comercial vencida	$1,05 \text{ M€} \leq x < 1,39 \text{ M€}$	1,13 M€	Atingido
PMR - Prazo Médio Recebimentos	38 dias	29 dias	Superado
PMP - Prazo Médio Pagamentos	31 dias	30 dias	Superado
PEC Endividamento	$247 \text{ M€} < x \leq 251 \text{ M€}$	223 M€	Superado
ROCE	$3,5\% \leq x \leq 4\%$	7.8%	Superado
Margem EBITDA	57.7%	59.9%	Superado
Qualidade Água: Rede Distribuição	$99,6\% \leq x < 99,9\%$	99.6%	Atingido
Taxa de Perdas em Baixa	$11,4\% \leq x < 10,0\%$	8.7%	Superado



Assinatura do Protocolo com 43 Juntas de Freguesia de Lisboa para Apoio a Famílias Carenciadas - 1 de Outubro



9. Perspetivas para o Futuro

A Reestruturação do Sector da Água coloca novos e acrescidos desafios à EPAL.

A prevista agregação de sistemas multimunicipais de abastecimento e saneamento na Região de Lisboa e Vale do Tejo, de que resultará a criação de um novo sistema de maior dimensão que, de acordo com orientações da Águas de Portugal, terá comparticipação acionista por parte da EPAL. O projeto vai reclamar significativos esforços nos domínios da organização, da racionalização e planeamento, pelo que a colaboração da empresa será importante atendendo ao empenho, profissionalismo e sabedoria que lhe são reconhecidos.

Na sequência dos contactos e negociações desenvolvidos com a Câmara Municipal de Lisboa ao longo de 2012, mantém-se o desafio da integração da gestão e exploração do sistema de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais, em baixa, da Cidade de Lisboa na EPAL, o que corresponderá à expansão da atividade da empresa à plenitude do ciclo urbano da água.

Internamente e face ao contexto atual de redução do consumo, o desafio que se coloca é de adaptação do sistema de abastecimento às condições da procura, de forma a conseguir cobrir os gastos fixos e remunerar o capital empregue, mantendo excelentes níveis de serviço aos Clientes a preços adequados.

Ainda neste contexto, destaca-se o esforço de otimização da política de investimentos numa perspetiva de racionalização do capital empregue e da minimização dos custos operacionais, sendo de assinalar a prevista remodelação da Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra e da Captação de Valada Tejo. Prevê-se, ainda, retomar o Plano de recuperação do Adutor de VFX/Telheiras, interrompido em 2004, e continuar o esforço de reabilitação de condutas na rede de Lisboa de modo a manter-se, nos próximos anos, uma percentagem média anual de 1,8% da rede de distribuição.

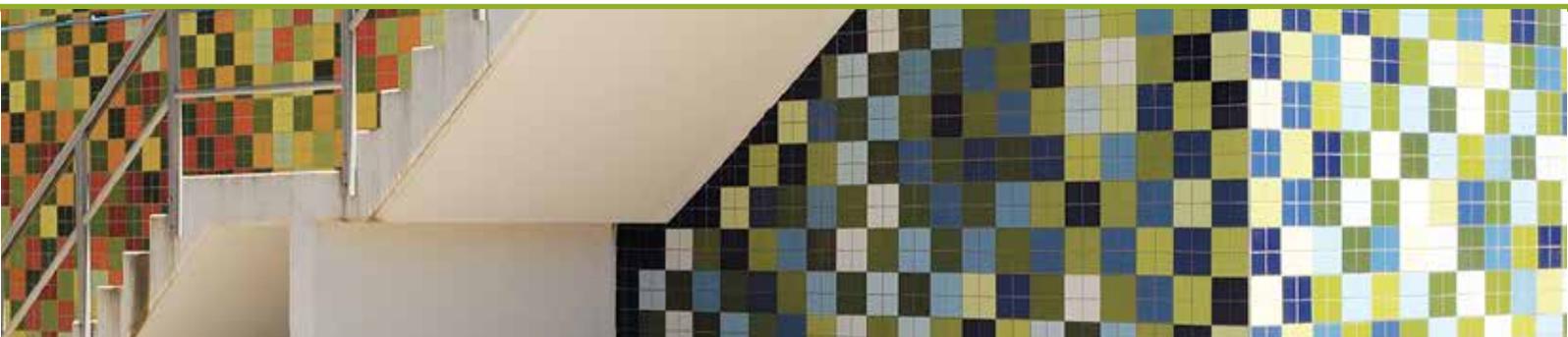
Salienta-se o pretendido reforço da aposta na inovação e no desenvolvimento de novos processos e tecnologias e de produtos transacionáveis, com potencial de exportação, como o AQUAMATRIX e o WONE, para além de outros que estão em preparação, os quais resultam da rentabilização das enormes competências existentes no seio da empresa, posicionando-a como um importante ator do sector dando seguimento à sua evidente vocação global.

A aprovação da proposta apresentada pela EPAL em finais de 2012, permitirá que, no ano de 2013, seja pela primeira vez na história da empresa, criado um tarifário social, reforçando a sua atitude socialmente responsável e ativa.

Finalmente, importa manifestar a confiança nos frutos do relacionamento da empresa com os seus stakeholders, certos de que a sua missão, os seus objetivos, a sua história e o seu futuro serão capazes de os motivar a dar o melhor de si próprios para vencer os desafios que se nos colocam em 2013.



Cerimónia de entrega do Diploma de Certificação do SIRE (Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial) - Dezembro



10. Considerações Finais

Ao concluir o relato de mais um ano de atividades da EPAL, com o objetivo de partilhar com as partes interessadas da empresa os seus sucessos e dificuldades, as suas realizações no presente e as perspetivas de futuro, importa registar o elevado apreço e reconhecimento do Conselho de Administração por todos quantos contribuíram, direta e indiretamente, para os resultados alcançados.

A Sua Excelência a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dra. Assunção Cristas, pelo acompanhamento interessado e atento;

À Acionista Águas de Portugal, SGPS, SA, pelo envolvimento e apoio demonstrados à empresa;

À ERSAR e à DGAE, pelo excelente relacionamento mantido no âmbito das suas atividades;

Aos Bancos e Seguradoras, pela qualidade dos serviços prestados

Aos Fornecedores e Prestadores de Serviços, pelo profissionalismo e diligência com que responderam às necessidades da empresa;

Aos membros da Mesa da Assembleia Geral, ao Fiscal Único e ao Revisor Oficial de Contas pela disponibilidade, interesse e dedicação com que desempenharam as suas funções;

Aos Trabalhadores da EPAL, pelo sentido de responsabilidade, capacidade de entrega e profissionalismo com que responderam aos desafios e executaram as suas atividades ao serviço da empresa;

Aos Clientes, pela sua confiança e pela força que nos dão para melhor os servir.

O Presidente do Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Vogal do Conselho de Administração

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Vogal do Conselho de Administração

Maria do Rosário Ventura



Inauguração da Galeria de Inventores da EPAL e entrega do Prémio EPALIn 2012- Dezembro



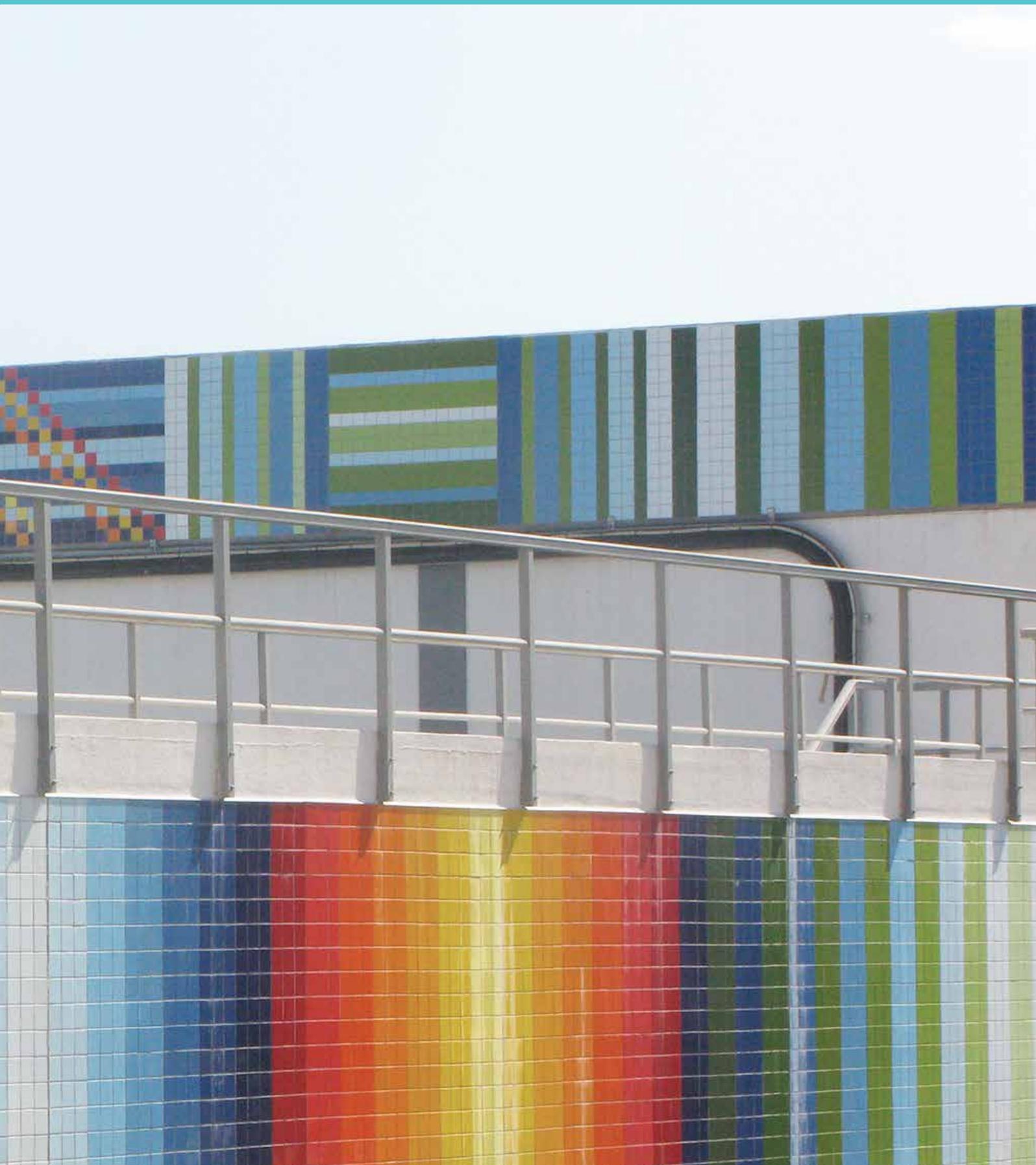
I2. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no montante de € 43.852.247,46 (quarenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e sete euros e quarenta e seis cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

€ 35.081.797,97 (Trinta e cinco milhões, oitenta e um mil, setecentos e noventa e sete euros e noventa e sete cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas

€ 8.770.449,49 (Oito milhões, setecentos e setenta mil, quatrocentos e quarenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos) para Resultados Transitados







Demonstrações da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2012

ATIVO	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	760.381.486,46	773.552.649,94
Propriedades de investimento	7	1.051.493,78	1.146.269,83
Investimentos em subsidiárias	8	-	-
Outros ativos financeiros	9	110.230,68	110.230,68
Ativos por impostos diferidos	10	5.446.496,50	5.998.822,78
Outros ativos não correntes	11	10.222.151,61	10.727.537,62
Total do ativo não corrente		777.211.859,03	791.535.510,85
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	12	1.159.767,84	1.147.041,23
Clientes	13	18.713.329,93	18.640.903,13
Estado e outros entes públicos	20	1.610.534,00	-
Outras contas a receber	13	15.329.663,20	14.625.090,67
Diferimentos	14	882.308,98	1.042.544,33
Outros ativos financeiros	4 e 9	67.500.000,00	72.500.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	2.678.460,18	2.671.769,42
Total do ativo corrente		107.874.064,13	110.627.348,78
Total do ativo		885.085.923,16	902.162.859,63
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	15	150.000.000,00	150.000.000,00
Reserva legal	15	30.000.000,00	30.000.000,00
Outras reservas	15	22.171.377,45	22.171.377,45
Resultados transitados	15	286.943.814,52	279.691.887,70
Outras variações no capital próprio		(4.063,81)	(4.063,81)
Resultado líquido do exercício		489.111.128,16	481.859.201,34
Total do capital próprio		532.963.375,62	524.414.751,03
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	16	205.216.386,67	222.356.429,06
Subsídios ao investimento	17	35.226.391,44	34.556.839,74
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	9.639.078,57	12.119.946,37
Passivos por impostos diferidos	10	41.292.962,91	44.190.405,99
Total do passivo não corrente		291.374.819,59	313.223.621,16
PASSIVO CORRENTE:			
Provisões	19	1.058.504,35	1.872.347,02
Fornecedores	16	12.784.865,90	15.037.933,03
Estado e Outros Entes Públicos	20	4.276.240,46	4.418.400,31
Financiamentos obtidos	16	18.393.159,30	17.864.687,39
Outras contas a pagar	16	24.234.957,94	25.331.119,69
Total do passivo corrente		60.747.727,95	64.524.487,44
Total do passivo		352.122.547,54	377.748.108,60
Total do capital próprio e do passivo		885.085.923,16	902.162.859,63

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Rendimentos e Gastos	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	21	144.205.267,87	147.038.145,26
Subsídios ao investimento	17	1.252.533,96	1.882.458,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.876.183,62)	(2.949.695,85)
Fornecimentos e serviços externos	22	(34.527.224,65)	(35.142.672,51)
Gastos com o pessoal	23	(22.910.213,62)	(25.750.686,32)
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	13	(496.708,03)	(431.001,05)
Provisões (aumentos) / reduções	19	829.168,40	177.362,26
Outros rendimentos e ganhos	24	4.289.797,15	3.072.866,13
Outros gastos e perdas	25	(1.842.335,72)	(1.387.465,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		87.924.101,74	86.509.311,64
Gastos de depreciação e de amortização	26	(24.796.339,13)	(24.404.732,45)
Imparidade de ativos depreciables e amortizáveis (perdas) / reversões	26	(1.541.296,23)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61.586.466,38	62.104.579,19
Juros e rendimentos similares obtidos	27	3.463.847,81	3.676.557,86
Juros e gastos similares suportados	27	(5.036.245,54)	(5.851.398,91)
Resultado antes de impostos		60.014.068,65	59.929.738,14
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(16.161.821,19)	(17.374.188,45)
Resultado líquido do exercício		43.852.247,46	42.555.549,69
Resultado por ação básico	31	1,46	1,42

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

Demonstrações do rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	43.852.247,46	42.555.549,69
Ajustamentos por impostos diferidos	-	(248.640,00)
Total do rendimento integral do exercício	43.852.247,46	42.306.909,69

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

Demonstrações das alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Notas	Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do exercício de 2011		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	258.053.435,94	(4.063,81)	45.887.091,77	506.107.841,35
Alterações no exercício:								
Efeito das alterações das taxas de imposto nos impostos diferidos	10				(248.640,00)			(248.640,00)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado			-	-	45.887.091,77		(45.887.091,77)	-
		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	303.691.887,71	(4.063,81)	-	505.859.201,35
Resultado líquido do exercício de 2011							42.555.549,69	42.555.549,69
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	15		-	-	(24.000.000,00)			(24.000.000,00)
			-	-	(24.000.000,00)			(24.000.000,00)
Posição no fim do exercício de 2011		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	279.691.887,71	(4.063,81)	42.555.549,69	524.414.751,04
Posição no início do exercício de 2012		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	279.691.887,71	(4.063,81)	42.555.549,69	524.414.751,04
Alterações no exercício:								
Efeito das alterações das taxas de imposto nos impostos diferidos	10		-	-	-		-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado			-	-	42.555.549,69		(42.555.549,69)	-
Ajustamentos ao subsídio do investimento (alteração de vidas úteis)	17		-	-	(1.259.183,13)			(1.259.183,13)
		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	320.988.254,27	(4.063,81)	-	523.155.567,91
Resultado líquido do exercício de 2012							43.852.247,46	43.852.247,46
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	15		-	-	(34.044.439,75)			(34.044.439,75)
			-	-	(34.044.439,75)			(34.044.439,75)
Posição no fim do exercício de 2012		150.000.000,00	30.000.000,00	22.171.377,45	286.943.814,52	(4.063,81)	43.852.247,46	532.963.375,62

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		184.256.218,16	183.870.184,00
Pagamentos a fornecedores		(45.519.230,64)	(61.482.031,76)
Pagamentos ao pessoal		(25.089.023,21)	(30.800.339,18)
Caixa gerada pelas operações		113.647.964,31	91.587.813,06
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(23.357.099,28)	(16.139.573,75)
Outros recebimentos / pagamentos		(24.971.794,29)	(26.671.156,23)
Fluxos das atividades operacionais [1]		65.319.070,74	48.777.083,08
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(18.349.936,02)	(14.641.342,46)
Outros ativos	9	(13.500.000,00)	(14.641.342,46)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		7.184,39	13.581,14
Outros ativos		-	46.000.000,00
Juros e rendimentos similares		3.377.128,58	3.384.312,97
Fluxos das atividades de investimento [2]		(28.465.623,05)	35.105.822,41
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(16.329.284,02)	(12.804.797,86)
Juros e gastos similares		(4.973.033,16)	(5.895.100,64)
Dividendos	15	(34.044.439,75)	(24.000.000,00)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(55.346.756,93)	(42.699.898,50)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(18.493.309,24)	41.183.006,99
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	75.171.769,42	33.988.762,43
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	56.678.460,18	75.171.769,42

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura



Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em Euros)

I. Nota Introdutória

I.1 Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

I.2 Atividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 34 municípios da Região da Grande Lisboa.

Adicionalmente, a Empresa enquanto entidade com gestão delegada de distribuição à cidade de Lisboa e abastecimento da Região da Grande Lisboa e conforme previsto no Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de junho, apresenta no seu modelo de gestão as seguintes características: (i) liberdade de contratualizar fornecimento de água com Municípios; (ii) princípio de aplicação de preços a fixar por convenção entre o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas, e a Empresa; (iii) todos os consumidores, públicos ou privados, devem pagar a água que consomem e os serviços que lhes são prestados.

Relativamente à utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas ao abastecimento público na albufeira de Castelo do Bode, no decurso do exercício de 2009, a Empresa celebrou com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, um contrato de concessão, de modo a dar cumprimento à Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, onde na sua alínea a) do artigo 61º indica que a utilização privativa de recursos hídricos do domínio público está sujeita a prévia concessão. De acordo com tal contrato celebrado, a concessão que se iniciou em 2009 foi atribuída por um período de 75 anos. Atendendo a que: (i) na data da celebração do contrato os ativos existentes, eram propriedade da Empresa e encontravam-se escriturados nas suas demonstrações financeiras; (ii) no termo da concessão, a Empresa será ressarcida pelo montante dos ativos que apresentem ativo líquido contabilístico; e (iii) não se encontrar definido o enquadramento remuneratório no que respeita à exploração dos ativos abrangidos pela concessão; a Empresa entende que a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, não é aplicável a este contrato.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de junho, que prevê a celebração de convenção a acordar entre aquela e o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas.

1.3 Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2012, a Empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 6 de Fevereiro de 2013. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2010, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e normas interpretativas ("SIC/IFRIC"), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas de seguida. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EPAL, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2012. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro/IFRS-International Financial Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC").

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IAS/IFRS" ou "IFRS".

A Empresa não irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que, nos termos do nº 1 do Artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, está dispensada de o fazer, dado não terem sido ultrapassados dois dos três limites definidos, durante dois exercícios consecutivos.

3.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foi aprovada ("endorsed") pela União Europeia a seguinte emenda/revisão com aplicação obrigatória ao exercício económico da Empresa iniciado em 1 de janeiro de 2012, tido em consideração na preparação das notas anexas:

Amendments to IFRS 7 – Enhancing disclosures about transfers of financial assets	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de ativos financeiros. Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) 1.jul.2011
---	--

As novas normas e interpretações emitidas pelo IASB, que foram até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios económicos futuros:

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)	A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).
Sem impacto na Empresa	Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro. <i>As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.</i>
IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro - economias hiperinflacionárias (Emenda)	Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os ativos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses ativos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.
Sem impacto na Empresa	A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de ativos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transações no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS. <i>As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.</i>

IFRS 7 (Emenda) Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previstos pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

Sem impacto na Empresa

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.

IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação - entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Sem impacto na Empresa

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e conseqüentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas — contribuições não monetárias por empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IFRS 11 Acordos conjuntos

Sem impacto na Empresa

IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Sem impacto na Empresa

<p>IFRS 13 Mensuração do justo valor</p>	<p>A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.</p> <p>O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.</p>
<p>Sem impacto na Empresa</p>	<p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.</i></p>
<p>IAS 12 Impostos sobre o rendimento</p>	<p>A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto reatável caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.</p>
<p>Sem impacto na Empresa</p>	<p>Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.</p> <p><i>As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.</i></p>
<p>IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)</p>	<p>Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.</p>
<p>Sem impacto na Empresa</p>	<p><i>As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 podem ser antecipadas desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.</i></p>

IAS 28 Investimentos em associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (Revista em 2011)

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

Sem impacto na Empresa

As alterações à IAS 28 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de "direito legal correntemente executável de compensar" e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que "um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada na posição financeira quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas". Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

Sem impacto na Empresa

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.

IAS 19 - Benefícios dos Empregados (Revista)

A eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes ocorridos no exercício), ganhos e perdas na liquidação e gastos (rendimentos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.

Os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais.

Com impacto na Empresa (ver abaixo)

Benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

Passa a ser aplicável uma taxa única à responsabilidade e aos ativos do Plano. A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos e perdas atuariais. Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Da aplicação das normas acima descritas (normas que não foram adotadas e cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios futuros), não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da EPAL, com exceção da IAS 19 – Benefícios dos empregados.

O custo líquido do exercício estimado para 2013 ascende ao montante de 340 milhares de euros, que compara com o montante de 106 milhares de Euros (Nota 18), superior na medida em que deixam de existir amortizações de ganhos atuariais pela aplicação do método do corredor e deixa de ser utilizada a taxa de rendimento esperada passando a ser usada uma taxa única aplicada às responsabilidades líquidas.

As novas normas e interpretações emitidas pelo IASB, que não foram até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios futuros:

IFRS 1 (Emenda).

Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro – IFRS 9 e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais

A emenda estabelece uma exceção na aplicação retrospectiva da IFRS 9 Instrumentos financeiros e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais.

Esta emenda requer que as entidades que apliquem a IFRS 1 apliquem prospectivamente os requisitos exigidos pela IAS 20 relativamente a empréstimos governamentais que existam à data da transição para as IFRS. No entanto, as entidades podem optar por aplicar os requisitos previstos na IFRS 9 (ou IAS 39, conforme aplicável) e IAS 20 a empréstimos governamentais retrospectivamente se a informação necessária tenha sido obtida na data de reconhecimento inicial desses empréstimos.

Sem impacto na Empresa

Esta adoção permite aos primeiros adotantes um alívio da aplicação retrospectiva da mensuração de empréstimos governamentais com uma taxa de juro inferior à taxa de juro de mercado. Como resultado da não aplicação retrospectiva da IFRS 9 (ou IAS 39) e IAS 20, os adotantes pela primeira vez não necessitam de reconhecer o correspondente benefício de uma taxa inferior à taxa de juro de mercado num empréstimo governamental como subsídio.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)

Sem impacto na Empresa

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39. As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor:

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor:

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fosse susceptível de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

- Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, emitidas pelo IASB

<p>IFRS 1 (Emenda) Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro</p>	<p>Clarifica que uma entidade que parou de aplicar as IFRS pode escolher entre: (i) voltar a aplicar a IFRS 1, apesar de já o ter feito num período anterior; ou (ii) aplicar retrospectivamente de acordo com a IAS 8, como se nunca tivesse deixado de aplicar as IFRS. Se uma entidade voltar a aplicar a IFRS 1 ou aplicar a IAS 8, deve divulgar as razões porque deixou de aplicar as IFRS e subsequentemente reatou a aplicação das IFRS.</p>
<p>Sem impacto na Empresa</p>	<p>Clarifica que, na adoção das IFRS, uma entidade que tenha capitalizado custos de financiamento de acordo com o anterior normativo, pode manter esse montante capitalizado sem qualquer ajustamento na Demonstração da posição financeira na data de transição.</p>
<p>IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras</p>	<p>Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.</p> <p>Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.</p>
<p>Sem impacto na Empresa</p>	<p>Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.</p>
<p>IAS 16 Ativos fixos tangíveis</p> <p>Sem impacto na Empresa</p>	<p>Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumpram com a definição de ativos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.</p>
<p>IAS 32 Instrumentos financeiros</p> <p>Sem impacto na Empresa</p>	<p>Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.</p>

IAS 34 Relato financeiro intercalar	Clarifica os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de ativos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.
Sem impacto na Empresa	De acordo com esta emenda, o total de ativos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos membros chave da gestão. <i>As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.</i>
Guia de aplicação para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12	Clarifica algumas disposições transitórias das IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.
Sem impacto na Empresa	<i>Este guia de aplicação será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013 podendo ser antecipado se a entidade aplicar a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 antecipadamente.</i>

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adotar, os quais afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.18.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS. Os ativos fixos adquiridos após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos, no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis detidos para obter rendas ou para valorização de capital e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento adquiridas até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa detém avaliações externas elaboradas por entidades independentes e especializadas no final de cada ano económico em que se entenda que tenha existido alteração nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores. Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender e, (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciables e amortizáveis", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização, até que este excedente seja totalmente consumido, sendo o excesso (a existir) registado como gasto do exercício.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registrada.

3.7 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em subsidiárias e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade estimadas.

No que respeita a investimentos financeiros em subsidiárias (controlo efetivo acima de 50%), sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registrada para o investimento financeiro, é registrada adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

3.8 Inventários

Os inventários que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil.

Esses inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do seu valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registrado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registradas na rubrica de resultados "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas".

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Títulos e outras aplicações financeiras

Os investimentos financeiros em títulos e outras aplicações são valorizados ao seu valor de custo, deduzidos de ajustamentos destinados a fazer face a perdas estimadas na sua realização.

b) Investimentos financeiros em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações financeiras detidas pela Empresa e que não se qualificam como participações em subsidiárias, são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, na medida que dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (ações não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nas rubricas de "Caixa e depósitos bancários" e "Outros ativos financeiros – corrente" incluem os valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria.

e) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo ou ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

f) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos.

Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.10 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.11 Subsídios ao investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no método das quotas constantes pelo período esperado de vida remanescente dos ativos correspondentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

3.12 Benefícios pós-emprego

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

Planos de benefício definido

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A Empresa tem um plano de benefício definido para complementos de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o método do "corredor".

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os benefícios atribuídos a pré-reformas são calculados anualmente por atuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

3.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens (água) é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

Ao longo do ano, os rendimentos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são faturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecida uma conta a receber pelo valor estimado dos consumos por ler e faturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos cujo período de construção ou produção é superior a 1 ano, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

No entanto, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa considerou que o efeito dos encargos financeiros incorridos na aquisição e/ou construção dos seus ativos fixos não é significativo pelo que não procedeu a sua capitalização, procedendo ao registo dos mesmos como gastos do exercício quando incorridos.

3.16 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.17 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional de relato da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.18 Políticas de gestão de risco financeiro

Fatores do risco financeiro

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

Análise de risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado. No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos 2 anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem aumentado (Nota 13).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional, empresarial ou residencial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores divulgados na Nota 13) em 31 de dezembro de 2012, excluindo eventuais colaterais detidos ou outras melhorias de crédito, definida com base na sua quantia escriturada reportada naquela data.

Ativos Financeiros Bancários	2012
Depósitos à Ordem (Nota 4)	2.639.460,49
Depósitos a Prazo (Nota 9)	67.500.000,00
Outros Ativos Financeiros (Nota 9)	110.230,68
	70.249.691,17

Rating	2012
A3 (Moody's)	17.474,87
Baa3 (Moody's)	472.565,40
Ba1 (Moody's)	32.257.823,70
Ba3 (Moody's)	22.961.945,70
B1 (Moody's)	6.039.881,50
B2 (Moody's)	8.500.000,00
	70.249.691,17

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em Janeiro 2013

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

A EPAL procede à análise dos seus compromissos de investimento, realizando uma recalendarização e mapeamento dos mesmos face a sua importância, impactos económico/financeiro e ambiental, minimizando desta forma eventuais riscos decorrentes de compromissos assumidos com diversas entidades.

Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

Análise de sensibilidade das taxas de juro

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável àqueles empréstimos no exercício de 2012 e 2011 tivesse sido 1% acima e/ou abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 seria como segue:

	2012	2011
Juros suportados com financiamentos bancários (Nota 27)	4.683.453,57	5.846.560,98
Impacto no resultado líquido:		
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% acima do verificado	(852.845,86)	(1.182.742,30)
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% abaixo do verificado	1.110.426,88	1.182.742,30

3.19 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- Registo de perdas de imparidade relativas a ativos financeiros e provisões para fazer face a responsabilidades perante terceiros;
- Pressupostos atuariais utilizados na determinação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma; e
- Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos e créditos fiscais.

3.20 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa e o caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada, prontamente convertíveis para uma quantia conhecida de dinheiro e estarem sujeitos a um risco insignificante de perda de valor, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito - curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração consolidada dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam descobertos bancários.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2012 e 2011 detalham-se conforme se segue:

	2012	2011
Numerário	38.999,69	51.865,29
Depósitos à ordem	2.639.460,49	2.619.904,13
	2.678.460,18	2.671.769,42
Depósitos a prazo	67.500.000,00	72.500.000,00
	70.178.460,18	75.171.769,42
Fluxos de investimento	(13.500.000,00)	-
Caixa e seus equivalentes	56.678.460,18	75.171.769,42

O Grupo AdP adotou um conceito extensível a todas as entidades do Grupo, incluindo a EPAL, no qual foi definido que as aplicações financeiras que se caracterizam por ser imediatamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de perda de valor devem ser consideradas como caixa e equivalentes de caixa, desde que a sua maturidade não exceda 6 meses.

Para efeitos de fluxos de caixa, em 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Depósitos a prazo" inclui 13.500.000,00 Euros que não cumprem os critérios de classificação como caixa e seus equivalentes definidos pelo grupo AdP e que se encontram acima mencionados.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Correções de Erros

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2012

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos	Total
Ativos									
Saldo inicial	116.375.848,39	194.145.019,59	1.012.078.170,50	1.401.593,91	20.325.104,16	22.524.050,78	10.197.455,64	-	1.377.047.242,97
Aquisições	-	1.900,00	1.875.546,45	-	119.218,82	50.267,82	11.025.050,27	-	13.071.983,36
Alienações	-	-	(77.595,48)	-	-	-	-	-	(77.595,48)
Transferências	83.214,02	489.371,07	14.567.544,69	-	292.340,93	19.976,70	(15.452.447,41)	-	-
Abates	-	-	(269.084,59)	-	-	-	-	-	(269.084,59)
Saldo final	116.459.062,41	194.636.290,66	1.028.174.581,57	1.401.593,91	20.736.663,91	22.594.295,30	5.770.058,50	-	1.389.772.546,26
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	87.787.044,99	476.134.061,79	1.273.202,99	18.030.642,90	20.269.640,36	-	-	603.494.593,03
Depreciações do exercício (Nota 26)	-	4.359.690,00	19.243.534,94	37.441,37	586.034,82	474.858,91	-	-	24.701.560,04
Alienações	-	-	(77.595,93)	-	-	-	-	-	(77.595,93)
Perdas por imparidade	-	-	1.541.296,23	-	-	-	-	-	1.541.296,23
Abates	-	-	(268.793,57)	-	-	-	-	-	(268.793,57)
Saldo final	-	92.146.734,99	496.572.503,46	1.310.644,36	18.616.677,72	20.744.499,27	-	-	629.391.059,80
Ativos líquidos	116.459.062,41	102.489.555,67	531.602.078,11	90.949,55	2.119.986,19	1.849.796,03	5.770.058,50	-	760.381.486,46

2011

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos	Total
Saldo inicial	113.652.517,60	192.270.738,70	1.000.912.322,90	1.461.033,94	19.604.554,17	21.724.265,83	15.725.843,08	693.926,60	1.366.045.202,82
Aquisições	-	-	611.004,61	95.510,00	124.533,46	52.989,45	10.228.271,13	173.665,40	11.285.974,05
Alienações	-	-	(27.538,05)	(154.950,03)	-	-	-	-	(182.488,08)
Transferências	2.723.335,58	1.874.280,89	10.680.234,63	-	599.552,73	746.846,74	(15.756.658,57)	(867.592,00)	-
Abates	-	-	(97.846,94)	-	(3.536,20)	(51,24)	-	-	(101.434,38)
Outras operações	(4,79)	-	(6,65)	-	-	-	-	-	(11,44)
Saldo final	116.375.848,39	194.145.019,59	1.012.078.170,50	1.401.593,91	20.325.104,16	22.524.050,78	10.197.455,64	-	1.377.047.242,97
Saldo inicial	-	83.399.210,33	457.428.254,58	1.404.497,71	17.511.846,24	19.698.838,77	-	-	579.442.647,63
Depreciações do exercício (Nota 26)	-	4.431.464,94	18.805.277,81	23.655,31	519.991,07	529.564,34	-	-	24.309.953,47
Alienações	-	-	(27.179,80)	(154.950,03)	-	-	-	-	(182.129,83)
Abates	-	-	(97.846,92)	-	(3.536,20)	(51,24)	-	-	(101.434,36)
Outras operações	-	(43.630,28)	25.556,12	-	2.341,79	41.288,49	-	-	25.556,12
Saldo final	-	87.787.044,99	476.134.061,79	1.273.202,99	18.030.642,90	20.269.640,36	-	-	603.494.593,03
Ativos líquidos	116.375.848,39	106.357.974,60	535.944.108,71	128.390,92	2.294.461,26	2.254.410,42	10.197.455,64	-	773.552.649,94

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores. Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Equipamento básico” incluía ainda ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição.

As aquisições ocorridas no exercício de 2012 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a, aproximadamente, 13 milhões de Euros e respeitam, essencialmente, aos projetos de desvio de traçado do Adutor da Circunvalação junto ao novo hospital de Vila Franca de Xira, substituição de 3 condutas na ponte do Reguengo, trabalhos de intervenção na conduta da Avenida Carolina Michaelis de Vasconcelos e substituição de troços metálicos das condutas entre Valada Tejo e a ETA de Vale da Pedra.

Relativamente à redução da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2012, no montante de, aproximadamente, 15.452.000 Euros, corresponde essencialmente à conclusão dos projetos de ampliação do Adutor do Castelo de Bode, substituição de condutas e ramais e expropriação de terrenos. Os montantes respeitantes a estes projetos ascenderam, aproximadamente 3.725.000 Euros, 1.962.000 Euros e 4.002.000 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” respeita, essencialmente, aos projetos de reabilitação de grandes condutas, subestação elétrica dos Olivais, reabilitação de túneis e sifões do Aqueduto do Alviela e beneficiação das instalações de Vale da Pedra.

As aquisições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos ativos fixos tangíveis ascenderam a, aproximadamente, 11,3 milhões de Euros e respeitam, essencialmente, aos projetos de reabilitação de grandes condutas, recuperação do troço final do Castelo de Bode e ampliação do Adutor do Castelo de Bode (obra especial de Azambuja).

Relativamente à redução da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2011, no montante de, aproximadamente, 15,8 milhões de Euros, corresponde, essencialmente, à conclusão no decurso do exercício dos projetos de remodelação da Estação Elevatória dos Olivais, reabilitação do reservatório de Vila Franca de Xira, duplicação do troço do adutor de Castelo de Bode localizado junto à Várzea das Chaminés e à conclusão de parte do projeto de recuperação do troço final do adutor de Castelo de Bode. Os montantes respeitantes a estes projetos ascendem a, aproximadamente, 5,2 milhões de Euros, 1,3 milhões de Euros, 1,1 milhões de Euros e 1,3 milhões de Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” respeita, essencialmente, aos projetos de ampliação do adutor do Castelo de Bode (obra especial da Azambuja), diversos processos de titularidade de terrenos e substituição de condutas e ramais e reabilitação de grandes condutas de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. No entanto, os seguros contratados estabelecem limites de indemnizações de 250 milhões de Euros para acidentes e catástrofes naturais e 25 milhões de Euros para atos de terrorismo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas apresentadas na Nota 3.2.

As depreciações do exercício de 2012, no montante de 24.701.559,58 Euros (24.309.953,47 Euros 2011), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (Nota 26).

7. Propriedades de Investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2012

	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta	2.451.045,23	2.451.045,23
Regularizações	86.767,82	86.767,82
Saldo final - quantia bruta	2.537.813,05	2.537.813,05
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1.304.775,40)	(1.304.775,40)
Regularizações	(86.764,78)	(86.764,78)
Depreciações do exercício (Nota 26)	(94.779,09)	(94.779,09)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1.486.319,27)	(1.486.319,27)
Saldo final - quantia escriturada líquida	1.051.493,78	1.051.493,78

2011

	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta	2.451.045,23	2.451.045,23
Saldo final - quantia bruta	2.451.045,23	2.451.045,23
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1.209.996,43)	(1.209.996,43)
Depreciações do exercício (Nota 26)	(94.778,97)	(94.778,97)
Transferências	-	-
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1.304.775,40)	(1.304.775,40)
Saldo final - quantia escriturada líquida	1.146.269,83	1.146.269,83

As propriedades de investimento respeitam a imóveis localizados em recintos da Empresa que não estão afetos à atividade operacional da Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram reconhecidos em resultados os seguintes gastos relacionados com propriedades de investimento:

	2012	2011
	Depreciações do exercício (Nota 26)	Depreciações do exercício (Nota 26)
Em desenvolvimento	(94.779,09)	(94.778,97)
	(94.779,09)	(94.778,97)

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as seguintes vidas úteis estimadas descritas na Nota 3.2.

8. Investimentos em Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de "Investimentos em subsidiárias", deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Partes de capital em empresas subsidiárias	250.000,00	250.000,00
Perdas por imparidade acumuladas	(250.000,00)	(250.000,00)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

	Sede	% capital detida	Ativo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Partes de capital em empresas do grupo (a)	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	Exercício de análise
Clube de Golfe das Amoreiras	Lisboa	100%	1.388.076,75	(5.276,53)	(34.274,68)	250.000,00	(250.000,00)	-	-	2012
Clube de Golfe das Amoreiras	Lisboa	100%	1.412.916,47	28.998,15	(108.901,97)	250.000,00	(250.000,00)	-	-	2011

a) Corresponde a prestações acessórias

A Empresa é o único acionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A. que tem como objetivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros.

Em 1993, ambas as sociedades celebraram um contrato-promessa com a Supergolfe Amoreiras-Academia de Golfe, S.A., por meio do qual a sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, S.A. prometia ceder a exploração do recinto comercial destinado ao treino e ensino de golfe.

Na sequência de decisão arbitral anterior e por iniciativa da Supergolfe Amoreiras-Academia de Golfe, S.A., foi constituído, em 2006, novo Tribunal Arbitral para apuramento de eventuais responsabilidades. Em 2008, o referido Tribunal Arbitral proferiu acórdão unânime, entretanto transitado em julgado, que estabeleceu a indemnização devida, compreendendo esta um montante líquido já cumprido e um valor sujeito a liquidação, neste momento ainda pendente, que se encontra estimado e registado nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2012. O montante estimado para a liquidação dessa obrigação foi revisto no exercício de 2012, e reduzido no montante de 850.000 Euros (Nota 19).

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Outros ativos financeiros” deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Não correntes:		
Partes de capital em empresas participadas	1.500,00	1.500,00
Títulos e outras aplicações financeiras	108.730,68	108.730,68
	110.230,68	110.230,68
Correntes:		
Depósitos a prazo	67.500.000,00	72.500.000,00
	67.610.230,68	72.610.230,68

Empresas participadas

No final dos exercícios de 2012 e 2011, o montante registado na rubrica de “Partes de capital em empresas participadas”, ascendendo a 1.500 Euros, correspondia a uma participação nos capitais da entidade Fundec.

Títulos e outras aplicações financeiras

Relativamente ao montante registado na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras”, que ascendia a 108.731 Euros, correspondia, em ambos os exercícios, a valores cativos à ordem dos tribunais (108.082 Euros) e a obrigações do Tesouro (649 Euros).

Depósitos a prazo

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Depósitos a prazo” no montante de 67.500.000,00 Euros compreende na sua totalidade depósitos a prazo e obrigações emitidas por entidades privadas (72.500.000,00 Euros em 2011) (Nota 4). Deste, o montante de 54.000.000 Euros é constituído por depósitos que se qualificam como equivalentes de caixa e o montante de 13.500.000 Euros como fluxos de investimento, para efeito da demonstração do fluxos de caixa (Nota 4).

10. Impostos Sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS (Nota 16).

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

	Notas	2012	2011
Imposto corrente e ajustamentos:			
Imposto corrente do exercício	16	19.877.462,73	18.067.566,01
Ajustamentos a impostos correntes de exercícios anteriores	16	627.767,44	627.767,44
Excesso/Insuficiência da estimativa do exercício anterior		(387.758,18)	(14.035,38)
Crédito fiscal (Nota 20)		(1.610.534,00)	-
		18.506.937,99	18.681.298,07
Impostos diferidos:			
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias		(2.354.505,65)	(1.389.591,42)
Alterações na taxa de tributação		9.388,85	82.481,80
		(2.345.116,80)	(1.307.109,62)
Gasto com impostos sobre o rendimento		16.161.821,19	17.374.188,45

Os ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores, no montante de 627.767,44 Euros em 2012, correspondem ao efeito fiscal, apurado a partir de uma taxa de imposto de 29%, associado ao reconhecimento anual de 1/5 de variações patrimoniais positivas decorrentes do regime transitório aplicável à adoção pela primeira vez dos IAS/IFRS, regime esse previsto no art.º 5º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009 de 13 de julho.

A reconciliação do imposto do exercício em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	2012	2011
Resultado antes de impostos	60.014.068,65	59.929.738,14
Diferenças permanentes:		
Amortizações não aceites	4.876,83	
Multas	8.165,26	
Outros	(10.520,58)	(5.141,05)
	2.521,51	(5.141,05)
Diferenças temporárias:		
Efeito das alterações de vidas úteis na data de transição para as IFRS	2.051.674,47	2.051.674,46
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais	117.300,89	117.300,90
Efeito do desreconhecimento do direito de uso ilimitado	(4.260,06)	(4.260,00)
Amortizações não aceites	3.713.188,86	3.775.171,16
Ajustamentos em inventários	449.827,34	536.493,17
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos	1.305.937,43	1.320.844,50
Provisões (Nota 8 e 19)	(850.000,00)	(100.000,00)
Responsabilidades por benefícios de reforma	(2.272.867,79)	(3.249.828,29)
Imparidade de ativos (Nota 6)	1.541.296,23	-
Outros	(871.964,07)	(375.340,89)
	5.180.133,30	4.072.055,01
Lucro tributável	65.196.723,46	63.996.652,10
Imposto		
Derrama	16.299.180,87	15.966.034,12
Derrama estadual	977.950,85	958.055,80
Tributações autónomas	3.014.836,17	1.546.759,66
Ajustamentos a exercícios anteriores	213.262,28	224.483,87
Crédito fiscal (Nota 20)	(387.758,18)	(14.035,38)
	(1.610.534,00)	-
Total de imposto corrente e ajustamentos	18.506.937,99	18.681.298,07
Efeito de impostos diferidos no exercício	(2.345.116,80)	(1.307.109,62)
Total dos gastos do exercício	16.161.821,19	17.374.188,45
Taxa efetiva de imposto do exercício	27%	29%

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento do Estado para 2012 e que corresponde a uma taxa de IRC de 25%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3 e 5%. Exceção feita às diferenças temporárias cujo momento da reversão é conhecido e ocorrerá no exercício a findar em 31 de Dezembro de 2013, situações para as quais a taxa de Derrama Estadual considerada correspondeu a uma média de 4,7%, resultando numa taxa agregada de imposto de 31,2%.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi como se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2012	2011	2012	2011
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	1.496.549,28	1.546.911,20	-	-
Em inventários	85.367,18	91.891,35	-	-
Responsabilidades por benefícios de reforma	2.064.232,15	2.723.363,81	-	-
Provisões	188.500,00	435.000,00	-	-
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	449.473,33	449.473,33	-	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	681.490,14	752.183,09	-	-
Perda por Imparidade de ativos fixos tangíveis	480.884,42	-	-	-
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais	-	-	7.170.176,77	7.575.628,61
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos Amortizáveis	-	-	19.718.829,58	20.871.004,07
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	-	13.048.927,43	13.714.850,00
Mais valias reinvestidas	-	-	49.305,96	50.817,77
Efeito da alteração de vidas úteis em 2009	-	-	1.235.108,03	1.871.127,11
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009	-	-	70.615,14	106.978,43
	5.446.496,50	5.998.822,78	41.292.962,91	44.190.405,99

	2012		2011	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	5.998.822,78	44.190.405,99	6.948.800,06	46.198.852,89
Efeito em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	(50.361,92)	-	91.873,86	-
Em inventários	(6.524,17)	-	(2.660,17)	-
Responsabilidades por benefícios de reforma	(659.131,66)	-	(942.450,21)	-
Provisões	(246.500,00)	-	(29.000,00)	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	(70.922,95)	-	(76.560,76)	-
Adutor VFX	480.884,42			
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais	-	(406.771,84)	-	(383.044,91)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos amortizáveis	-	(1.155.944,49)	-	(1.093.385,36)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	(668.277,57)	-	(241.541,28)
Mais valias reinvestidas	-	(1.516,69)	-	(1.414,28)
Efeito da alteração de vidas úteis em 2009	-	(638.070,76)	-	(594.985,59)
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009	-	(36.480,58)	-	(34.017,28)
Efeito da alteração de taxa de imposto	230,00	9.618,85	8.820,00	91.301,80
	(552.326,28)	(2.897.443,08)	(949.977,28)	(2.257.086,90)
Efeito em resultados transitados:				
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	-	-	248.640,00
	-	-	-	248.640,00
Saldo final	5.446.496,50	41.292.962,91	5.998.822,78	44.190.405,99

11. Outros Ativos Não Correntes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros ativos não correntes” apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Outros devedores	7.701.114,93	7.998.500,94
Ativos com planos de benefício definido (Nota 18)	2.521.036,68	2.729.036,68
	10.222.151,61	10.727.537,62

A rubrica “Outros devedores” é composta por dívidas a receber, com planos de pagamento que envolvem prazos superiores a 1 ano.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica, nos montantes de 7.701.114,93 Euros (líquido da atualização da dívida no montante de 2.320.780,36 Euros) e 7.998.500,94 Euros (líquido da atualização da dívida no montante de 2.524.489,12 Euros), respetivamente, corresponde a dívidas de médio e longo prazo de “Outros devedores” e incluem essencialmente, a dívida resultante da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer / Torres Vedras e Arruda dos Vinhos / Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual pelo prazo de 27 anos.

O plano de reembolso a valores nominais da dívida acima devido ao efeito de desconto discrimina-se como se segue:

	2012	2011
2013	-	501.094,43
2014	501.094,43	501.094,43
2015	501.094,43	501.094,43
> 2015	9.019.706,77	9.019.706,77
	10.021.895,63	10.522.990,06
Efeito de desconto da dívida	(2.320.780,70)	(2.524.489,12)
	7.701.114,93	7.998.500,94

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2012			2011		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Mercadorias	233.419,60	(233.419,60)	-	255.916,73	(255.916,73)	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.220.717,84	(60.950,00)	1.159.767,84	1.207.991,23	(60.950,00)	1.147.041,23
	1.454.137,44	(294.369,60)	1.159.767,84	1.463.907,96	(316.866,73)	1.147.041,23

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é detalhado conforme se segue:

2012			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	255.916,73	1.207.991,23	1.463.907,96
Compras	-	2.887.956,89	2.887.956,89
Regularizações	(22.497,13)	953,34	(21.543,79)
Saldo final	(233.419,60)	(1.220.717,84)	(1.454.137,44)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	2.876.183,62	2.876.183,62

2011			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	265.089,72	1.187.434,91	1.452.524,63
Compras	-	2.961.181,23	2.961.181,23
Regularizações	(9.172,99)	9.070,94	(102,05)
Saldo final	(255.916,73)	(1.207.991,23)	(1.463.907,96)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	2.949.695,85	2.949.695,85

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é detalhada conforme se segue:

2012			
	Saldo Inicial	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	255.916,73	(22.497,13)	233.419,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60.950,00	-	60.950,00
	316.866,73	(22.497,13)	294.369,60

2011			
	Saldo Inicial	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	265.089,72	(9.172,99)	255.916,73
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60.950,00	-	60.950,00
	326.039,72	(9.172,99)	316.866,73

13. Clientes e Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas "Clientes" e "Outras contas a receber" da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2012			2011		
	Montante bruto	imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes	23.500.438,72	(4.787.108,79)	18.713.329,93	22.952.292,22	(4.311.389,09)	18.640.903,13
	23.500.438,72	(4.787.108,79)	18.713.329,93	22.952.292,22	(4.311.389,09)	18.640.903,13
Outras contas a receber						
Pessoal	37.498,38	-	37.498,38	24.449,59	-	24.449,59
Clube de Golfe das Amoreiras	1.393.245,78	(1.393.245,78)	-	1.383.245,78	(1.383.245,78)	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	12.730.438,31	-	12.730.438,31	12.120.206,80	-	12.120.206,80
Outros devedores	2.982.444,08	(420.717,57)	2.561.726,51	2.890.163,52	(409.729,24)	2.480.434,28
	17.143.626,55	(1.813.963,35)	15.329.663,20	16.418.065,69	(1.792.975,02)	14.625.090,67
	40.644.065,27	(6.601.072,14)	34.042.993,13	39.370.357,91	(6.104.364,11)	33.265.993,80

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber, no montante de 496.708,03 Euros (431.001,05 Euros em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos" nos montantes de 12.730.438,31 Euros e 12.120.206,80 Euros, respetivamente, compreende, essencialmente, o acréscimo de rendimento relativo a água por faturar, nos montantes de 11.392.708 Euros e 11.245.469 Euros, respetivamente.

A antiguidade dos saldos por receber, de clientes e outros devedores, incluindo terceiros e partes relacionadas (Nota 28) em 31 de dezembro de 2012 é como se segue:

	Não vencido	>60 dias	60 - 90 dias	90 - 180 dias	>180 dias	Total
Clientes	12.162.071,21	1.142.379,03	593.283,79	1.511.379,96	8.091.324,73	23.500.438,72
Outros devedores	930.422,09	661.315,58	49.122,27	859.720,27	481.863,87	2.982.444,08

14. Diferimentos Ativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Gastos diferidos com seguros	857.820,69	948.040,75
Gastos diferidos com manutenção e assistência técnica	3.669,36	49.090,69
Outros gastos diferidos	20.818,93	45.412,89
	882.308,98	1.042.544,33

15. Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco Euros, cada.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 Euros.

Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as outras reservas ascendiam a 22.171.377,45 Euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 atribuídos aos acionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 30 de março de 2012, a 34.044.439,75 Euros. O seu pagamento ocorreu em abril de 2012.

Relativamente aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração propõe que seja pago um montante de 35.081.797,97 Euros. Estes dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, não tendo sido incluídos como passivo nas demonstrações financeiras anexas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio

- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor das reservas de reavaliação legais (bruto) ascende a 31 de dezembro de 2012 e 2011 a, aproximadamente, 256.500.000 Euros e encontram-se incluídas no saldo da rubrica "Resultados transitados".

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos ativos fixos tangíveis e das propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e correspondente incremento por via das reavaliações atrás indicadas (legais e livres), líquidas de depreciações acumuladas, é o que se segue:

2012

	Terrenos	Imposto diferido	Subtotal	Ativos depreciáveis	Imposto diferido	Subtotal	Total
Custos históricos, líquidos	16.769.063	-	16.769.063	433.867.899	-	433.867.899	450.636.962
Reavaliações legais, líquidas	32.992.766	-	32.992.766	61.564.369	(7.170.177)	54.394.192	87.386.958
Reavaliações livres, líquidas	63.799.778	(13.048.927)	50.750.851	67.714.668	(19.718.830)	47.995.838	98.746.689
Deemed cost, líquido	113.561.607	(13.048.927)	100.512.680	563.146.935	(26.889.006)	536.257.928	636.770.608

2011

	Terrenos	Imposto diferido	Subtotal	Ativos depreciáveis	Imposto diferido	Subtotal	Total
Custos históricos, líquidos	16.769.063	-	16.769.063	448.175.037	-	448.175.037	464.944.100
Reavaliações legais, líquidas	32.992.766	-	32.992.766	64.829.212	(7.575.629)	57.253.584	90.246.350
Reavaliações livres, líquidas	63.799.778	(13.714.850)	50.084.928	71.422.980	(20.871.004)	50.551.975	100.636.903
Deemed cost, líquido	113.561.607	(13.714.850)	99.846.757	584.427.229	(28.446.633)	555.980.596	655.827.353

16. Passivos Financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2012	2011
Fornecedores:		
Fornecedores, conta corrente	11.395.921,57	12.137.560,49
Fornecedores, faturas em recepção e conferência	33.379,70	22.005,80
Fornecedores de investimentos	1.355.564,63	2.878.366,74
	12.784.865,90	15.037.933,03
Outras contas a pagar:		
Outros credores:		
CML - Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)	12.538.072,43	12.042.614,66
CML - Tarifa Adicional (Portaria 309/84)	1.189.639,02	1.123.646,63
Credores diversos	305.646,56	95.660,76
Credores por acréscimos de gastos:		
Seguros a liquidar	241.530,73	150.942,26
Outros acréscimos de gastos	1.741.392,19	1.356.224,06
Acionistas - outras operações (Nota 28)	5.465.173,79	8.681.576,41
Pessoal:		
Férias e subsídio de férias	1.508.064,30	1.431.751,83
Outras dívidas ao pessoal	124.323,04	100.699,91
Adiantamento de clientes	1.119.248,11	346.135,40
Diferimentos passivos	1.867,77	1.867,77
	24.234.957,94	25.331.119,69
	37.019.823,84	40.369.052,72

Com efeitos a partir do exercício de 2011, a Empresa passou a ser tributada através do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registado nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar à entidade AdP SGPS. Desta forma, o montante de 5.465.173,79 Euros registado na rubrica “Acionistas – outras operações” em 31 de dezembro de 2012, respeita:

- (i) ao valor de imposto sobre o rendimento a pagar de 2012, no montante de 19.877.462,73 Euros (Nota 10);
- (ii) acrescido dos ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores, decorrente da correção no reconhecimento dos subsídios ao investimento, no montante de 627.767,44 Euros (Nota 10);
- (iii) deduzido por pagamentos por conta e retenções na fonte, nos montantes de 14.116.425,33 Euros, e 559.097,54 Euros, respetivamente;
- (iv) e deduzido de excesso de estimativa de imposto no valor de 388.204,89 Euros referente a 2010 e 2011 nos montantes de 181.553,29 e 206.651,60 Euros, respetivamente.

A rubrica "Outros acréscimos de gastos" respeita, essencialmente, ao acréscimo de gastos para eletricidade no valor de 1.087.406 Euros (825.723 Euros em 2011).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, como segue:

Entidade Financiadora	2012			2011			Vencimento	Tipo de amortização	
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado				
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente			
Instituições financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Ao investimento - Empréstimos "EPAL II e III"	BEI	223.609.545,93	17.782.222,87	205.216.386,67	240.221.116,49	16.971.464,50	222.356.429,06	Entre 2017 e 2030	Semestral
Juros a liquidar			610.936,43			893.222,89			
		223.609.545,93	18.393.159,30	205.216.386,67	240.221.116,49	17.864.687,39	222.356.429,06		

Os empréstimos foram contraídos em Euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 52,9% da dívida a taxa fixa, com juros calculados ao semestre; e
- 47,1% da dívida a taxa variável, com juros calculados ao trimestre.

De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa.

Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (Nota 29).

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2012 e 2011, tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2012		2011	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2013	-	-	18.360.353,40	5.266.549,05
2014	17.848.193,71	3.260.800,37	18.360.353,40	4.808.401,84
2015	17.916.143,14	2.996.424,10	18.360.353,40	4.350.254,63
2016	17.986.130,47	2.730.693,06	18.360.353,40	3.895.523,71
2017	18.058.216,84	2.461.496,72	18.360.353,40	2.461.496,72
2018 e seguintes	133.407.702,49	13.361.719,92	130.554.662,06	18.314.011,00
	205.216.386,65	24.811.134,17	222.356.429,06	39.096.236,95

17. Subsídios ao Investimento

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os "Subsídios ao investimento" apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Ajustamento à cadência de reconhecimento dos subsídios	Rédito do período	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2012	Rédito por reconhecer em 2011
Subsídios relacionados com ativos:							
COMPART.TORRES/MAFRA	1.215.795,31	1.215.795,31	-	-	1.215.795,31	-	-
FEDER C.BODE	11.326.074,49	11.326.074,49	-	-	11.326.074,49	-	-
FEDER TORRES/MAFRA	3.698.332,02	3.698.332,02	-	-	3.698.332,02	-	-
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216.801,06	216.801,06	2.898,44	4.927,30	123.182,76	93.618,30	95.647,03
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5.684.191,67	5.684.191,67	152.800,89	106.960,57	3.438.019,48	2.246.172,19	2.200.331,75
COMPART. OURÉM	550.553,17	550.553,17	14.799,76	10.359,86	332.995,74	217.557,43	213.117,52
COMPART.T.NOVAS	435.314,68	435.314,68	11.702,00	8.191,43	263.295,08	172.019,60	168.509,05
COMPART.TOMAR	497.804,04	497.804,04	13.381,80	9.367,29	301.090,90	196.713,14	192.698,65
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3.027.720,39	3.027.720,39	81.390,31	56.973,24	1.831.282,23	1.196.438,16	1.172.021,18
COMPART. ENTRONCAMENTO	4.958,60	4.958,60	133,29	93,33	2.999,15	1.959,45	1.919,47
COMPART.V.N.BARQUINHA	72.725,64	72.725,64	1.804,62	1.443,70	39.520,99	33.204,65	32.843,71
FUNDO COESÃO ETA ASSEICEIRA	4.060.876,56	4.060.876,56	-	-	4.060.876,56	-	-
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11.125.239,06	11.125.239,06	276.060,55	220.848,38	6.045.725,70	5.079.513,36	5.024.301,10
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7.635.576,47	7.635.576,47	636.298,01	63.629,79	6.299.350,34	1.336.226,13	763.557,95
FUNDO COESÃO V.F.XIRA/AEROPORTO	912.876,57	912.876,57	-	-	912.876,57	-	-
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ª FASE	9.405.370,39	9.405.370,39	-	188.107,42	3.385.933,68	6.019.436,71	6.207.544,13
COMPART RESERV PATRIARCAL	74.819,68	74.819,68	6.714,58	383,66	61.006,92	13.812,76	7.481,79
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ª FASE	22.472.816,68	22.472.816,68	-	449.456,38	7.640.757,12	14.832.059,56	15.281.515,94
SANTA MARGARIDA	274.338,84	274.338,84	-	5.486,77	93.275,10	181.063,74	186.550,51
MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/LEIRIA	4.472.788,99	4.472.788,99	48.723,22	107.190,99	1.900.204,66	2.572.584,33	2.631.052,06
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87.104,31	87.104,31	2.161,39	1.729,10	47.334,43	39.769,88	39.337,63
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139.940,94	139.940,94	1.524,39	3.353,74	59.451,84	80.489,10	82.318,51
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139.940,94	139.940,94	1.524,39	3.353,74	59.451,84	80.489,10	82.318,51
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66.118,09	66.118,09	720,20	1.584,57	28.089,02	38.029,07	38.893,54
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66.118,09	66.118,09	720,20	1.584,57	28.089,02	38.029,07	38.893,54
PROJECTO SIURE	113.057,53	113.057,53	-	-	113.057,53	-	-
PROJECTO SPRINT	21.604,38	21.604,38	-	-	-	21.604,38	21.604,38
EDP CORPORATE	86.032,00	86.032,00	5.825,10	6.876,15	12.701,23	73.330,77	74.381,79
MINISTÉRIO DA SAUDE	662.902,54	662.902,54	-	631,98	631,98	662.270,56	-
	88.547.793,13	88.547.793,13	1.259.183,13	1.252.533,96	53.321.401,69	35.226.391,44	34.556.839,74

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os montantes registados como ganho do exercício foram os seguintes:

	2012	2011
Subsídios ao investimento	1.252.533,96	1.882.458,72
	1.252.533,96	1.882.458,72

A diminuição verificada na rubrica de subsídios ao investimento decorre da alteração da cadência do reconhecimento dos subsídios ao investimento face a exercícios anteriores, na sequência do parecer favorável obtido em 2012 ao pedido vinculativo apresentado pela Empresa junto das autoridades fiscais.

A correção dos exercícios de 2010 e 2011 no montante de 1.259.183,13 Euros, ainda que imaterial, foi registada na rubrica de resultados transitados, decorrente da Empresa entender que afetava o resultado de exercícios anteriores.

18. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Benefícios pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de carácter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2012 e 2011, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram como segue:

	2012	2011
Contribuições da Empresa	493.894,60	502.742,10
Contribuições dos colaboradores	23.041,90	26.389,80
	516.936,50	529.131,90

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ascendeu a 493.894,60 Euros (502.742,10 Euros em 2011) (Nota 23).

Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2012 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2012	2011
Taxa de desconto	3,75%	4,75%
Retorno esperado dos ativos do plano	3,75%	4,5%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários (a)	0,0%	2,5%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social (a)	0,0%	2,5%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma (a)	0,0%	2,5%

(a) Pressuposto de crescimento 0,0% em 2012 para os anos de 2013 e 2014. Após 2015 foi considerado o pressuposto de 1,25%.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2012	2011
Custo dos serviços correntes	196.000,00	233.000,00
Custo de juros	1.924.000,00	2.030.000,00
Retorno esperado dos ativos do plano	(1.541.000,00)	(1.584.000,00)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	(473.000,00)	(175.000,00)
Valor atual de pré-reformas do exercício	-	584.000,00
Total de gastos (Nota 23)	106.000,00	1.088.000,00

As perdas/ganhos atuariais diferidas que excederem o limite de 10% do valor dos fundos afetos à cobertura das responsabilidades da Empresa ou 10% do valor das responsabilidades com serviços passados, dos dois o mais alto, são reconhecidas pelo período compreendido entre a idade média da população ativa e a idade de reforma, com início no exercício seguinte em que tal situação se verifica.

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2012	2011
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	35.365.000,00	33.801.150,00
Justo valor dos ativos do fundo	37.480.000,00	35.360.261,00
	(2.115.000,00)	(1.559.111,00)
Perdas actuariais não reconhecidas	(406.036,68)	(1.169.925,58)
Ativo com planos de benefícios definidos (Nota 11)	(2.521.036,68)	(2.729.036,58)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	6.039.000,00	9.142.012,00
Ganhos actuariais não reconhecidos	3.600.078,57	2.977.934,37
Passivo com planos de benefícios definidos	9.639.078,57	12.119.946,37

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo, a qual ascendia a 9.639.078,57 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (12.119.946,37 Euros em 2011).

Os movimentos no valor presente da obrigação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são descritos conforme se segue:

	2012	2011
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	42.943.161,75	47.786.569,00
Custo dos serviços correntes	196.000,00	233.000,00
Custo de juros	1.924.000,00	2.030.000,00
(Ganhos)/perdas atuariais	1.079.838,25	(2.476.806,28)
Benefícios pagos	(4.739.000,00)	(5.213.600,97)
Valor atual de pré-reformas do exercício	-	584.000,00
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	41.404.000,00	42.943.161,75

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano foram os seguintes:

	2012	2011
Saldo inicial - justo valor dos ativos do fundo	35.360.261,00	36.267.749,00
Retorno esperado dos ativos	1.541.000,00	1.584.415,36
Ganhos/(perdas) atuariais	3.891.000,00	(1.616.130,68)
Contribuições para o fundo	-	1.312.642,68
Benefícios pagos	(3.312.261,00)	(2.188.415,36)
Saldo final - justo valor dos ativos do fundo	37.480.000,00	35.360.261,00

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	Justo Valor	
	2012	2011
Instrumentos de capital próprio	14.077.567,00	11.528.243,50
Instrumentos de dívida	22.379.765,00	22.243.485,47
Outros	1.022.668,00	1.588.532,47
	37.480.000,00	35.360.261,44

19. Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é detalhada conforme se segue:

	2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Processos judiciais em curso	145.769,56	79.546,88	(27.915,76)	(8.302,39)	189.098,29
Acidentes de trabalho	154.577,68	-	(7.171,40)	-	147.406,28
Outras provisões	1.571.999,78	-	(850.000,00)	-	721.999,78
	1.872.347,02	79.546,88	(885.087,16)	(8.302,39)	1.058.504,35

	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Processos judiciais em curso	213.958,83	60.771,64	(114.613,11)	(14.347,80)	145.769,56
Acidentes de trabalho	149.986,30	4.591,38	-	-	154.577,68
Outras provisões	1.671.999,78	-	(100.000,00)	-	1.571.999,78
	2.035.944,91	65.363,02	(214.613,11)	(14.347,80)	1.872.347,02

Em 31 de dezembro de 2012, a reversão registada na rubrica "Outras provisões" respeita à redução da provisão para o processo Supergolfe (Nota 8).

20. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	243.826,25	-	266.000,07
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	246.212,70	-	285.438,95
Contribuições para a Segurança Social	-	483.097,87	-	491.073,88
Taxa de Recursos Hídricos	-	3.303.103,64	-	3.375.887,41
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (a)	1.610.534,00	-	-	-
	1.610.534,00	4.276.240,46	-	4.418.400,31

(a) Em 31 de dezembro de 2012, o montante relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é respeitante ao benefício fiscal do SIFIDE relativo aos anos de 2007 a 2011, tendo a Empresa procedido ao registo do mesmo por considerar ser virtualmente certo o seu recebimento, visto já terem sido apresentadas as respetivas candidaturas junto da Agência da Inovação (AdI).

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento, deduzida de pagamentos por conta e retenções na fonte, passou a representar uma conta a pagar à entidade AdP SGPS (Nota 16).

21. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é detalhado conforme se segue:

	2012	2011
Venda de água e quota de serviço	142.971.269,29	145.650.069,25
Prestação de serviços	1.233.998,58	1.388.076,01
	144.205.267,87	147.038.145,26

22. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é detalhada conforme se segue:

	2012	2011
Eletricidade	12.080.411,93	11.171.426,86
Trabalhos especializados	5.808.733,10	6.052.224,44
Outros fornecimentos e serviços externos	5.242.953,44	5.675.459,72
Conservação e reparação	4.640.787,95	4.978.179,81
Comunicação	1.405.498,90	1.515.604,54
Rendas e alugueres	1.337.659,99	1.362.449,00
Seguros	956.903,18	1.011.814,14
Vigilância e segurança	857.563,66	868.075,71
Subcontratos	732.313,02	970.025,33
Combustíveis	638.289,30	657.555,98
Limpeza, higiene e conforto	598.060,60	630.360,30
Publicidade e propaganda	228.049,58	249.496,68
	34.527.224,65	35.142.672,51

23. Gastos com o Pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é detalhada conforme se segue:

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	239.226,01	389.767,69
Remunerações do pessoal	16.195.461,89	17.620.757,93
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (Nota 18)	493.894,60	502.742,10
Benefício definido e pré-reformas (Nota 18)	106.000,00	1.088.000,00
Indemnizações	105.887,88	88.367,00
Encargos sobre remunerações	3.823.391,89	4.129.052,40
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	93.424,67	84.854,22
Gastos de ação social	1.614.463,26	1.524.009,31
Formação	204.737,30	235.234,00
Outros	33.726,12	87.901,67
	22.910.213,62	25.750.686,32

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, ascendia a 738 e 747 pessoas, respetivamente.

A redução das remunerações ao pessoal em 2012 decorre sobretudo da inexistência de subsídio de Natal no exercício quando comparado com 2011, bem como de não terem existido situações conducentes ao registo de provisões para fazer face a compromissos com pré-reformas.

24. Outros Rendimentos e Ganhos

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme se segue:

	2012	2011
Rendimentos suplementares	2.581.482,63	2.815.076,08
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	76.571,55	83.141,61
Ganhos em inventários	4.361,13	9.536,54
Diferenças de câmbio favoráveis	84,71	291,27
Outros	1.627.297,13	164.820,63
	4.289.797,15	3.072.866,13

A rubrica "Rendimentos suplementares" que, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, ascende a 2.581.482,63 Euros e 2.815.076,08 Euros, respetivamente, compreende, essencialmente: (i) assistência técnica a terceiros relativa ao sistema informático AQUAmatrix, no montante de 1.656.774 Euros (1.722.527 Euros em 2011); e (ii) tarifa de saneamento, no montante de 322.924 Euros (328.329 Euros em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" é respeitante a uma comparticipação do Ministério da Saúde para compensar os custos inerentes ao desvio do adutor da circunvalação junto ao novo hospital de Vila Franca de Xira, relativamente ao qual, foi reconhecida uma perda por imparidade para ativos fixos no montante de 1.541.296 Euros.

25. Outros Gastos e Perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme se segue:

	2012	2011
Impostos e taxas	1.241.070,14	938.073,22
Indemnizações por roturas	388.613,11	104.626,61
Donativos	48.800,00	56.410,79
Quotizações	73.018,93	27.942,17
Outros	90.833,54	260.412,21
	1.842.335,72	1.387.465,00

26. Amortizações

A composição da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é conforme se segue:

	2012	2011
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	24.701.560,04	24.309.953,47
Propriedades de investimento (Nota 7)	94.779,09	94.778,98
	24.796.339,13	24.404.732,45

27. Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares

Os juros, e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são detalhados conforme se segue:

	2012	2011
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito	2.796.033,06	3.219.422,12
Outros	2.652,61	471,99
Outros rendimentos similares	665.162,14	456.663,75
	3.463.847,81	3.676.557,86

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são detalhados conforme se segue:

	2012	2011
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	4.683.453,57	5.846.560,98
Outros financiamentos	352.791,97	4.837,93
	5.036.245,54	5.851.398,91

28. Partes Relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

Empresas participadas

Empresas	Sede	% capital detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor balanço	Ajustamentos	Valor líquido
Fundec	Lisboa				1.500,00	-	1.500,00

Movimentos ocorridos

	Saldo inicial	Reforços	Reduções	Saldo final
Partes de capital em empresas do grupo	250.000,00	-	-	250.000,00
Partes de capital em outras empresas participadas	1.500,00	-	-	1.500,00
Perdas por imparidade	(250.000,00)	-	-	(250.000,00)
	1.500,00	-	-	1.500,00

Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2012:

	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	-	497,00	-	2.560.150,96
AdP Serviços	2.872,84	64,80	-	1.202.456,64
Aquasis	-	-	-	129.358,00
Águas do Centro	694.949,89	-	-	-
Águas do Oeste	10.482.055,17	-	434.358,84	-
Sanest	-	-	-	-
Simtejo	124.125,96	-	-	-
Águas do Centro Alentejo	-	-	-	-
Águas Algarve	90,00	99.701,20	-	-
Águas do Noroeste	-	602,08	-	-
Águas S. André	-	18.709,26	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	189.766,57	-	-
Águas Públicas do Alentejo	-	900,00	-	-
Valorsul	8.725,15	-	-	-
Algar	127,03	-	-	-
	11.312.946,04	310.240,91	434.358,84	3.891.965,60

Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2011:

	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	-	3.271,22	-	2.715.805,13
AdP Serviços	3.102,02	-	-	1.094.208,13
Aquasis	-	-	-	99.130,00
Águas do Centro	808.857,04	-	-	-
Águas do Oeste	11.047.059,99	-	168.539,20	-
Sanest	-	1.050,00	-	-
Simtejo	144.006,19	-	-	-
Águas do Centro Alentejo	-	4.626,01	-	-
Águas Algarve	-	96.181,00	-	-
Águas do Noroeste	476,50	446,99	-	-
Águas S. André	-	18.626,82	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	168.214,59	-	-
E.G.F.	-	-	-	2.974,36
Valorsul	10.113,23	-	-	-
AdP Internacional	-	-	-	-
	12.013.614,97	292.416,63	168.539,20	3.912.117,62

Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2012:

	Clientes	Fornecedores	Outros Devedores	Acréscimo de rendimentos	Acréscimo de gastos	Outras contas a pagar (Nota 16)
AdP SGPS	-	22.012,34	106,50	-	9.545,12	5.465.173,79
AdP Serviços	773,74	-	-	-	126.112,02	-
Aquasis	-	20.423,70	-	-	119.733,00	-
Águas do Centro	45.579,34	-	-	-	-	-
Águas do Oeste	3.248.611,45	-	10.522.990,06	3.097.218,58	-	-
Simtejo	11.450,06	-	-	-	-	-
Águas Algarve	110,70	-	152.208,14	-	-	-
Águas do Noroeste	-	-	-	-	-	-
Águas S. André	-	-	3.838,92	-	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	46.424,34	-	-	-
Valorsul	-	-	-	883,83	-	-
Algar	156,25	-	-	-	-	-
	3.306.681,54	42.436,04	10.725.567,96	3.098.102,41	255.390,14	5.465.173,79

Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2011:

	Clientes	Fornecedores	Outros Devedores	Acréscimo de rendimentos	Acréscimo de gastos	Outras contas a pagar (Nota 16)
AdP SGPS	-	485.137,20	1.018,51	-	36.292,69	8.681.576,41
AdP Serviços	677,35	57.777,49	-	-	3.173,13	-
Aquasis	-	18.615,61	-	-	-	-
Águas do Centro	124.196,41	-	-	-	-	-
Águas do Oeste	1.835.113,15	-	11.024.084,83	2.761.429,33	-	-
Simtejo	10.758,68	-	-	-	-	-
Águas Algarve	-	-	88.726,98	-	-	-
Águas do Noroeste	549,80	-	-	-	-	-
Águas S. André	-	-	1.917,41	-	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	34.796,34	-	-	-
Valorsul	492,36	-	-	-	-	-
Algar	169.563,17	-	-	-	-	-
	2.141.350,92	561.530,30	11.150.544,07	2.761.429,33	39.465,82	8.681.576,41

29. Passivos Contingentes e Garantias Prestadas

Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2012	2011
Banco Europeu de Investimento (Nota 16)	97.115.244	25.651.718
Tribunais	5.207.511	5.433.496
Outros	288.788	274.604
	102.611.544	31.359.818

30. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Referenciam-se de seguida os valores das remunerações auferidas e dos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais.

Refere-se ainda que com efeitos a 1 de Abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

I. Mesa Assembleia Geral

	Ano de 2012 (de 1 de janeiro a 24 de fevereiro)		
Mesa da Assembleia Geral Mandato I	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
	AMEGA, representada por Carlos A. Teixeira	Ana Cristina Rebelo Pereira	Alexandra Varandas
Remuneração anual fixa (*)	-	475,00	-

(*) Senhas de Presença (corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado)

Ano de 2012 (de 1 de janeiro a 24 de fevereiro)

Mesa da Assembleia Geral Mandato II	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
	AMEGA, representada por Carlos A. Teixeira	Ana Cristina Rebello Pereira	Alexandra Varandas
Remuneração anual fixa (*)	-	475,00	-

(*) Senhas de Presença (corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado)

2. Órgão (s) de Fiscalização

Fiscal Único	2012	2011
	António Dias Nabais	António Dias Nabais
Remuneração anual efetiva	17.911,88	17.911,88

3. Revisor Oficial de Contas

Auditor Externo	2012	2011
	Deloitte & Associados, SROC, SA	Deloitte & Associados, SROC, SA
Revisão Legal de Contas	32.825,00	30.020,00
Outros Serviços de garantia de Fiabilidade	11.900,00	2.000,00
Consultoria Fiscal	12.500,00	-
Remuneração anual efetiva	57.225,00	32.020,00

4. Conselho de Administração

Remunerações	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	João Manuel Lopes Fidalgo	António Bento Franco	José Alfredo Manita Vaz	Rui Manuel de Carvalho Godinho
Mandato	I	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	12.922,50	12.555,28	12.555,28	12.555,28
OPRLO	Não	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)	-	-	-	-
Entidade pagadora (origem/Destino)	-	-	-	-
I.1.Remuneração Anual	17.264,41	16.808,68	16.808,68	16.808,68
I.2.Despesas de Representação (Anual)	-	-	-	-
I.3.Senha de presença (Valor Anual)	-	-	-	-
I.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	807,69	719,70	719,70	719,70
I.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	1.534,60	1.367,25	1.367,25	1.367,25
I.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	2.121,41	2.416,44	2.416,44	2.416,44
I.7.Reduções de anos anteriores	-	-	-	-
"I. Remuneração Anual Efetiva				
(1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)"	12.800,71	12.305,29	12.305,29	12.305,29

2. Remuneração variável	-	-	-	-
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	-	-	-	-
4. Outras (identificar)	121,79	249,99	249,99	249,99
Subsídio de deslocação	-	-	-	-
Subsídio de refeição	121,79	249,99	249,99	249,99
Encargos com benefícios sociais				
Regime de Proteção Social	Segurança Social	ADSE	Segurança Social	Segurança Social
Valor do Regime de Proteção Social	1.960,37	707,46	2.092,74	2.092,74
Seguros de saúde	-	166,37	-	-
Seguros de vida	187,53	349,74	-	-
Seguro de Acidentes Pessoais	-	-	-	-
Outros (indicar)	n,a,	n,a,	n,a,	n,a,
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Sim	Não	Não	Não
Entidade (identificar)	AdP, SGPS, SA	-	-	-
Remuneração Anual	(a)	-	-	-

(a) As funções de Presidente do CA foram exercidas em acumulação com o cargo de Administrador Executivo da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA , até 2 de fevereiro de 2012. A remuneração definida para o cargo, acrescida dos respetivos encargos sociais, regalias e benefícios, foi faturada diretamente pelo acionista à Empresa. Entre 2 e 24 de fevereiro de 2012 as remunerações foram processadas diretamente pela Empresa.

Parque Automóvel	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	João Manuel Lopes Fidalgo	António Bento Franco	José Alfredo Manita Vaz	Rui Manuel de Carvalho Godinho
Mandato	I	I	I	I
Modalidade de Utilização	Aluguer Operacional	Aluguer Operacional	Aluguer Operacional	Aluguer Operacional
Valor de referência da viatura nova	(a)	44.098,37	42.337,14	41.028,07
Ano Início	(a)	2008	2008	2008
Ano Termo	(a)	2013	2013	2013
N.º prestações	(a)	2	2	2
Valor Residual	(a)	25.741,20	23.142,40	21.956,00
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	5.373,92	1.218,02	1.214,36	1.300,54
Combustível e portagens gastos com a viatura	811,28	692,74	539,82	1.083,18
Plafond anual Combustível e portagens atribuído	n,a,	n,a,	n,a,	n,a,
Outros (Reparações/Seguro Automóvel)	60,60	290,89	274,07	234,97
Límite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	n,a,	n,a,	n,a,	n,a,

(a) As funções de Presidente do CA foram exercidas em acumulação com o cargo de Administrador Executivo da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA , até 2 de fevereiro de 2012. A remuneração definida para o cargo, acrescida dos respetivos encargos sociais, regalias e benefícios, foi faturada diretamente pelo acionista à Empresa. A titularidade da viatura atribuída é da AdP SGPS, SA.

Outras regalias e compensações	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	João Manuel Lopes Fidalgo	António Bento Franco	José Alfredo Manita Vaz	Rui Manuel de Carvalho Godinho
Mandato	I	I	I	I
Plafond anual atribuído em comunicações móveis	350,00	350,00	350,00	350,00
Gastos anuais com comunicações móveis	312,45	118,97	169,73	93,16
Outras (dados móveis)	-	0,87	2,50	184,10
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	n,a,	n,a,	n,a,	n,a,

Gastos c/ deslocações	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	João Manuel Lopes Fidalgo	António Bento Franco	José Alfredo Manita Vaz	Rui Manuel de Carvalho Godinho
Mandato	I	I	I	I
Custo total anual com viagens	-	428,99	-	-
Custos anuais com Alojamento	-	202,34	-	-
Ajudas de custo	-	250,17	-	-

Remunerações	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	José Manuel Leitão Sardinha	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Mandato	II	II	II
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	65.996,45	56.743,01	56.743,01
OPRLO	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)	-	-	-
Entidade pagadora (origem/Destino)	-	-	-
1.1.Remuneração Anual	68.931,99	54.348,01	54.348,01
1.2.Despesas de Representação (Anual)	21.364,93	21.739,21	21.739,21
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	-	-	-
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	3.980,78	3.260,30	3.260,30
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	7.563,41	6.089,00	6.089,00
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	13.786,40	10.887,34	10.887,34
1.7.Reduções de anos anteriores	-	-	-
"1. Remuneração Anual Efetiva (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)"	64.966,33	55.850,58	55.850,58
2. Remuneração variável	-	-	-
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	-	-	-
4. Outras (identificar)	1.030,12	892,43	892,43
Subsídio de deslocação			
Subsídio de refeição	1.030,12	892,43	892,43
Encargos com benefícios sociais			
Regime de Proteção Social	Segurança Social	Segurança Social	Segurança Social
Valor do Regime de Proteção Social	11.551,56	10.682,05	10.682,05
Seguros de saúde	1.259,33	1.233,21	-
Seguros de vida	1.887,94	-	-

Seguro de Acidentes Pessoais	-	-	-
Outros (indicar)	n,a,	n,a,	n,a,
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não
Entidade (identificar)	-	-	-
Remuneração Anual	-	-	-

Parque Automóvel	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	José Manuel Leitão Sardinha	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Mandato	II	II	II
Modalidade de Utilização	Aluguer Operacional	Aluguer Operacional	Aluguer Operacional
Valor de referência da viatura nova	42.337,14	41.028,07	44.098,37
Ano Início	2008	2008	2008
Ano Termo	2013	2013	2013
N.º prestações	7	10	10
Valor Residual	23.142,40	21.956,00	25.741,20
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	4.250,27	6.502,70	6.090,10
Combustível e portagens gastos com a viatura	854,77	3.116,81	2.873,75
Plafond anual Combustível e portagens atribuído	5.722,75	4.578,20	4.578,20
Outros (Reparações/Seguro Automóvel)	414,06	1.428,82	381,39
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim

Outras regalias e compensações	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	José Manuel Leitão Sardinha	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Mandato	II	II	II
Plafond anual atribuído em comunicações móveis	800,00	800,00	800,00
Gastos anuais com comunicações móveis	70,71	184,42	50,35
Outras (dados móveis)	-	936,01	317,98
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim

Gastos c/ deslocações	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	José Manuel Leitão Sardinha	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Mandato	II	II	II
Custo total anual com viagens	4.435,73	351,01	-
Custos anuais com Alojamento	1.398,61	348,50	-
Ajudas de custo	667,12	250,17	-

31. Resultado por Ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi determinado conforme segue:

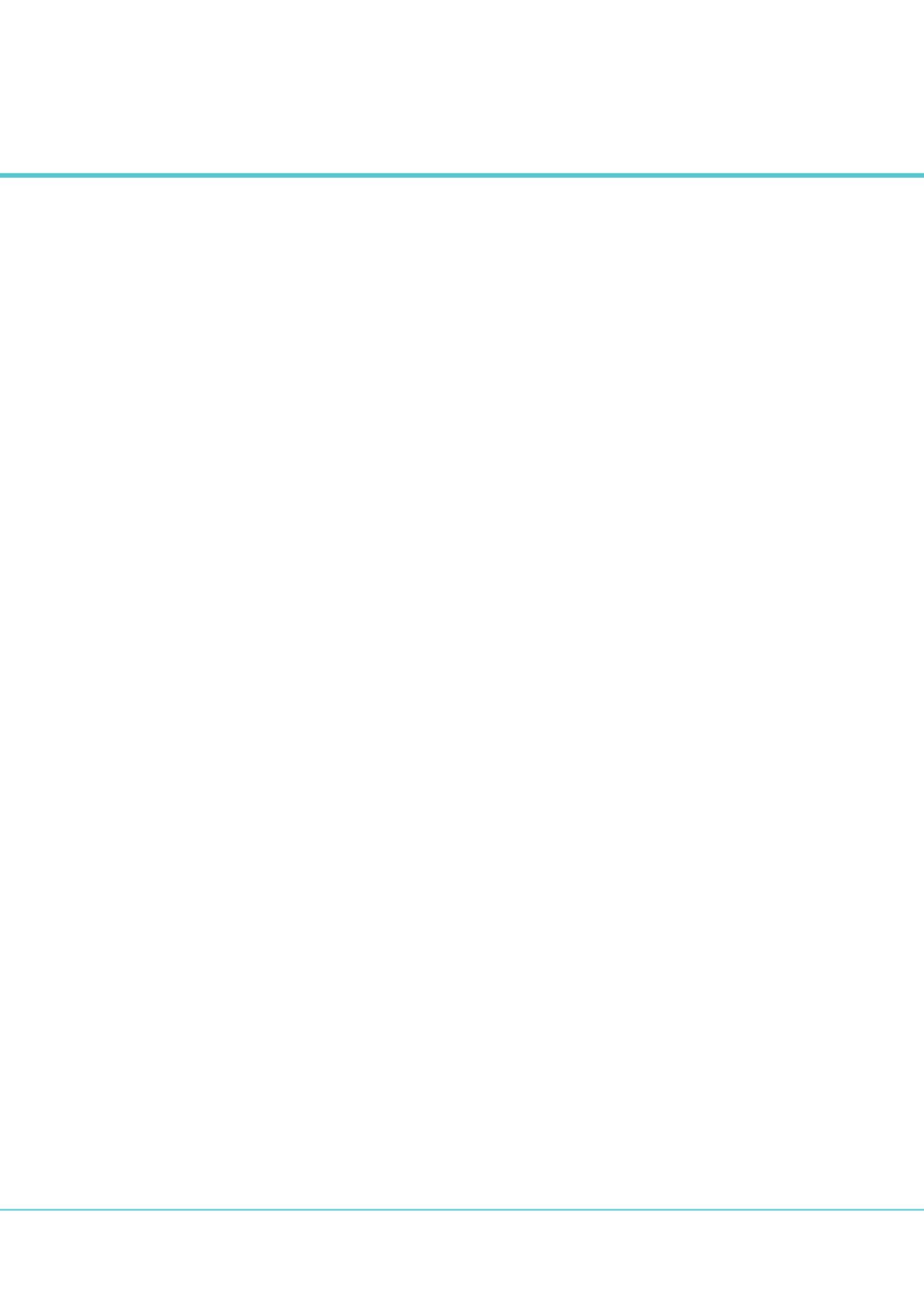
	2012	2011
Resultados:		
Resultado Líquido do exercício	43.852.247,46	42.555.549,69
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	30.000.000	30.000.000
Resultado por ação básico	1,46	1,42

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel





Relatório e Parecer do Fiscal Único

ANTÓNIO DIAS NABAIS
REVISOR OFICIAL DE CONTAS
Avenida do Mar, 32 - 2.º B
2825-476 COSTA DE CAPARICA
E-mail: adh.roc@sapo.pt



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Dando cumprimento ao preceituado no art.º 452.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, o signatário apresenta o seu Relatório anual de actividade e emite Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício, Proposta de Aplicação dos Resultados e Certificação Legal das Contas, respeitantes ao exercício de 2012.

A - RELATÓRIO

1. Com observância do prescrito no art.º 420.º do CSC quanto às competências e deveres do Fiscal único, estamos convictos de que todos os requisitos exigidos para o exercício da sua função fiscalizadora foram executados em todas as áreas essenciais, incluindo a aferição do cumprimento pela empresa das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente no que se refere às reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro. Para tanto, foram adoptados os procedimentos seguintes:
 - . Exame periódico da actividade da empresa, com observância da lei e do contrato social, bem como da verificação regular dos documentos e registos contabilísticos e correspondentes elementos de suporte.
 - . Controlo regular dos fundos disponíveis em caixa e bancos e, bem assim, dos bens e valores afetos à exploração da empresa.
 - . Verificação do controlo interno instituído, bem como da eficácia exercida sobre a gestão dos riscos de natureza financeira: risco de crédito, de liquidez, e dos fluxos de caixa associado à taxa de juro fixa e variável, inerente à contratação de empréstimos de longo prazo.
 - . Análise e divulgação da posição financeira da empresa no decurso do exercício, com vista a informar a administração e os órgãos de tutela da evolução da actividade operacional e dos resultados, que na óptica do fiscal único melhor tipificaram o modelo de gestão em cada trimestre analisado.
2. Sublinha-se que o desempenho da exploração em 2012 foi divulgado nos relatórios trimestrais enviados às tutelas, os quais tiveram por base o exame das demonstrações financeiras, a execução do orçamento de exploração e do plano de investimentos e, bem assim, a análise dos indicadores de gestão preparados pelo serviço de planeamento e controlo (PCG). A informação expressa nos relatórios incluiu também o exame e a evolução das componentes do balanço hídrico da empresa, manutenção das infraestruturas hídricas com impacto no abastecimento dos clientes, bem como a evolução dos gastos com os recursos humanos. Nessa informação periódica foi também

feita alusão ao controlo das contas correntes de terceiros relativas à venda de água e à aquisição de materiais de consumo corrente e de bens e serviços para os produtos e trabalhos em curso.

Para além do exposto no ponto 1., as funções do fiscal único tiveram como objectivos fundamentais:

. A confirmação da titularidade dos bens e valores que integram o património da EPAL, tendo-se verificado que os activos fixos tangíveis adquiridos até final de 2008 estão registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado, o qual inclui as reavaliações nos termos legais. Os bens adquiridos desde 2009 estão valorizados no balanço ao custo de aquisição deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. As propriedades de investimento, que na empresa assumem uma expressão quase irrelevante no activo não corrente (1,4%), estão a ser depreciadas de acordo com a sua vida útil estimada, por duodécimos e pelo método das quotas constantes. Os bens adquiridos em 2009 e anos seguintes são registados pelo custo de aquisição. Sublinha-se que os gastos com as depreciações e amortizações atingiram neste exercício 24.796.339 euros, sendo reconhecidas nos gastos do exercício pelo método das quotas constantes e com base em taxas correspondentes ao período de vida útil estimada dos bens, as quais podem, tal como o método de depreciação, ser objecto de revisão anual numa perspectiva de o efeito de tal alteração vir a influenciar os resultados de anos seguintes.

. A verificação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas e dos critérios de valorização dos activos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais se apresentam adequadamente divulgados no Anexo às contas em condições de expressar adequadamente a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em 2012.

. O controlo da execução financeira dos orçamentos anuais, com evidenciação dos montantes previstos, desvios e as variações homólogas apuradas. Consideramos que o orçamento de exploração registou um índice de realização global satisfatório, não obstante se ter registado uma quebra no volume de negócios de 2% (2,8 M euros), face ao ano anterior, e um desvio desfavorável de 1,1% (1,6 M euros). O resultado operacional EBIT evidencia um desvio positivo de 11,7%, pese embora a quebra registada de 1,1%, em relação ao ano anterior. Sublinha-se também, pelo seu sentido positivo, o desempenho obtido no resultado financeiro do exercício, atento o facto de o seu valor negativo, de 1,57 M euros em 2012, ter resultado de quebras consistentes nos últimos anos.

. Na execução do programa de investimentos é de sublinhar que o índice de realização financeira aumentou 9,8% face ao ano anterior, com um valor de facturação na ordem dos 13 M euros em 2012 e um total investido de 48,6 M euros no último triénio. Releva-se o facto de 47% do valor facturado ter sido aplicado para efeitos de garantia de fiabilidade e segurança dos equipamentos afectos à rede hídrica da empresa, sendo investidos na garantia da capacidade cerca de 22,6% do valor de realização.

. Na análise do balanço hídrico da empresa nas suas áreas de captação, tratamento e faturação, verificou-se que os correspondentes volumes anuais têm evoluído num sentido de quebra progressiva no último triénio. A redução verificada no volume de faturação em 2012 atinge cerca de 5 M m³, a qual teve maior expressão nas vendas aos clientes municipais, onde a quebra atingiu cerca de 3,6 M m³ face ao ano anterior.

3. A posição financeira da EPAL manteve em 2012 todos os indicadores básicos de uma estrutura muito sólida e equilibrada, com reforço acentuado neste exercício. Tal situação é caracterizada pelos rácios de liquidez, solvabilidade, autonomia e capacidade de endividamento, cujos índices atingidos garantem o bom funcionamento da empresa com níveis de rentabilidade satisfatórios nos próximos anos. Tal situação é também assegurada pelas expressões do EBITDA recorrente, cujo valor médio no último triénio excede os 80 M euros. Em 2012 o seu montante atingiu 87,9 M euros, com um acréscimo de 1,4 M euros face ao ano anterior. Por seu lado, a margem EBITDA que realça o peso do cashflow no volume de negócios, também tem vindo a crescer nos últimos exercícios, com especial significado em 2012, em que atingiu um acréscimo de 3,6% face ao ano anterior.

Ainda neste domínio se salienta o reforço do Fundo de Maneio, bem como o dos Capitais Próprios, no último triénio. O FM atingiu em 2011 46,1 M euros, registando no ano seguinte a quantia de 47,1 M euros. Os capitais próprios registaram um aumento de cerca de 27 M euros no triénio em questão. A boa saúde financeira da EPAL tem sido mantida, inequivocamente, pelos elevados níveis do autofinanciamento gerado pela exploração, o qual garante à empresa não só a cobertura dos custos de gestão correntes, como ainda, em grande medida, a regularização dos empréstimos contraídos para financiar os programas de investimento anuais.

. O órgão de fiscalização considera realçar a importância da estratégia que tem vindo a ser adoptada pela empresa no sentido de garantir a boa qualidade do serviço prestado, concomitantemente com a manutenção de um perfil financeiro sustentável conjugado com um justo e adequado retorno dos capitais empregues. Tais medidas, ao visarem a melhoria da eficiência operacional com base na implementação de um sistema de gestão de qualidade, criaram as condições que alicerçam o actual modelo de gestão, cujo impacto na economia da empresa se tem reflectido, de forma inequívoca, numa evolução crescente da sua rentabilidade operacional a par de um reforço consistente dos resultados em anos sucessivos.

. Considera-se de sublinhar também o bom desempenho da empresa no concernente à cobertura das suas responsabilidades com os fundos de pensões do pessoal, dada a circunstância de o financiamento do Fundo de Pensões de Benefício Definido ter atingido um nível de cobertura na ordem dos 106%, face ao valor registado no final do ano, de 37,4 M euros. O volume de responsabilidades pelos serviços passados atingiu 35,4 M euros, com uma cobertura de 135% segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP.

No que se concerne ao Plano de Contribuição Definida, o valor indicado pela empresa ascendia a 15,7 M euros no final de 2012, tendo a EPAL contribuído com 493.895 euros para esse Fundo, montante sensivelmente idêntico ao do ano anterior.

4. Através de uma análise detalhada de todos os itens que serviram de cálculo à estimativa do IRC para 2012, tendo por base um resultado antes de impostos de 60,014 M euros, pôde concluir-se que o lucro tributável apurado, na ordem dos 65,2 M euros e o imposto a pagar, de 20,51 M euros, com inclusão das derramas e tributações autónomas, foram apurados com muito rigor, facto que nos leva a considerar ajustada a estimativa de imposto que foi registada na demonstração de resultados. Neste contexto é admissível que eventuais correcções fiscais, com base em exame à contabilidade, não deverão distorcer em valor considerável o imposto que foi registado na demonstração dos resultados. Anota-se que esta demonstração inclui os impostos correntes e os impostos diferidos, excepcionando nestes últimos os itens relacionados com rubricas registadas directamente no capital próprio, situação em que os impostos diferidos são transcritos directamente para esta rubrica do balanço.
5. Analisados os saldos de clientes e de outras contas a receber, pôde concluir-se que o débito dos clientes, deduzido de imparidades acumuladas aumentou apenas cerca de 2,4% (548 mil euros) face ao ano anterior, tendo a dívida dos clientes sido bastante influenciada pelas perdas por imparidade, tal como, aliás, já se tinha verificado no ano anterior. No saldo de "outras contas a receber", merece-nos referência o débito de "devedores por acréscimos de rendimentos", onde assume expressão relevante o rendimento antecipado relativo à água consumida e não facturada no final do ano, num total de 11,4 M euros. Salienta-se que no saldo global dos "clientes e outros devedores", num total de 26,48 M euros, a quantia não vencida no final de 2012 atingia cerca de 13 M euros e que o valor em dívida com mais de 6 meses era de 8,57 M euros.
6. Com vista a aferir o cumprimento da Lei n.º 64-B/2011, no que respeita às reduções remuneratórias vigentes para o SEE, o fiscal único, no âmbito dos seus trabalhos de auditoria, efectuou o controlo dos gastos com pessoal no decurso do exercício, com evidenciação dos valores de todas as rubricas em períodos mensais e trimestrais e correspondentes variações homólogas. Concluiu-se que em quase todos os itens houve decréscimos significativos em 2012, face ao ano anterior, com maior incidência nas remunerações dos órgãos sociais (-38,6%), pessoal (-7,8%), encargos sobre remunerações (-7,4%) e outros gastos não especificados de valor reduzido (-55,5%). No total dos gastos com pessoal a quebra atingiu 11%, tendo apenas a rubrica seguros/ATDP registado um aumento de 10% e os gastos de acção social 5,9%. No entanto, o peso destas rubricas no total dos encargos remuneratórios com pessoal é de reduzido significado: 7,5% em 2012 e 6,2% no ano anterior.

ANTÓNIO DIAS NABAIS
REVISOR OFICIAL DE CONTAS
Avenida do Mar, 32 - 2.º B
2825-476 COSTA DE CAPARICA
E-mail: adh.roc@sapo.pt

Em face do exposto, o fiscal único conclui que as condições remuneratórias praticadas pela empresa têm sentido decrescente idêntico ao que foi apurado nos seus trabalhos de revisão às contas. Tal situação leva a inferir que não houve infração às normas estabelecidas por lei quanto a esta matéria.

7. É nossa opinião que o Relatório de Gestão está formalmente de acordo com as demonstrações financeiras e que a proposta de aplicação dos resultados cumpre os requisitos estabelecidos pelo CSC, designadamente no que se refere à aplicação dos lucros.

B - PARECER

O Fiscal Único concorda com a Certificação Legal das Contas emitida pela Deloitte & Associados, SROC S.A., sendo também de Parecer que estão em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral:

- . o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2012,
- . a Proposta de Aplicação dos Resultados,

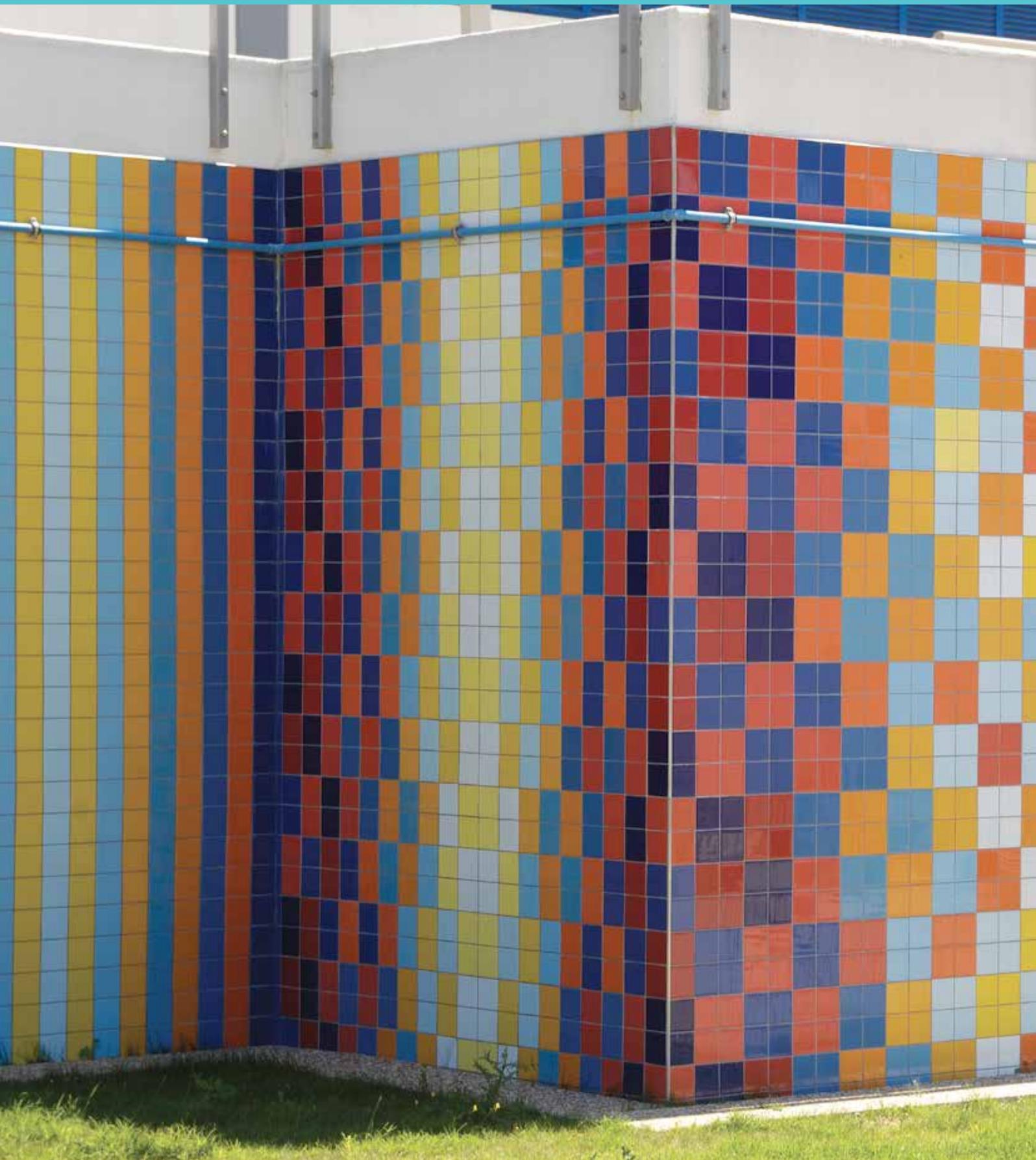
nos termos propostos pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Fiscal Único,



(António Dias Nabais)



Certificação Legal das Contas

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 885.085.923 Euros e um capital próprio de 532.963.376 Euros, incluindo um resultado líquido de 43.852.247 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.



“Deloitte” refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membros, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal de Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membros consulte www.deloitte.com/global.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matricule C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 211
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 1º, 4150-148 Porto

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2013


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Falua Costa da Silva

